

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

JOSÉ RAFAEL DE SOUZA

**CRISTÓVÃO COLOMBO E A EXPANSÃO MARÍTIMA ESPANHOLA:
OS SENTIDOS ESPIRITUAIS NA CONQUISTA DA AMÉRICA (1492-1506)**

Alfenas/MG

2022

JOSÉ RAFAEL DE SOUZA

**CRISTÓVÃO COLOMBO E A EXPANSÃO MARÍTIMA ESPANHOLA:
OS SENTIDOS ESPIRITUAIS NA CONQUISTA DA AMÉRICA (1492-1506)**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio Sabeh

Alfenas/MG

2022

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central

de Souza, José Rafael .

Cristóvão Colombo e a expansão marítima espanhola : os sentidos espirituais na conquista da América (1492-1506) / José Rafael de Souza. - Alfenas, MG, 2022.

121 f. -

Orientador(a): Luiz Antonio Sabeh.

Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2022.

Bibliografia.

1. Cristóvão Colombo. 2. Conquista e colonização da América. 3. Expansão Marítima. 4. Religiosidade. I. Sabeh, Luiz Antonio, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

JOSÉ RAFAEL DE SOUZA

CRISTÓVÃO COLOMBO E A EXPANSÃO MARÍTIMA ESPANHOLA: OS SENTIDOS ESPIRITUAIS NA CONQUISTA DA AMÉRICA (1492-1506)

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica.

Aprovado em: 17 de agosto de 2022

Prof. Dr. Luiz Antonio Sabeh

Instituição: Universidade Federal de Alfenas UNIFAL-MG

Prof. Dr. Guilherme Queiroz de Souza

Instituição: Universidade Federal da Paraíba UFPB-PB

Prof. Dr. Dimas dos Reis Ribeiro

Instituição: Universidade Federal do Maranhão UFMA-MA



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio Sabeh, Professor do Magistério Superior**, em 17/08/2022, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Queiroz de Souza, Usuário Externo**, em 17/08/2022, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dimas dos Reis Ribeiro, Usuário Externo**, em 17/08/2022, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0794391** e o código CRC **7954BC67**.

*Aos meus filhos Helena e João Marcos
(já amado mesmo antes de nascer).*

AGRADECIMENTOS

Paulo Freire nos ensinou que o caminho se faz caminhando. Porém, a caminhada pelo Mestrado não seria possível sem os apoios que recebi durante essa trajetória. Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) por toda a estrutura disponibilizada para que tenhamos todas as condições necessárias para o desenvolvimento dos nossos estudos. Faço um agradecimento especial também a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) - Brasil - Código de Financiamento 001, pela importante contribuição a este trabalho.

Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Luiz Antônio Sabeh que, com suas observações e orientações pontuais, tornou possível a realização desse trabalho. Sem esse apoio, certamente a nossa caminhada teria sido muito mais difícil. Ter a oportunidade de ser orientado por um profissional de tão alto nível é algo engrandecedor. Em seu nome, agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em História Ibérica. Os conhecimentos adquiridos no transcorrer desse período serão de extremo valor para que a minha atuação como professor possa ser uma prática qualificada e transformadora.

Agradeço à minha família por todo o apoio nessa jornada, especialmente aos meus pais, Marcos e Creuza, à minha esposa, Marija, e à minha irmã, Isabela, por sempre me apoiarem nesse desafio e estarem ao meu lado em todas as ocasiões, compreendendo todos os momentos em que estive ausente para me dedicar aos estudos. Agradeço também a todos os meus amigos e companheiros mestrandos que tornaram esse caminho mais suave e agradável, especialmente ao meu conterrâneo Roberto Brasileiro Prado pela parceria e pelas sugestões pontuais e à Bruna Diniz por todo o apoio nos momentos mais decisivos.

Meus sinceros agradecimentos às escolas onde trabalho – Centro Educacional Fazendo Acontecer (CEFA) e Escola Estadual Pedro Leite e suas equipes diretivas. Ambas me apoiaram e compreenderam todos os percalços pelos quais passei nesse período de difícil conciliação entre o exercício da profissão e as atividades acadêmicas.

Um agradecimento aos amigos Eder Alves e Renato Santos, pelo valoroso apoio para a realização do Objeto de Aprendizagem. Sem o incomparável talento de ambos, não seria possível desenvolver a contento o que imaginamos construir.

Registro também meus agradecimentos a todos os meus alunos e ex-alunos. Foi por sonhar o sonho de vocês que me enveredei por este caminho.

A todos, minha eterna gratidão.

RESUMO

Este trabalho analisa a religiosidade do navegador genovês Cristóvão Colombo ao ponto de compreendê-la como um dos elementos centrais e motivadores para a realização das suas expedições marítimas. Tal percepção se deu a partir do estudo de obras como *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *A Conquista da América: a Questão do Outro*, de Tzvetan Todorov, que demonstram como os sentidos espirituais, e não somente as questões econômicas comumente apresentadas aos alunos da Educação Básica brasileira, também impulsionaram as Grandes Navegações e resultaram, entre outros aspectos, no descortinamento de um novo continente. Para atingir esse propósito, nos baseamos nos documentos produzidos pelo navegador genovês, como cartas, diários, anotações e testamentos, além dos registros de autores que conviveram com o Almirante, como Fernando Colombo, seu próprio filho, e Bartolomé de Las Casas.

Palavras-chave: Cristóvão Colombo; Conquista e colonização da América; Expansão Marítima; Religiosidade.

RESUMEN

Este trabajo analiza la religiosidad del navegante genovés Cristóbal Colón hasta el punto de entenderla como uno de los elementos centrales y motivadores para la realización de sus expediciones marítimas. Esta percepción provino del estudio de obras como *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda y *A Conquista da América: a Questão do Outro*, de Tzvetan Todorov, que demuestran cómo los sentidos espirituales, y no sólo las cuestiones económicas, comúnmente se presentan a Estudiantes brasileños de Educación Básica, también impulsaron las Grandes Navegaciones y resultaron, entre otros aspectos, en el descubrimiento de un nuevo continente. Para lograr este propósito, apoyamos en documentos producidos por el navegante genovés, como cartas, diarios, notas y testamentos, además de los registros de autores que convivieron con el Almirante, como Fernando Colombo, su propio hijo, y Bartolomé de Las Casas.

Palabras clave: Cristóbal Colón; Conquista y colonización de América; Expansión Marítima; Religiosidad.

ABSTRACT

This work analyzes the religiosity of the Genoese navigator Christopher Columbus to the point of understanding it as one of the central and motivating elements for carrying out his maritime expeditions. This perception came from the study of works such as *Visão do Paraíso*, by Sérgio Buarque de Holanda, and *A Conquista da América: a Questão do Outro*, by Tzvetan Todorov, which demonstrate how the spiritual senses, and not only the economic issues commonly presented to Brazilian Basic Education students, also boosted the Great Navigations and resulted, among other aspects, in the unveiling of a new continent. To achieve this purpose, we rely on documents produced by the Genoese navigator, such as letters, diaries, notes and wills, in addition to the records of authors who lived with the Admiral, such as Fernando Colombo, his own son, and Bartolomé de Las Casas.

Keywords: Christopher Columbus; Conquest and colonization of America; Maritime Expansion; religiosity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	COLOMBO E OS OBJETIVOS RELIGIOSOS DA EXPANSÃO MARÍTIMA: TEMA PARA UM OBJETO DE APRENDIZAGEM	16
2.1	OBJETO DE APRENDIZAGEM: DO ESPAÇO ACADÊMICO PARA A SALA DE AULA	16
2.2	APRESENTANDO O OBJETO DE APRENDIZAGEM: UMA ANIMAÇÃO SOBRE OS PROPÓSITOS RELIGIOSOS DAS EXPEDIÇÕES DE COLOMBO	20
3	EM NOME DE DEUS: A EXPANSÃO MARÍTIMA ESPANHOLA E SEUS ASPECTOS RELIGIOSOS	41
3.1	A ESPANHA DO SÉCULO XV QUE SE LANÇOU AO MAR	41
3.2	A EXPANSÃO ATLÂNTICA ESPANHOLA: DAS CANÁRIAS À AMÉRICA	50
3.3	IGREJA, REIS E NAVEGADORES: O EXPANSIONISMO IBÉRICO E OS SEUS PROPÓSITOS ESPIRITUAIS	56
4	O COLOMBO CRISTÃO: FÉ E MISSIONARISMO NO PENSAMENTO COLOMBINO.....	71
4.1	COLOMBO E A RELIGIOSIDADE EM PRIMEIRO PLANO.....	71
4.2	A PROPAGAÇÃO DO EVANGELHO PELO COLOMBO MESSIÂNICO	84
5	ÀS PORTAS DO ÉDEN: CRUZADISMO E ESCATOLOGIA NO PENSAMENTO COLOMBINO	93
5.1	O COLOMBO CRUZADO: A OBSESSÃO PELA RETOMADA DE JERUSALÉM	93
5.2	PARAÍSO TERREAL E ESCATOLOGIA NA MENTALIDADE DE COLOMBO	102
6	CONCLUSÃO.....	112
	REFERÊNCIAS	114

1 INTRODUÇÃO

A Ligúria, região noroeste da Itália, é um dos locais onde se estabeleceram alguns dos assentamentos mais antigos da Europa. Apesar de possuir um solo rico e fértil, este era demasiadamente escasso, íngreme e rochoso, o que obrigava os agricultores dessa localidade a criarem terraços estreitos nas áreas montanhosas, sobretudo, para o cultivo de videiras. Essas dificuldades, portanto, forçaram os ligurianos a buscarem o sustento e a sobrevivência no Mar Mediterrâneo.¹

Nessa região, as atividades marítimas foram facilitadas por conta de a Riviera Liguriana possuir diversos portos e cais que contribuíram para possibilitar as navegações e torná-las mais eficientes. Dentre esses locais, o destaque se dava ao porto de Gênova, de onde partiram inúmeras expedições, como a organizada em 1291 pelos irmãos Ugolino Vivaldi e Vadino Vivaldi, ou ainda as de Lanzarotto Malocello e Nicoloso da Reco que, respectivamente, no século XIV, chegaram às Ilhas Canárias e aos Açores. Foi exatamente nessa localidade intimamente relacionada com o mar, onde Cristóvão Colombo veio ao mundo e viveu os primeiros anos da sua vida.²

Apesar de um intenso debate sobre as origens e o local de nascimento de Colombo, a historiografia considera pacificado que o navegador era filho de Domenico Colombo, um tecelão, taberneiro e político de Gênova.³ Certamente, pelos seus negócios de cardador e tecelão de lã, o pai de Colombo possuía certo prestígio na cidade onde viviam, pois era comum nessa época que os comerciantes que se dedicavam a esses tipos de negócios fossem proprietários de guildas. Foi exatamente nessas guildas que Colombo aprendeu alguns conhecimentos, como aritmética, geografia, navegação e latim. Sua mãe era Susana Fontanarossa, filha de Giacomo Fontanarossa, membro de uma próspera família proprietária de terras em Quezzi, região próxima de Gênova. Com Domenico, Susana teve cinco filhos: Giovanni, Bartolomeu, Diogo, Bianchinetta e Cristóvão.⁴

Durante toda sua infância e juventude – período sobre o qual temos poucas informações – Colombo viveu em Gênova e certamente acompanhou os últimos anos do apogeu de sua cidade natal como um dos mais importantes centros marítimos e comerciais da Península Itálica e, conseqüentemente, de toda a Europa. Porém, uma série de disputas políticas sangrentas que

¹ BERGREEN, L. **Colombo: as quatro viagens**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 66-124.

² *id. ibid.*, p. 66-124.

³ MANH-LOT, M. **A descoberta da América**. São Paulo: Perspectiva, 1984, p. 41-59.

⁴ BERGREEN, L. *op. cit.*, p. 66-124.

resultaram na ascensão de um novo clã político, o dos Sforza, contribuiu para o declínio da cidade que outrora se destacou pelo intenso movimento em seus portos marítimos. Laurence Bergreen descreve bem esse processo destacando que “negligenciada, a frota mercante genovesa definhou e a cidade perdeu as poucas colônias que conquistara; o império genovês, [...] decaiu a tal ponto que até a Córsega o ultrapassou”.⁵

Portanto, aos genoveses, como Cristóvão Colombo, que desejavam prosseguir com as suas atividades marítimo-comerciais, restariam agora duas opções a fazer para se dedicarem às suas funções: ou teriam que se esforçar para recuperar o espaço perdido por Gênova no cenário mercantil ou deveriam procurar outras praças mais movimentadas, como as de Portugal e Espanha, para prosseguirem com suas lucrativas atividades.⁶

Colombo insistiu em permanecer em Gênova e lá desenvolveu sua aprendizagem como marinheiro, seguindo a tradição de alguns dos seus antepassados.⁷ É bem provável que, na condição de aprendiz, tenha participado de algumas expedições marítimas ao longo de toda a Riviera Liguriana, que se estendia pelo Mediterrâneo desde Nice, do lado oeste, até a cidade de Porto Venere, na província de La Spezia, ao leste, tendo ainda a Córsega ao sul.⁸

Anos depois, Colombo já se arriscou em expedições mais longínquas, como as que se dirigiram a Quios, uma ilha grega no Mar Egeu sob o domínio dos genoveses. De lá, partia sempre em direção a Portugal, Flandres e Inglaterra praticando um intenso comércio com os mercadores desses reinos. Porém, um ataque de corsários próximo à costa portuguesa, seguido de um tumultuado naufrágio, levaram Colombo à antiga cidade de Lagos, na região sudeste de Portugal. Dias depois, já devidamente recuperado das trágicas consequências deste naufrágio, o navegador rumou em direção à Lisboa onde encontrou refúgio entre a colônia genovesa que residia na capital lusitana.⁹

Em Lisboa, Colombo passou aproximadamente oito anos de sua vida. São raros os registros de sua estada pelas terras portuguesas, mas as poucas informações obtidas demonstram sua participação no próspero comércio escravagista de Portugal. Certamente a experiência adquirida com esse mercado serviu de parâmetro futuramente quando então cogitou a possibilidade de empregar os nativos do continente que havia descoberto como mão de obra escrava.¹⁰ Além disso, em Portugal, Colombo teria aprimorado ainda mais sua prática enquanto

⁵ BERGRENN, L. *op. cit.*, p. 72.

⁶ *id. ibid.*, p. 66-124.

⁷ MANH-LOT, M. **Retrato histórico de Cristóvão Colombo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, p. 9-20.

⁸ BERGRENN, L. *op. cit.*, p. 66-124.

⁹ MANH-LOT, M. **A descoberta da América...**, p. 41-59.

¹⁰ BERGRENN, L. *op. cit.*, p. 66-124.

navegador, como aprender a dirigir uma caravela com o vento contrário, a afastar-se da terra sob forte ventania, a escolher as melhores provisões para uma viagem longa – além da forma correta de estocá-las – e a munir-se de quinquilharias que poderiam ser trocadas com os povos que encontrasse.¹¹

Na capital portuguesa, o Almirante contou com a companhia de seu irmão Bartolomeu Colombo, descrito como um comerciante de livros e mapas, como o famoso documento elaborado por Paolo dal Pozzo Toscanelli, considerado um referencial para os navegadores daquele período. Evidentemente, o contato de Colombo com esses mapas – que apresentavam um mundo bem menor do que de efetivamente o era – e a experiência que adquiriu ao longo dos anos como navegador, serviram-lhe de base futuramente no momento em que cogitou a possibilidade de rumar às Índias por uma rota alternativa.¹²

Colombo se casou em Portugal com a jovem Filipa Moniz, filha de Bartolomeu Perestrello e Catarina Visconti. O sogro de Colombo era um italiano com participação ativa na colonização da Ilha da Madeira. Pelo seu apoio à monarquia portuguesa, havia recebido do príncipe Henrique “o Navegador”, o direito de exploração sobre Porto Santo, que ficava a cinquenta quilômetros a nordeste dessa ilha. Ao falecer, deixou para sua esposa que, por sua vez, doou a Colombo um considerável arquivo de instrumentos, mapas e cartas de navegação que, certamente, estimularam ainda mais a trajetória do navegador.¹³

Os relatos que teria ouvido dos marinheiros sobre terras desconhecidas, sobre locais possíveis de serem encontrados, sobre ilhas misteriosas e ainda, as narrativas referentes aos povos estranhos que viviam em longínquas regiões, também contribuíram para povoar a mente de Colombo e instigá-lo em seu projeto de navegação.¹⁴ Igualmente, concorreram as cartas que trocou com um médico florentino, “Mestre Paulo”, bem como a leitura de algumas obras literárias consagradas, como *O livro das Maravilhas* do mercador italiano Marco Polo e *Geografia* do grego Ptolomeu. Juntas, solidificariam na mente de Colombo a ideia de navegar por uma rota até então nunca utilizada para alcançar as Índias.¹⁵

Para executar esse plano e, por viver em Portugal há anos, o que resultou no seu casamento com uma portuguesa, Colombo levou ao então monarca lusitano, D. João II (1481-1495), a proposta para que equipasse três caravelas com produtos que poderiam ser trocados no além-mar. Diante da série de exigências e benefícios solicitados por Colombo em caso de

¹¹ MANH-LOT, M. **Retrato histórico...**, p. 27-28.

¹² MANH-LOT, M. **A descoberta da América...**, p. 41-59.

¹³ *id. ibid.*, p. 41-59.

¹⁴ MANH-LOT, M. **Retrato histórico...**, p. 9-20.

¹⁵ BERGRENN, L. *op. cit.*, p. 66-124.

sucesso e das manifestações contrárias dos conselheiros do rei, que apontaram a impraticabilidade desse projeto, a recusa por parte do monarca em apoiar a expedição de Colombo tornou-se inevitável. Dessa forma, restou ao navegador genovês partir rumo à Espanha em busca do patrocínio real que não obteve em terras portuguesas.¹⁶

Envoltos no processo de retomada das cidades controladas pelos muçulmanos e desejosos de expandir seus domínios, além da intenção de instituírem um grande império cristão – para o qual a viagem de Colombo poderia contribuir –, os Reis Católicos se dispuseram a também contribuir financeiramente com a expedição de Colombo, depois de um período de longa persistência.¹⁷ Três semanas após expulsarem os judeus de suas terras, os monarcas assinaram um decreto no qual apontavam que “enviamos Cristóvão Colombo com três caravelas através do Mar Oceano até as Índias para tratar de negócios que concernem ao serviço de Deus e à expansão da fé católica, e ao nosso benefício e proveito”.¹⁸

A partir desse momento histórico, iniciam-se os preparativos para a primeira expedição de Colombo que resultaria na sua chegada ao Novo Mundo. Este é o recorte temporal que demarca o início do nosso trabalho, o qual tem por objetivo principal, analisar a mentalidade religiosa do navegador Cristóvão Colombo e compreender como este pensamento teria contribuído para que empreendesse as suas expedições. Esta análise nos permite reconhecer como o processo de expansão marítima espanhola e a consequente conquista da América foram resultantes também de aspirações religiosas, especialmente as do navegador genovês, fato que é pouco apresentado aos alunos das escolas brasileiras.

Nesse sentido, primeiramente fizemos um levantamento de todos os registros históricos elaborados por Cristóvão Colombo no período que compreende suas quatro expedições direcionadas à América, ou seja, entre 1492 e 1504 até a sua morte em 1506. Esses escritos, incluindo cartas, notas em páginas de obras que leu, testamentos e diários de viagem serão utilizados como fontes primárias para a presente pesquisa.

Com relação à essas fontes, recorreremos a consagrada compilação realizada pela historiadora espanhola Consuelo Varela, considerada uma das obras mais precisas sobre os registros realizados pelo navegador genovês. Também utilizamos algumas cartas traduzidas pela historiadora francesa Marianne Mahn-Lot, autora de reconhecidas obras sobre Colombo. Quanto ao *Livro das Profecias* escrito pelo navegador genovês após a sua quarta viagem à América, em

¹⁶ BERGRENN, L. *op. cit.*, p. 66-124.

¹⁷ *id. ibid.*, p. 66-124.

¹⁸ FERNANDO DE ARAGÃO; ISABEL DE CASTELA. Decreto de 1492. *apud* BERGRENN, L. *op. cit.*, p. 101.

virtude da dificuldade de acessarmos uma obra referenciável, optamos pela análise desenvolvida por Juan Luís de León Azcárate como um dos artigos centrais para compreendermos a dimensão religiosa dessa fonte histórica.

Além desses documentos, usamos também os escritos do frei Bartolomé de Las Casas sobre o Almirante. Muito do que se sabe sobre o navegador genovês só foi possível graças aos registros preservados pelo frei dominicano. A biografia de Colombo feita pelo seu filho Fernando Colombo, apesar de todas as ressalvas, também se constitui como um relato interessante sobre o navegador. Ambas nos serviram como fontes secundárias.

Para compreendermos a mentalidade religiosa de Colombo e as suas pretensões espirituais no contexto da expansão marítima nos baseamos também em autores que abordaram esse aspecto e que produziram reconhecidas obras que tocaram nessa temática, com destaque para Sérgio Buarque de Holanda, Tzvetan Todorov, Alain Milhou e Juan Gil.

Pela análise desses vastos documentos históricos, somados aos ensinamentos desses renomados autores acima mencionados, depreendemos que Colombo – assim como a maior parte dos habitantes da Europa Ocidental da sua época – era uma pessoa extremamente religiosa. Ao nos debruçarmos sobre esse estudo, percebemos que não eram só as glórias, as riquezas ou o ouro que motivaram suas expedições – e estas, certamente, eram importantes motivações e tinham os seus significados – mas, algumas questões relacionadas à crença religiosa do navegador também lhe serviram de inspiração para as suas expedições.

Entretanto, identificamos que mesmo com a evidente religiosidade do almirante se apresentando como uma das características mais acentuadas da sua personalidade, servindo-lhe como um importante móvel mental para suas expedições, esse aspecto é pouco observado pela historiografia, tanto a acadêmica quanto no âmbito escolar, que concentram as suas atenções no estudo das questões econômicas que estimularam esse processo.

A análise de diversos livros didáticos utilizados pelos alunos do Ensino Fundamental da Educação Básica brasileira comprova essa nossa percepção.¹⁹ Dos onze livros analisados, todos consideram a importância do papel desempenhado por Cristóvão Colombo nesse movimento

¹⁹ Os livros didáticos que utilizamos para esse levantamento foram: SCHIMIDT, M. F. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2002.; MELANI, M. R. A. (org.) **Projeto Araribá: História**. São Paulo: Moderna, 2006.; DREGUER, R. **História: conceitos e procedimentos**. São Paulo: Atual, 2006.; BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 2006.; PILETTI, N.; PILETTI, C. **História e vida integrada**. São Paulo: Ática, 2006.; COTRIM, G. **Saber e fazer História**. São Paulo, Saraiva, 2005.; BOULOS JÚNIOR, A. **História: sociedade e cidadania**. São Paulo: FTD, 2006.; CARDOSO, O. P. **História Hoje**. São Paulo: Ática, 2006.; VICENTINO, C.; VICENTINO, J. B. **História mosaico**. São Paulo, Scipione, 2016.; VAZ, M.L.; PANAZZO, S. **Jornadas.hist: História**. São Paulo: Saraiva, 2016.; RODRIGUES, J. E. **Projeto Athos: História**. São Paulo: FTD, 2014.; VAINFAS, R. [et. al.]. **História.doc**. São Paulo: Saraiva, 2016.

histórico. Porém, apenas um livro, *História.doc*, escrito pelos historiadores Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria e Daniela Calainho, destaca que os argumentos apresentados pelo navegador, como a glorificação da religião cristã e o resgate de Jerusalém das mãos dos muçulmanos, foram importantes para convencer a rainha Isabel de Castela a apostar em suas expedições. Dessa forma, é o único material didático que apresenta as questões religiosas associadas aos interesses comerciais, fato que é negligenciado ou superficialmente relatado nos demais livros.

As outras obras concentram suas apresentações sobre Colombo e a expansão marítima espanhola de forma bastante diminuta, concentrando suas exposições em outros aspectos sem considerar as questões religiosas que incentivaram as ações do navegador. *História: das cavernas ao terceiro milênio*, elaborado por Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, *Saber e Fazer História*, de Gilberto Cotrim, *História Hoje*, de Oldimar Pontes Cardoso e *Jornadas.hist*, de Maria Luísa Vaz e Silvia Panazzo, apresentam o Almirante como alguém patrocinado pelos espanhóis para fazer frente ao crescimento comercial das expedições conduzidas pelo reino vizinho de Portugal, porém, valendo-se de uma rota alternativa à utilizada pelos portuguesas.

Esse aspecto, inclusive, é o mais destacado na obra *História: conceitos e procedimentos*, de autoria de Ricardo Dreguer, que apresenta Colombo como um navegador que propunha uma rota diferente para se chegar ao Oriente. Visão semelhante é a apresentada no livro de Claudio Vicentino e José Bruno Vicentino, autores de *História Mosaico*, que define o navegador genovês como alguém detentor de uma interpretação geográfica diferenciada, ao ponto de destacar a compreensão da esfericidade da Terra como um dos principais atributos de Colombo.

Nova História Crítica, de Mario Schmidt, *Projeto Araribá*, da Editora Moderna, *História e vida integrada*, de Nelson Piletti e Claudino Piletti e *Projeto Athos: História* de Joelza Ester Rodrigues apresentam, de um modo geral, que Colombo era um navegador patrocinado pela Espanha para alcançar as riquezas do Oriente e que, no entanto, teria descoberto um novo continente. Constatamos, no entanto, que as questões não relacionadas aos aspectos econômicos, como os propósitos espirituais, não são consideradas nessas obras.

Fato semelhante se dá com relação a forma como esses livros apresentam a Expansão Marítima europeia. Algumas obras destacam superficialmente os propósitos espirituais como elementos centrais desse processo. Porém, *História.doc* é novamente o livro que mais amplia sua visão sobre as questões religiosas como pontos incentivadores dessa expansão. *Projeto Araribá* também considera que houveram motivos religiosos envolvidos nessas expedições. Porém, apresenta-os de forma bastante reduzida destacando apenas a relação entre Igreja e

monarquias ibéricas para a expansão do cristianismo. Essa tímida apresentação também é feita na obra *História: conceitos e procedimentos* resumindo-a na participação de membros do clero nas viagens ibéricas com o intuito de divulgarem a fé cristã. O mesmo é feito também no livro *Projeto Athos: História*, que apresenta somente o desejo de conversão ao cristianismo como um elemento impulsionador desse processo expansionista.

As demais obras analisadas se concentram apenas nos quesitos comerciais e financeiros, como a procura de um caminho para o Oriente em busca de especiarias, a obtenção por metais preciosos, o desejo de expansão comercial, a necessidade de superar a crise econômica que afetava algumas nações europeias e o desejo de explorar o desconhecido.

Com base nessa percepção, elaboramos esse trabalho contendo quatro partes. No primeiro capítulo apresentaremos um Objeto de Aprendizagem, requisito obrigatório do Programa de Pós-graduação em História Ibérica, de modo que o conteúdo produzido por essa pesquisa possa ser direcionado aos professores e alunos da Educação Básica brasileira. Será elaborada uma apresentação em formato de vídeo produzido na plataforma PowToon, que consiste em um *software* baseado em nuvem para criar apresentações animadas e vídeos animados de explicação. Ao nosso ver, esse material possibilitará uma compreensão mais ampla sobre as questões religiosas que estiveram presentes no contexto da Expansão Marítima e no Descobrimento da América.

No segundo capítulo faremos uma contextualização histórica sobre a Espanha do século XV que estava se estruturando para iniciar o seu expansionismo marítimo, destacando as principais expedições que foram organizadas por esse reino no decorrer do século XV até as viagens de Cristóvão Colombo. Em seguida, abordaremos como as questões religiosas estiveram envolvidas com as viagens marítimas dos países ibéricos, envolvendo o interesse de vários grupos, como reis, navegadores, além, é claro, dos interesses da própria Igreja enquanto instituição dominante.

Já no terceiro capítulo desenvolveremos uma análise sobre a personalidade de Colombo, especialmente sobre suas crenças religiosas, e destacaremos como a sua fé se apresentava como um importante elemento motivador para que empreendesse as suas viagens. Além desse aspecto, analisaremos como o desejo de promover a evangelização dos povos desconhecidos, a divulgação do Evangelho e a ampliação da fé cristã foram pontos centrais da mentalidade messiânica do navegador.

No quarto e último capítulo demonstraremos como as motivações cruzadísticas e o propósito de recuperar a Terra Santa para a cristandade se apresentaram como fortes elementos impulsionadores dos projetos de Colombo. Por fim, abordaremos como algumas crenças

escatológicas, como a de que estava às portas do Paraíso Terreal e também a ideia de que o Apocalipse estava próximo forjaram a mentalidade religiosa do Almirante no contexto das suas expedições.

Ao final, percorrendo todo esse caminho pela mentalidade do navegador genovês, será possível perceber como as questões espirituais também contribuíram para a Expansão Marítima, sobretudo para a chegada dos europeus à América, e que, no entanto, ainda são aspectos pouco considerados. Nossa pesquisa não pretende, de forma alguma, menosprezar os interesses financeiros ou demonstrar que os objetivos religiosos se sobrepujam aos econômicos, ou vice-versa, mas apenas considerar e acentuar a relevância que a fé cristã cultivada por Colombo – tal como a dos seus contemporâneos ibéricos – o motivou a empreender suas expedições, fazendo com que a sua chegada ao que seria a América derivasse também das suas evidentes e pretensões religiosas.

2 COLOMBO E OS OBJETIVOS RELIGIOSOS DA EXPANSÃO MARÍTIMA: TEMA PARA UM OBJETO DE APRENDIZAGEM

2.1 OBJETO DE APRENDIZAGEM: DO ESPAÇO ACADÊMICO PARA A SALA DE AULA

A chegada de Cristóvão Colombo ao continente americano, sem sombra de dúvidas, é considerada como um dos acontecimentos mais comentados da história da humanidade. Inúmeros são os relatos que rememoram esse feito, destacando-o como um momento de grande relevância para a política, para a economia, bem como para a sociedade da época, sendo, inclusive, considerado como um dos marcos que inauguraria a modernidade.

Adam Smith, por exemplo, definiu esse episódio ocorrido em outubro de 1492 como “os maiores e mais relevantes acontecimentos já registrados na história da humanidade”. Para o economista escocês, fato igualável seria somente a transposição do Cabo Bojador como passagem sentido às Índias. Na sua visão, ambos foram acontecimentos que mudariam completamente a face econômica do planeta. Já Francisco López de Gómara, secretário particular e biógrafo oficial de Hernán Cortéz, definiu que a descoberta da América era “o maior acontecimento desde a criação do mundo (excluída a encarnação e morte d’Aquele que o criou)”.²⁰

Apesar de terem sido recolhidas em uma obra cujo propósito é desconstruir mitos relacionados à conquista e colonização da América, essas citações acima mencionadas são amostras de toda a simbologia construída historicamente em torno desse fato histórico. Tais afirmações, por si, são breves exemplos que demonstram o quanto as expedições comandadas por Colombo em direção ao continente americano se destacaram na história mundial como eventos de grande notoriedade, transformando-se em um dos temas mais abordados pela historiografia. Entretanto, apesar de todas as polêmicas que cercam essas expedições e a vida do destacado navegador, este é um assunto ainda apresentado nos livros didáticos oferecidos às escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental brasileiro sob uma ótica majoritariamente economicista, como já demonstrado na introdução do presente trabalho.

Nesse sentido, dentre os aspectos apresentados em torno da trajetória de Colombo, os que nos pareceu pouco observado foram os objetivos religiosos das suas expedições. Essa percepção é corroborada pelos meus dezesseis anos de atuação como professor de História na

²⁰ Ambas as citações desse parágrafo foram retiradas do prefácio do livro RESTALL, M. **Sete Mitos da Conquista Espanhola**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006, p. 26.

Educação Básica pública e privada, nos quais constatei que a maior parte dos materiais didáticos disponibilizados aos alunos nas últimas duas décadas abordaram as navegações e a chegada dos europeus à América como resultados quase que exclusivos de motivações econômicas.

Dessa forma, estão entre os principais objetivos da nossa pesquisa ampliar a visão sobre os propósitos religiosos do almirante genovês que o impulsionaram a navegar, o que nos possibilitará uma compreensão mais profusa sobre os motivos que alavancaram a Expansão Marítima europeia. Além disso, consideramos importante que essa percepção que estamos analisando ultrapasse os espaços acadêmicos fazendo com que essa abordagem também chegue às escolas do país, contribuindo para amplificar o entendimento dos alunos sobre esse processo histórico.

Para tanto, um dos requisitos do Programa de Pós-graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas – Unifal/MG é a elaboração de um Objeto de Aprendizagem (OA) com o intuito de adaptarmos o conhecimento produzido no transcorrer de todo o período acadêmico relacionado ao Mestrado para a sua utilização em sala de aula com os alunos da Educação Básica. O mérito dessa proposta consiste em fazer com que os conteúdos produzidos possam transpor os espaços universitários e tornar o conhecimento mais acessível à todas as escolas brasileiras.

Apesar da amplitude de possibilidades em torno da definição do que é um Objeto de Aprendizagem, uma apresentação bem simples e objetiva é a elaborada pelo acadêmico norte-americano David Wiley, que considera que o Objeto de Aprendizagem seja “qualquer recurso digital que pode ser usado para apoiar a aprendizagem.”²¹

Também discorrendo sobre a conceituação de um OA, Daniel Fagundes Audino e Rosemy da Silva Nascimento reforçam que estes

podem ser encarados como materiais importantes no processo de ensino e aprendizagem, pois nos fornecem a capacidade de simular e animar fenômenos, entre outras características, assim como, reutilizá-los em vários ambientes de aprendizagem. (...) Além disso, eles surgem como um recurso capaz de potencializar a reestruturação de práticas pedagógicas, criando novas maneiras de refletir sobre o uso da comunicação, da informação e da interação.²²

Complementando essa visão, Eliane Vigneron Barreto Aguiar e Maria Lucia Pozzatti Flôres consideram que o Objeto de Aprendizagem “apresenta-se como uma vantajosa

²¹ WILEY, D. Learning object design and sequencing theory. Unpublished doctoral dissertation, Brigham Young University. 2000. *apud* AGUIAR, E. V. B.; FLÔRES, M. L. P. *Objetos de aprendizagem: conceitos básicos*. In TAROUÇO, L. M. R., *et al.* **Objetos de aprendizagem: teoria e prática**. Porto Alegre: Evangraf, 2014, p. 13.

²² AUDINO, D. F.; NASCIMENTO, R. S. *Objetos de Aprendizagem – Diálogos entre conceitos e uma nova proposição aplicada à Educação*. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 5, nº 10, 2010, p. 130.

ferramenta de aprendizagem e instrução, a qual pode ser utilizada para o ensino de diversos conteúdos e revisão de conceitos.”²³

Todas as conceituações acima mencionadas deixam evidentes como os OAs podem se transformar em importantes ferramentas para facilitarem a compreensão dos temas abordados em sala de aula nas escolas brasileiras. Isso vale especialmente nos tempos atuais, em que a maior parte dos alunos lidam cotidianamente com ferramentas digitais e tecnológicas, o que facilitaria o acesso ao conhecimento escolar.

Para a consecução deste OA, nos valeremos do conceito de transposição didática, que se caracteriza pela adaptação do conteúdo acadêmico ao nível do educando, ou até mesmo a sua “transformação para que ele possa se tornar apto a ser ensinado”.²⁴ Nesse mesmo sentido, Ana Maria Monteiro aponta que é necessário

tornar os saberes selecionados efetivamente transmissíveis e assimiláveis. Para isso, exige-se um trabalho de reorganização, reestruturação ou de transposição didática que dá origem a configurações cognitivas tipicamente escolares, capazes de compor uma cultura escolar *sui generis*, com marcas que transcendem os limites da escola.²⁵

É válido ressaltar que, nas últimas décadas, o uso da tecnologia em sala de aula vem crescendo vertiginosamente, se consolidando como um importante elemento no processo de aprendizagem. Segundo o pesquisador Jocemar do Nascimento, coordenador do Projeto de Ensino de Programação e Robótica na Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Cascavel, no Paraná, “a tecnologia precisa ser aplicada como uma ferramenta que ajude a atingir os objetivos e direitos de aprendizagem estabelecidos.”²⁶

Apesar dos grandes desafios que envolvem o uso das ferramentas tecnológicas nas escolas públicas do país, principalmente quanto à falta de estrutura e conectividade, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)²⁷ defende o uso das tecnologias como uma das competências gerais da educação básica, principalmente no seu item 5, ao afirmar os seus propósitos de

²³ AGUIAR, E. V. B.; FLÔRES, M. L. P., *op. cit.*, p. 12.

²⁴ GABRIEL, C. T. Usos e abusos do conceito de transposição didática. *In: IV Seminário Perspectivas do Ensino de História*. Ouro Preto: UFOP, 2001, p. 3.

²⁵ MONTEIRO, A. M. F. C. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. *História & Ensino*, v. 9, Universidade Estadual de Londrina, out. 2003, p. 13.

²⁶ GAROFALO, D. “A Base quer a tecnologia na sua disciplina. E agora?”, *Revista Nova Escola*, disponível em < <https://novaescola.org.br/conteudo/5344/a-base-quer-a-tecnologia-na-sua-disciplina-e-agora>>, acesso em 12 jan. 2020.

²⁷ Reconhecemos uma série de críticas oportunas à Base Nacional Comum Curricular quanto a forma como essa norma foi estruturada, dentre outros questionamentos pertinentes. No entanto, a citamos como o elemento norteador do currículo escolar brasileiro no qual essa pesquisa pretende se inserir.

compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.²⁸

A BNCC também estabelece como competência específica da área de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental o uso das “tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado à localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.”²⁹ No campo da História, também é contemplado na BNCC como uma das suas competências específicas o uso das “tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.”³⁰

Portanto, ao defender o uso das novas ferramentas tecnológicas no processo de aprendizagem, a BNCC também reforça a importância dos OAs no cenário da Educação pública do país. Dessa forma, ao construirmos um Objeto de Aprendizagem que contribua para a compreensão de um determinado fato histórico, estaremos, além de cumprindo os preceitos legais que norteiam a Educação brasileira, facilitando uma melhor compreensão da nossa trajetória, tornando os estudantes cada vez mais aptos a uma intervenção mais responsável no mundo onde vivemos.

A mesma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também estabelece o quanto o conhecimento sobre o passado é um instrumento de grande relevância, pois

um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania.³¹

Para atingirmos tais propósitos, este trabalho tem como referência as normatizações estabelecidas na BNCC para os alunos do Ensino Fundamental – Anos Finais, especialmente para os alunos do 7º ano, período em que estudam as ampliações das conexões entre Europa, América e África. Especificamente nessa série, são debatidos os aspectos políticos, sociais,

²⁸ BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: DF, 2018, p. 9.

²⁹ *ibid.*, p. 357.

³⁰ BRASIL, *op. cit.*, p. 402.

³¹ *ibid.*, p. 400.

econômicos e culturais ocorridos a partir do final do século XV até o final do século XVIII, nos quais se insere as questões relacionadas à Expansão Marítima Europeia.³² A partir desse referencial, o tema apresentado por esse Objeto de Aprendizagem restringe-se aos conhecimentos propostos para os alunos desse período, cuja idade escolar e os conhecimentos prévios alcançados nas séries anteriores, são extremamente compatíveis com a temática proposta por esta atividade.

Portanto, consideramos que um estudo sobre a expansão marítima europeia e o consequente processo de ocupação da América nos permite compreender as diversas questões políticas, culturais, econômicas e sociais que existiram e que persistem em nosso continente até os dias atuais. Estas, naturalmente, são resultados de acontecimentos passados e que repercutem até o nosso cotidiano.

Sendo assim, a utilização desse Objeto de Aprendizagem se justifica pelo fato de proporcionar, com a devida intervenção do professor, uma compreensão mais ampla sobre os fatores que contribuíram para a Expansão Marítima Europeia, ao ponto de identificarmos como era o pensamento religioso de Cristóvão Colombo no período das Grandes Navegações e as formas e situações em que esse aspecto cultural contribuiu para impulsionar esse processo expansionista que resultou, inclusive, na ocupação de um novo continente.

2.2 APRESENTANDO O OBJETO DE APRENDIZAGEM: UMA ANIMAÇÃO SOBRE OS PROPÓSITOS RELIGIOSOS DAS EXPEDIÇÕES DE COLOMBO

O Objeto de Aprendizagem que desenvolvemos como parte deste trabalho que ora apresentamos foi nomeado como *Colombo e os propósitos religiosos da expansão marítima* (Figura 1). Sua estrutura consiste em uma apresentação em forma de vídeo sobre a mentalidade religiosa do navegador Cristóvão Colombo, destacando como alguns elementos da fé cristã cultuada pelo navegador também serviram como princípios inspiradores para as expedições que empreendeu.³³

³² BRASIL, *op. cit.*, p. 418.

³³ Link para acessar o Objeto de Aprendizagem: <https://www.youtube.com/watch?v=YxLVdydFa-I&t=6s>

Figura 1 – Tela de abertura do Objeto de Aprendizagem



Fonte: Do Autor

Nos preocupamos em elaborar um trabalho com as características visuais e linguagem adequadas ao público do 7º ano do Ensino Fundamental, período em que estudam sobre a Expansão Marítima iniciada pelos países ibéricos. Animações como essa que estamos propondo geralmente conseguem chamar a atenção dos alunos dessa faixa etária pelo formato com o qual já estão familiarizados e acostumados a acessar pelas redes sociais ou plataformas de vídeos.

Iniciamos o vídeo com uma problematização a respeito da forma como os livros didáticos disponibilizados aos alunos do Ensino Fundamental apresentam os motivos da Expansão Marítima, relacionando-os com os propósitos econômicos das Grandes Navegações, como a busca por um caminho marítimo que os levasse às Índias em busca de especiarias, a procura por metais preciosos como ouro e prata, o comércio de produtos orientais na Europa e a conquista de novas terras. (Figuras 2, 3 e 4). É bem provável que, em virtude da forma como os livros didáticos são elaborados, os alunos tenham aprendido esse aspecto inicial da Expansão com foco nos aspectos materiais. No entanto, apontamos em seguida que os historiadores, em trabalhos mais recentes, apresentam esse tema sob uma outra ótica (Figuras 5, 6 e 7).

Figura 2 – Motivações para a Expansão Marítima



Fonte: Do Autor

Figura 3 – Objetivos econômicos da Expansão



Fonte: Do Autor

Figura 4 – Interesse em ampliar os domínios territoriais



Fonte: Do Autor

Figura 5 – Novas abordagens historiográficas



Fonte: Do Autor

Figura 6 – Fontes analisadas pelos historiadores



Fonte: Do Autor

Figura 7 – Motivos religiosos para a Expansão



Fonte: Do Autor

Em seguida, abordamos que, além de contar com incentivos dos reis e dos comerciantes, a Igreja Católica também foi uma grande apoiadora desse processo (Figura 8). Nesse aspecto, procuramos destacar como a Igreja era uma instituição poderosa nesse período, grande influenciadora da mentalidade europeia e que também estava interessada em participar desse movimento expansionista (Figuras 9, 10 e 11).

Figura 8 – Apoio da Igreja para a Expansão Marítima



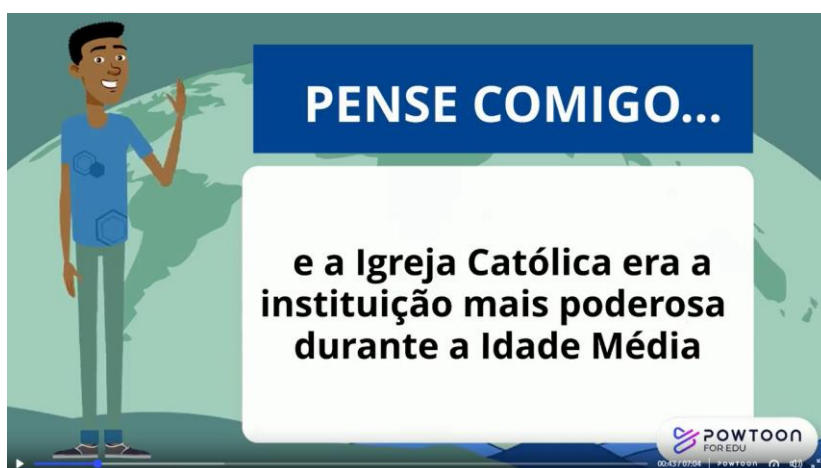
Fonte: Do Autor

Figura 9 – Influência da religião na Europa



Fonte: Do Autor

Figura 10 – Poder da Igreja na Europa Medieval



Fonte: Do Autor

Figura 11 – Influência da Igreja na Europa



Fonte: Do Autor

Nas telas a seguir, apresentamos uma indagação sobre quais seriam os objetivos religiosos que se destacaram na Expansão Marítima. Iniciamos com uma explicação sobre as Cruzadas e como o ideal de enfrentamentos dos muçulmanos ainda permaneciam vivos nesse período em virtude da ocupação da Península Ibérica pelos seguidores de Maomé. Esse ideal de enfrentamento dos chamados infiéis teria influenciado diversas expedições, como a conquista de Ceuta pelos portugueses em 1415, considerada como o marco inicial da expansão europeia (Figuras 12, 13, 14, 15, 16 e 17). Nas telas seguintes demonstramos como a Igreja Católica também incentivava esse ataque aos muçulmanos por meio de algumas bulas papais que pretendiam promover a expansão da fé cristã (Figuras 18 e 19).

Figura 12 – Objetivos religiosos da Expansão Marítima



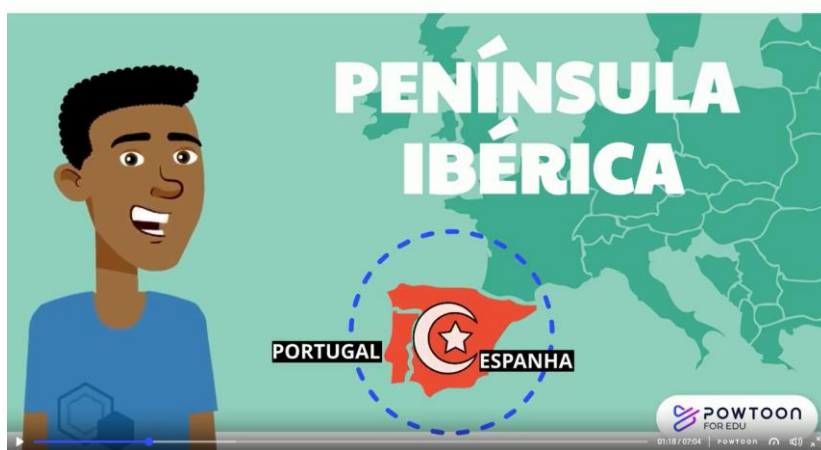
Fonte: Do Autor

Figura 13 – Objetivos das Cruzadas



Fonte: Do Autor

Figura 14 – Cruzadas da Península Ibérica



Fonte: Do Autor

Figura 15 – Explicação sobre Cruzadas



Fonte: Do Autor

Figura 16 – Espírito das Cruzadas



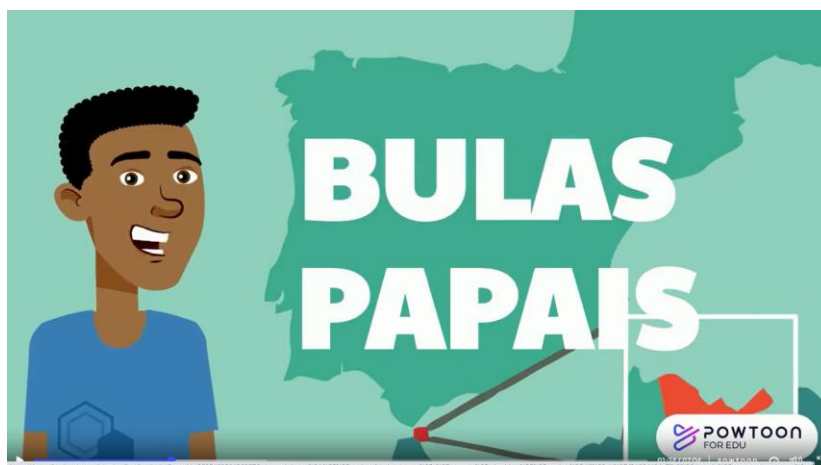
Fonte: Do Autor

Figura 17 – Conquista de Ceuta como um exemplo da Cruzada



Fonte: Do Autor

Figura 18 – Estímulo da Bulas Papais para as Cruzadas



Fonte: Do Autor

Figura 19 – Propósitos expansionistas das Bulas Papais



Fonte: Do Autor

Outro objetivo religioso da Expansão Marítima é apresentado nas Figuras 20, 21 e 22, as quais tratam do desejo de encontrarem o famoso reino de “Prestes João”, chefe de um poderoso reino cristão que estaria situado em algum território do continente africano e que poderia se transformar em um interessante aliado na luta contra os muçulmanos.

Figura 20 – Procura pelo reino de Prestes João



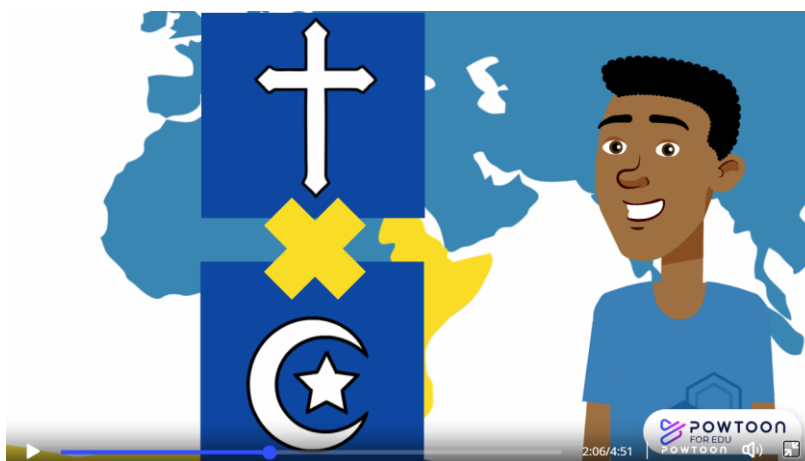
Fonte: Do Autor

Figura 21 – Explicação sobre Prestes João



Fonte: Do Autor

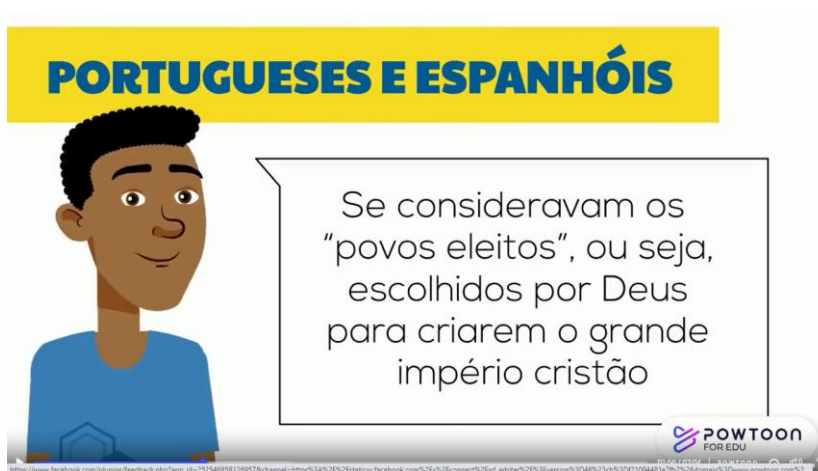
Figura 22 – Aliança com Prestes João para enfrentar os infiéis



Fonte: Do Autor

As próximas duas telas (Figuras 23 e 24) abordam o fato de os ibéricos se considerarem como os povos escolhidos por Deus para criarem esse grande império cristão, fator que impulsionará Portugal e Espanha a empreenderem uma série de ações para alcançar esse propósito que se relacionavam com as navegações. Demonstramos, como exemplo, o Tratado de Tordesilhas assinado entre os dois países e que continha a previsão de que ambos deveriam investir na evangelização dos povos conquistados.

Figura 23 – Ibéricos como povos eleitos



Fonte: Do Autor

Figura 24 – O Tratado de Tordesilhas e a Expansão da fé



Fonte: Do Autor

Após essa contextualização, as demais telas apresentam os objetivos religiosos do navegador Cristóvão Colombo, tema principal da nossa pesquisa. Iniciamos essa parte do vídeo com uma descrição da personalidade de Almirante, destacando a sua religiosidade fervorosa,

característica muito comum entre os europeus da sua época. Além do mais, Colombo sempre considerava que suas expedições eram conduzidas pela vontade divina, associando suas expedições às suas convicções religiosas. Por isso, considerava que os resultados das suas expedições eram resultados de um milagre conduzido por Deus. A leitura da Bíblia e de teólogos também era uma prática comum de Colombo, que justificava suas ações ou sua visão sobre os acontecimentos pelos quais passava com base nos textos que lia (Figura 25).

Figura 25 – Características religiosas de Colombo



Fonte: Do Autor

As próximas telas demonstram alguns elementos religiosos presentes na mentalidade de Colombo e que o motivaram a navegar, como o desejo de iniciar um trabalho de propagação da fé cristã, ancorado na interpretação que fizera do seu próprio nome (Colombo se considerava o Portador Cristo). Ademais, o navegador também pretendia obter recursos para iniciar a recuperação da Terra Santa, tal como um cruzado dos séculos anteriores. A procura pelo Paraíso Terrestre se configuraria como outro elemento impulsionador de Colombo associado às suas expedições, tal como a crença escatológica no final dos tempos. Para ilustrar seu pensamento, diversos trechos de documentos escritos por Colombo são apresentados como forma de complementar as interpretações sobre a visão religiosa do navegador (Figuras 26 a 47).

Figura 26 – Colombo e a expansão da fé



Fonte: Do Autor

Figura 27 – Colombo e a conversão dos povos encontrados



Fonte: Do Autor

Figura 28 – Colombo e a expansão do cristianismo



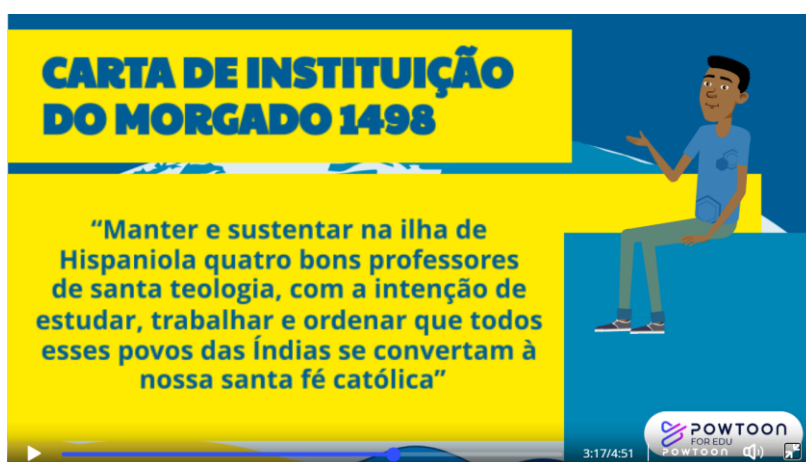
Fonte: Do Autor

Figura 29 – Colombo como o portador de Cristo



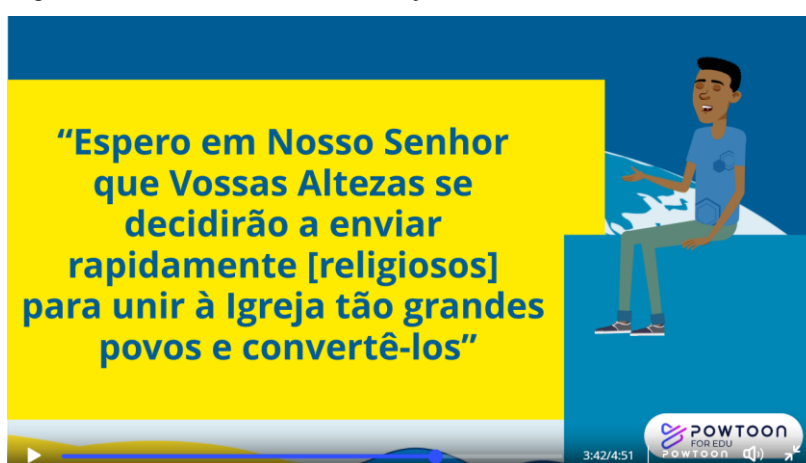
Fonte: Do Autor

Figura 30 – Colombo e as orientações aos seus herdeiros



Fonte: Do Autor

Figura 31 – Colombo e as recomendações aos reis católicos



Fonte: Do Autor

Figura 32 – Colombo e a recuperação de Jerusalém



Fonte: Do Autor

Figura 33 – Colombo e suas interpretações religiosas



Fonte: Do Autor

Figura 34 – Objetivos religiosos da Expansão comandada por Colombo



Fonte: Do Autor

Figura 35 – Colombo e seus propósitos cristãos



Fonte: Do Autor

Figura 36 – Conquista de Terra Santa como objetivo de Colombo



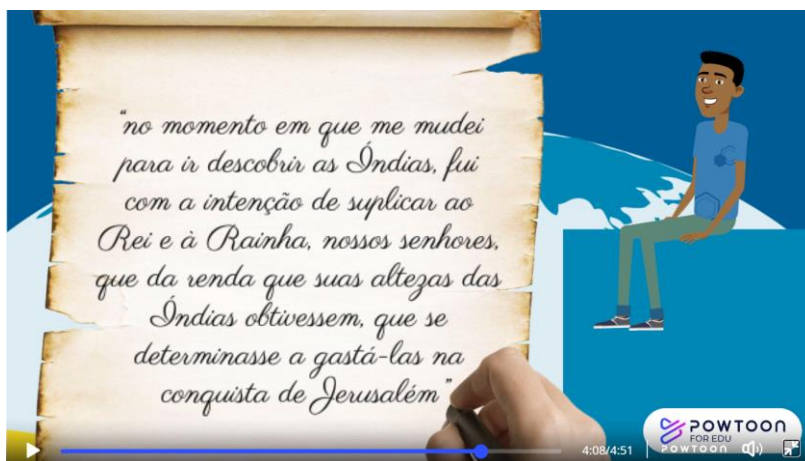
Fonte: Do Autor

Figura 37 – Registro do pensamento de Colombo



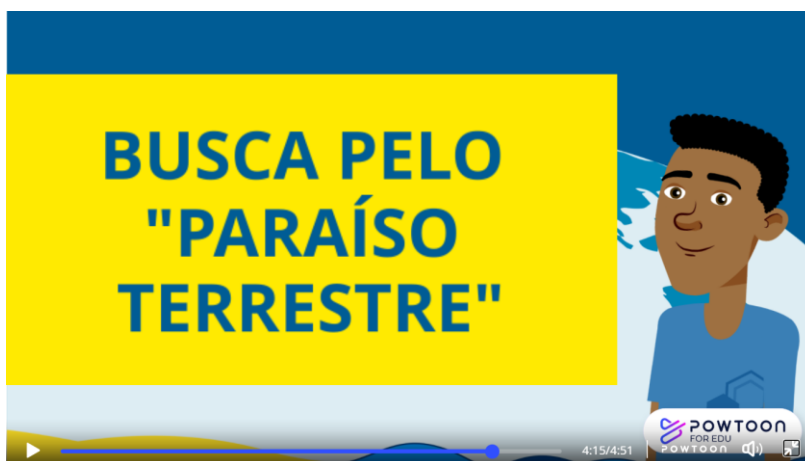
Fonte: Do Autor

Figura 38 – Registro dos interesses religiosos de Colombo



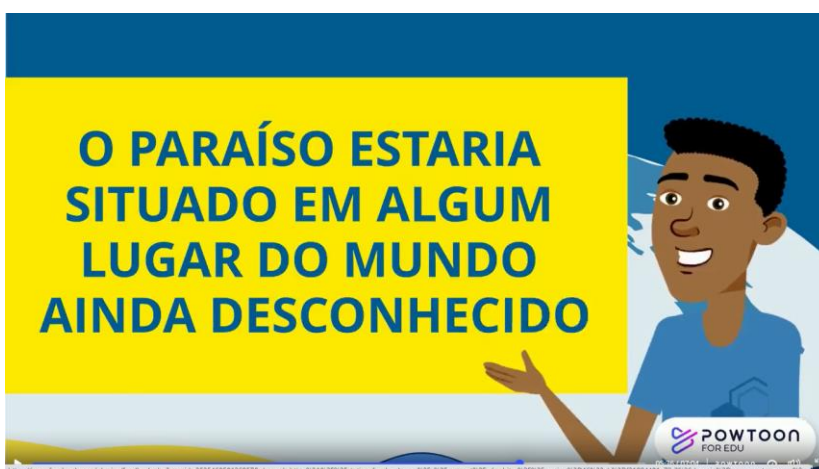
Fonte: Do Autor

Figura 39 – Colombo e a procura pelo Paraíso



Fonte: Do Autor

Figura 40 – Colombo e a percepção sobre o Paraíso



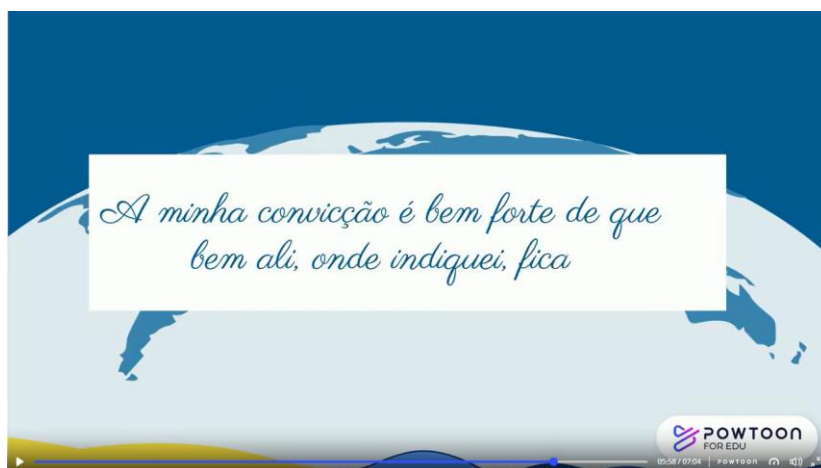
Fonte: Do Autor

Figura 41 – Colombo e providência divina



Fonte: Do Autor

Figura 42 – Colombo e a crença no Paraíso



Fonte: Do Autor

Figura 43 – Colombo e a proximidade com o Paraíso



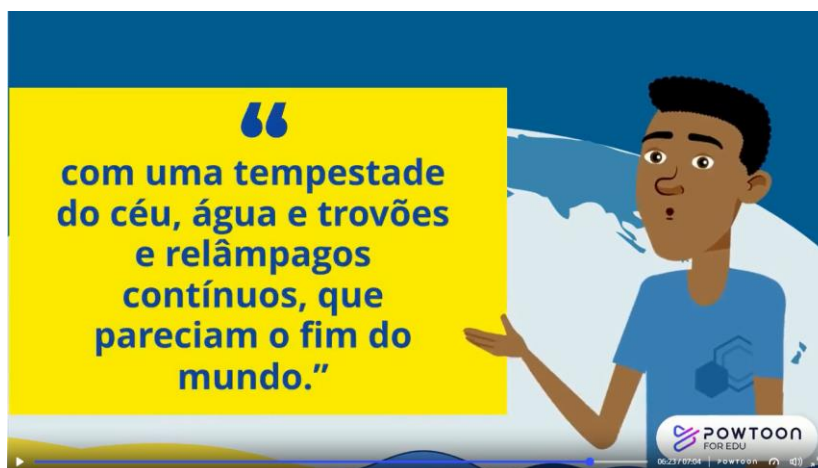
Fonte: Do Autor

Figura 44 – As visões do Paraíso por Colombo



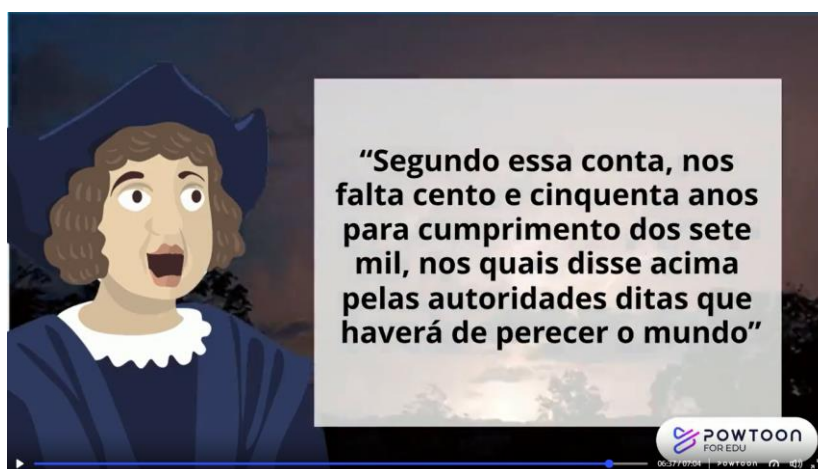
Fonte: Do Autor

Figura 45- Colombo e o fim do mundo



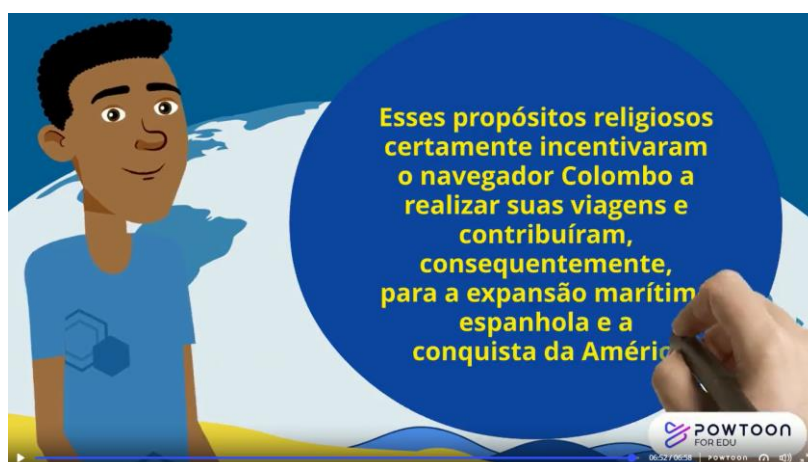
Fonte: Do Autor

Figura 46 – Colombo e sua visão escatológica



Fonte: Do Autor

Figura 47 – Colombo e seus desejos religiosos



Fonte: Do Autor

Figura 48 – Tela final do Objeto de Aprendizagem



Fonte: Do Autor

Isto posto, a utilização desse Objeto de Aprendizagem por professores e alunos se apresenta de forma bastante fácil e intuitiva em virtude do formato comum e linguagem simplificada que adotamos na narração do vídeo. Dessa forma, essa ferramenta pedagógica poderá contribuir para despertar a atenção sobre essa temática ou facilitar a sua compreensão. Sugerimos que esta ferramenta possa ser utilizada para os alunos no transcorrer do estudo sobre as Grandes Navegações ou Expansão Marítima Europeia, formas como esse assunto geralmente é denominado nos livros didáticos e que geralmente são estudados pelos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental. Pretendemos, com esse vídeo, ampliar a percepção sobre esse tema, de forma que os alunos compreendam que as questões religiosas foram tão importantes para o desenvolvimento desse processo tal como as questões econômicas.

Consideramos também que essa apresentação pode ser empregada logo na introdução desse conteúdo, após uma análise preliminar conduzida pelo professor. Sugerimos, também que, em seguida, seja proposta uma atividade que seja executada pelos alunos, a critério do professor, a fim de verificar a apreensão dos alunos sobre este assunto.

Pretendemos, dessa maneira, que este Objeto de Aprendizagem possa se tornar um instrumento pedagógico que complemente o material didático, permitindo que professores e alunos tenham uma percepção diferente sobre os motivos que contribuíram para a Expansão Marítima por meio de uma apresentação compatível com as mídias utilizadas de forma recorrente na atualidade.

3 EM NOME DE DEUS: A EXPANSÃO MARÍTIMA ESPANHOLA E SEUS ASPECTOS RELIGIOSOS

3.1 A ESPANHA DO SÉCULO XV QUE SE LANÇOU AO MAR

Quando Cristóvão Colombo aportou em terras americanas, as quais imaginava pertencerem ao que genericamente os europeus chamavam de “Índias” mal sabia o almirante genovês que sua expedição resultaria em um dos momentos mais importantes da história da humanidade, inclusive contribuindo para a formação de uma grande potência econômica na Europa e também para a ascensão do primeiro grande império mundial da história.³⁴ Mas, que Espanha foi essa que iniciou sua expansão marítima e surgiu como um dos patrocinadores das expedições de Colombo?

Desde praticamente o começo do século XIII, apesar de ter o seu território todo fragmentado entre vários reinos, a Península Ibérica dividia-se, basicamente, entre duas áreas distintas. Estas, nas palavras de Jorge Luiz Ferreira, foram chamadas de “duas grandes Espanhas”³⁵ representadas, nesse caso, pelo reino castelhano de um lado e, do outro, pelo reino aragonês.³⁶

O reino de Castela – configurando uma Espanha interior ou atlântica – era considerado o mais rico e poderoso da região. Era o Estado dominante da Península Ibérica, com sua população gravitando em torno de 5 a 7 milhões de habitantes. Além disso, também era possuidor de um comércio regular e efervescente com a região norte da Europa, o que o destacava economicamente dos demais reinos ibéricos. Detinha uma área repleta de enormes propriedades aristocráticas e, além disso, era a sede de poderosas ordens militares.³⁷

Essas ordens, por sua vez, estavam há muito tempo envolvidas na luta pela expulsão do mouro dos seus territórios e, como prêmio pelas vitórias obtidas, a Coroa castelhana distribuía todas as terras que eram reconquistadas aos cavaleiros envolvidos nas batalhas. Dessa forma, segundo Ferreira, “para os homens de Castela que lutavam contra o mouro, conquista militar e obtenção de terras passarão a fazer parte de um mesmo processo”.³⁸

Nesse período, Castela contava com um grande número de cidades, embora não possuísse uma capital fixa. Cerca de 2 ou 3% da população castelhana dominava

³⁴ ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Unesp, 2016, p. 63-90.

³⁵ FERREIRA, J. L. **Conquista e colonização da América Espanhola**. São Paulo: Ática, 1992, p. 11.

³⁶ *id. ibid.*, p. 11.

³⁷ ANDERSON, P. *op. cit.*, p. 63-90.

³⁸ FERREIRA, J. L. *op. cit.*, p. 11-12.

aproximadamente 97% do solo, sendo que grande parte dessas áreas foram obtidas durante as guerras ocorridas no fim da Idade Média. Mais da metade das terras estavam nas mãos de poucas famílias abastadas que se destacavam sobre a numerosa pequena nobreza. Nas grandes fazendas aristocráticas, a cultura de cereais foi sendo substituída aos poucos pela criação pastoril – o que Perry Anderson denominou como o *boom* da lã. Esse processo contribuiu para aumentar consideravelmente a riqueza de grande parte das casas aristocráticas e, também, promoveu o crescimento urbano e a expansão do comércio exterior. Tal situação econômica beneficiou, em grande medida, as principais cidades castelhanas e os navios cantábricos em função de um comércio regular e duradouro com a indústria têxtil de Flandres.³⁹

Do ponto de vista político e social, Castela – juntamente com o reino de Leão, ainda no século XIII – esteve entre os primeiros reinos medievais que desenvolveram um sistema de Estado. Suas Cortes continuaram sendo assembleias que se reuniam ocasionalmente, sem resultar em uma institucionalização regular. Tanto a convocação das Cortes quanto a sua composição dependia exclusivamente dos interesses e objetivos do monarca. Suas esporádicas sessões eram realizadas de forma ocasional e não deram origem a nenhum sistema efetivo de cúrias. As Cortes também não tinham nenhum poder de iniciativa legislatória, ficando esta atribuição a cargo do rei.⁴⁰

Com relação aos tributos, a nobreza e o clero contavam com a imunidade fiscal característica desses tempos medievais. Portanto, eram as cidades que unicamente pagavam os impostos aprovados pelas Cortes que, quase sempre, recaíam sobre a grande massa da população. Politicamente, a aristocracia castelhana não tinha muito interesse em sua representação nessas instituições, pois eram consideradas um tanto quanto frágeis. Dessa maneira, preferiam participar das ricas ordens militares criadas desde a época das Cruzadas, tais como Santiago, Calatrava e Alcântara. Essas sim, ao contrário das Cortes, eram tratadas como instituições muito mais importantes e representativas para tal grupo social.⁴¹

Já o reino de Aragão, por sua vez, possuía características absolutamente distintas das de Castela. Representando uma Espanha voltada ao Mar Mediterrâneo, dedicava-se principalmente ao comércio, com destaque para o das especiarias, o que fazia com que os aragoneses mantivessem fortes relações econômicas com as cidades comerciais da Itália e do norte da

³⁹ ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Unesp, 2016, p. 63-90.

⁴⁰ *id. ibid.*, p. 63-90.

⁴¹ *id. ibid.*, p. 63-90.

África. É por isso que Ferreira, ao analisar as características de Aragão, aponta que “o ouro, as especiarias e o lucro moviam suas ações no Mediterrâneo”.⁴²

Apesar dessas acentuadas características comerciais, Aragão desenvolvera o sistema senhorial mais repressivo da Península Ibérica. A aristocracia rural aragonesa conservava plenos poderes semelhantes aos da época do feudalismo. A servidão ainda era uma forma de trabalho muito comum dentro do reino e um grande número de camponeses cativos de origem mourisca trabalhava para os senhores cristãos. A Catalunha era considerada como o principal centro de um império mercantil no Mediterrâneo. Já Barcelona era reconhecida como a maior cidade da Espanha medieval, enquanto seu patriciado era tido como a classe comercial mais rica da região.⁴³

Porém, a prosperidade catalã sofrera drasticamente com as epidemias e suas consequências desastrosas. Entre 1365 e 1397, em razão da Peste Negra, quase 1/3 da sua população pereceu. Devido à concorrência genovesa no Mediterrâneo, o número de falências comerciais cresceu assustadoramente. Nesse cenário desolador, eram comuns as revoltas contra o patriciado da cidade, organizadas, principalmente, por pequenos comerciantes e pelas guildas de artesãos.⁴⁴

No campo, a situação crítica era cada vez mais evidente. Também o campesinato se revoltava constantemente para acabarem com o que chamavam de “maus costumes” e, ademais, para tomarem as terras que estavam desertas desde as rebeliões ocorridas durante o século XV. A nobreza catalã – tal como a sua economia – notadamente se enfraqueceu em virtude da guerra civil entre a monarquia e os representantes da nobreza. No entanto, apesar de todos esses problemas, suas bases ultramarinas que ficavam na Península Itálica permaneceram preservadas.⁴⁵

Em Valência, considerada a terceira maior província do reino, sua nobreza ainda mantinha a exploração do trabalho mourisco, possuía uma próspera comunidade de mercadores, cujos negócios se expandiram no transcorrer do século XV. Entretanto, somente o crescimento de Valência não foi suficientemente capaz de evitar o declínio econômico da Catalunha. Essa disparidade também salta aos olhos em termos populacionais quando comparamos o número de súditos de cada um dos dois reinos. Juntas, as populações das três províncias de Aragão

⁴² FERREIRA, J. L. *op. cit.*, p. 11.

⁴³ ANDERSON, P. *op. cit.*, p. 63-90.

⁴⁴ *id. ibid.*, p. 63-90.

⁴⁵ *id. ibid.*, p. 63-90.

totalizavam cerca de 1 milhão de habitantes – de 5 a 7 vezes menor do que a população castelhana.⁴⁶

Mesmo assim, apesar das nítidas diferenças entre Castela e Aragão, estas não foram fortes o bastante para impedirem que ambos os reinos se juntassem em torno de um projeto de unificação política. De acordo com Ferreira, a união foi possível graças à junção dos “interesses comerciais, a ideia de lucro e a busca incessante de ouro de um (que) se encontraram com as concepções de privilégio econômico conjugado à conquista militar de outro”.⁴⁷

No entanto, apesar dessas disparidades, ocorreu no dia 19 de outubro de 1469 o casamento entre Isabel de Castela e Fernando de Aragão, selando definitivamente a unificação dos dois reinos. De acordo com John Huxtable Elliott, esses monarcas podem ser considerados, inclusive, como “os primeiros soberanos autênticos da Espanha”⁴⁸ pois, exatamente nesse momento ocorre o nascimento do Estado espanhol que, nos anos seguintes, daria início ao seu projeto expansionista.

Mediante esta união, Isabel, então com 18 anos, enquanto Fernando estava com 17, tornou-se a herdeira legítima do trono de Castela e, em virtude do casamento, ascendeu ao comando de praticamente quase todo o território espanhol.⁴⁹ Como resultado da unificação matrimonial, os domínios castelhanos cresceram consideravelmente ao se estenderem sobre a Galícia, sobre a região cantábrica do antigo reino de Leão e incluíram, ainda, a meseta central da velha e da nova Castela, além do sul andaluz. O reino de Aragão, por sua vez, abrangia toda a área em torno da costa mediterrânea, desde a Catalunha até o reino de Valência, na região do Levante.⁵⁰

Para Ronaldo Vainfas, a união matrimonial estabelecida entre os monarcas espanhóis representou “o passo decisivo para a formação territorial da Espanha moderna”⁵¹ iniciando a constituição do país ibérico tal como o conhecemos atualmente. Para a sua total conclusão faltariam apenas estender seus domínios sobre os reinos de Granada e Navarra que, posteriormente, também seriam incorporados: Granada seria conquistada em 1492, colocando um ponto final na chamada Reconquista com a definitiva dominação do último reduto sob o

⁴⁶ ANDERSON, P. *op. cit.*, p. 63-90.

⁴⁷ FERREIRA, J. L. *op. cit.*, p. 12.

⁴⁸ ELLIOTT, J. H. A Conquista Espanhola e a Colonização da América. In: BETHELL, L. (org.). **História da América Latina: América Latina Colonial**, v. 1. São Paulo: Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 145.

⁴⁹ BERNARD, C; GRUZINSKI, S. **História do Novo Mundo: da Descoberta à Conquista, uma Experiência Europeia, 1492-1500**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p. 64-100.

⁵⁰ VAINFAS, R. **Economia e Sociedade na América Espanhola**. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 09-46.

⁵¹ *id. ibid.*, p.11.

comando dos mouros na Península Ibérica. Já Navarra, situada ao norte, seria anexada anos depois, em 1515.⁵²

Castela e Aragão, apesar de não possuírem os mesmos interesses de imediato, também não eram considerados como reinos totalmente adversários. Ao contrário: ambas as partes sairiam fortalecidas com a união das Coroas e, de certo modo, mais estruturadas do que antes.⁵³ Essa aliança e o conseqüente fortalecimento da monarquia espanhola como um dos resultados mais evidentes dessa relação são destacados por Elliott quando o autor registrou que,

embora as duas Coroas permanecessem institucionalmente distintas, sua união nominal representava um notável realce do poder real. Na qualidade de reis da Espanha, os Reis Católicos tinham à disposição, pelo menos potencialmente, recursos financeiros e militares muito maiores que os que podiam ser reunidos por qualquer facção rebelde entre seus súditos. Podiam recorrer a grandes reservas de lealdade instintiva entre súditos cansados de uma guerra civil interminável. Possuíam, na crescente classe dos letrados (funcionários com formação universitária) uma reserva de servidores profissionalmente qualificados, cujos próprios interesses eram mais bem servidos pela manutenção e ampliação da autoridade da Coroa.⁵⁴

Porém, apesar da oficialização do casamento entre Isabel e Fernando, essa união dinástica manteve algumas individualidades inerentes a cada reino, como nos explicam os autores da obra *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna*:

Assim os vários reinos eram preservados nos termos de suas formações originais, com seus corpos de leis, normas e direitos locais. Cada uma dessas unidades mantinha sua capacidade de autogoverno no interior de um complexo monárquico mais amplo. Em outras palavras, nesse formato, o rei operava como a cabeça do corpo social, constituído pelos vários reinos que eram regidos por suas regras, coadunados com as leis maiores editadas pela Coroa.⁵⁵

Essas determinações que tratavam dos limites entre cada reino já estavam previstas nas capitulações matrimoniais assinadas em 1469. De acordo com esse documento, cada reino preservaria os seus costumes, as suas leis, o seu sistema de representação, os seus conselhos e instituições fiscais ou eclesiásticas. Fernando só seria rei de Castela enquanto esposo da rainha; já em Aragão e na Sicília, Isabel seria rainha de Aragão e rainha da Sicília e só poderia agir como tal. Sobre as leis que vigoravam em Castela, estas não seriam aplicadas em Aragão, e o sistema fiscal aragonês não teria validade em Castela. Quanto aos domínios de cada reino, estes

⁵² VAINFAS, R. *op. cit.*, p. 09-46.

⁵³ FERREIRA, J. L. *op. cit.*, p. 11-23.

⁵⁴ ELLIOTT, J. *op. cit.*, p. 145.

⁵⁵ FRAGOSO, J.; GUEDES, R.; KRAUSE, T. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna**: Monarquia pluricontinental e Antigo Regime. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 27.

seriam mantidos da mesma maneira como se estruturaram: Nápoles e Sicília pertenciam a Aragão, enquanto Granada e, posteriormente também a América, seriam de Castela.⁵⁶

Segundo Adeline Rucquoi, o único ponto em comum entre essas duas Coroas era o par real que, a partir dessa união, seriam reconhecidos como “Dom Fernando e *Doña* Isabel, por graça de Deus rei e rainha de Castela, de Leão, de Aragão, de Sicília, de Granada, de Toledo, de Valência, de Galícia, de Maiorca, de Sevilha, de Múrcia, dos Algarves, de Gibraltar, conde e condessa de Barcelona, senhores do País Basco e de Molina, duques de Atenas e de Neopátria, condes de Rossilhão e de Cerdanha, marqueses de Uristan e de Geociano”.⁵⁷

No entanto, embora o casamento entre Isabel de Castela e Fernando de Aragão simbolizasse a unificação dos dois reinos ibéricos, a união não foi capaz, por exemplo, de padronizar a cobrança de impostos e a cunhagem de moedas com validade para toda a Espanha ou, ainda, de criar um sistema único de pesos e medidas que prevalecesse em todo o território espanhol. Para complicar ainda mais esse processo, a unificação também foi dificultada em virtude da diversidade dos costumes, da cultura e da língua, elementos que diferenciavam os diversos reinos hispânicos. Dessa maneira, somente o matrimônio entre os monarcas não foi capaz de promover efetivamente uma identidade entre os espanhóis.⁵⁸

Faltava à Espanha algo que unificasse esta nacionalidade espanhola, “não somente pelo poderio militar de Castela, talvez o reino mais forte na Península neste quesito, mas também pelo sentimento de pertencerem a um Estado unificado”.⁵⁹ Nesse sentido, coube à Igreja Católica a função de desempenhar o papel de promotora de uma identidade coletiva. Com a devida anuência da Igreja, a unidade derivaria, portanto, da unidade religiosa. Em outras palavras, o conceito de súdito se confundiria, agora, com o termo cristão.⁶⁰ Portanto, como apontou Ferreira, a unidade religiosa passaria a ser o elemento que legitimaria e lançaria as bases efetivas para a formação de uma identidade entre os espanhóis.⁶¹

Esse processo identitário já vinha ocorrendo desde o período em que a Reconquista se iniciou, no século VIII, e a luta para a expulsão dos povos árabes se tornou algo comum na vida dos ibéricos. Nesse contexto, o catolicismo já vinha se apresentando como um elemento extremamente importante para a formação e a divulgação da ideia de unidade cultural na Espanha. Dessa forma, estava evidente que a legitimidade da monarquia resultaria da chamada

⁵⁶ RUCQUOI, A. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995, p. 167-213.

⁵⁷ *id. ibid.*, p. 206.

⁵⁸ FERREIRA, J. L. *op. cit.*, p. 11-23.

⁵⁹ VAINFAS, R. *op. cit.*, p.12-13.

⁶⁰ *id. ibid.*, p. 09-46.

⁶¹ FERREIRA, J. L. *op. cit.*, p. 11-23.

Guerra Santa contra o muçulmano e a conseqüente defesa da cristandade.⁶² Reforçando esse importante aspecto, Elliott também nos indica que

o humanismo do Renascimento e uma religião revivescente com fortes nuances escatológicas forneciam ideias e símbolos que podiam ser explorados para projetar novas imagens da monarquia, como a de líder natural numa grande empresa coletiva — a missão divina de eliminar os últimos resquícios do domínio mouro e de purificar a Península de quaisquer elementos de contaminação, um prelúdio da difusão do Evangelho aos recantos mais longínquos da Terra.⁶³

Em virtude desse pensamento, prevaleceria na Espanha recém-unificada a ideia de que o poder dos príncipes hispânicos resultava, sobretudo, de uma missão divina: a da reconquista da Península Ibérica de posse dos seguidores de Maomé e a sua conseqüente devolução à cristandade. Dessa forma, o poder real seria justificado por essa tarefa religiosa, e a dominação dos territórios que estavam sob comando dos muçulmanos representavam uma clara demonstração de que agiam de acordo com a vontade de Deus e dos seus mandamentos.⁶⁴ É por isso que Carmen Bernand e Serge Gruzinski consideraram que o movimento reconquistador se apresentou como uma versão cristã do *jihad*, ou seja, uma Guerra Santa.⁶⁵

Esse movimento de retomada das terras hispânicas das mãos dos mouros tem na dominação de Granada por Isabel e Fernando, o ápice deste processo que envolve união dinástica e Reconquista. Nesse sentido, Bernand e Gruzinski declararam que, a partir da queda do último reduto muçulmano na Península Ibérica, “a espantosa diversidade cultural e linguística da Espanha deveria se dobrar àquilo que substituiria a identidade nacional, ou seja, o catolicismo triunfante”.⁶⁶

Historicamente, a monarquia espanhola fora uma instituição muito prestigiada na Península Ibérica em virtude do seu apoio a esta Guerra Santa contra os mouros. Dessa forma, o espírito cruzadista e o ideal de expansão da cristandade desempenharam o papel de alicerces para justificar uma base tradicional de legitimação do poder real. Nesses termos, como a monarquia católica do século XV estivera empenhada desde o início na Reconquista em território espanhol, é evidente que o poder real saiu deste processo cada vez mais fortalecido.⁶⁷

⁶² MONTEIRO, R. **A religião no contexto da conquista da América Espanhola a partir do pensamento de Bartolomé de Las Casas**. 2017. 192f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, PUCCAMP, Campinas, 1994, p. 71-143.

⁶³ ELLIOTT, J. *op. cit.*, p. 145.

⁶⁴ RUCQUOI, A. *op. cit.*, p. 215-309.

⁶⁵ BERNAND, C; GRUZINSKI, S. *op. cit.*, p. 64-100.

⁶⁶ *id. ibid.*, p. 66.

⁶⁷ VAINFAS, R. *op. cit.*, p. 09-46.

Assim, é nítido que o fator religioso se apresentou como o elemento de maior relevância para a construção de uma cultura conquistadora na Espanha. O fundamento jurídico que vigorava na época já revelava que era absolutamente legítimo um reino conquistar outro reino cujo monarca não fosse declaradamente um cristão. Dessa maneira, a expansão da religião cristã era vista como bem-vinda por Deus, pois, por meio dela, a humanidade teria a oportunidade de conhecer os Evangelhos, o que era tido como um plano estabelecido pelo Senhor.⁶⁸ Essa cultura conquistadora, como assinalou Robson Monteiro, “modelou a consciência social dos homens da Reconquista, atravessou o Atlântico e teve continuidade no processo de conquistas das civilizações do Novo Mundo”.⁶⁹

No âmbito desse processo, o ideal de Cruzada como um dos elementos centrais do poder régio se fortaleceu ainda mais com uma prática relativamente nova na Espanha, manifestada, principalmente, pela intolerância religiosa.⁷⁰ A intolerância não se restringia somente aos muçulmanos, com os quais os ibéricos combatiam há séculos, mas também com relação aos judeus instalados na Península. Para Bernand e Gruzinski, “naquele fim de século, sob a pena dos cronistas ou entre a maioria dos cristãos-velhos, o espírito de Cruzada contra o Islã confunde-se com a rejeição aos judeus e com a exaltação da superioridade das terras cristãs”.⁷¹

Tal relação intolerante se tornará ainda mais evidente a partir do ano de 1478 com a instalação do Santo Ofício na Espanha. Com a devida autorização do Papa Sisto IV, estabeleceu-se um primeiro tribunal da Inquisição dois anos depois em Sevilha e, em 1488, criou-se um conselho da Inquisição ligado à Corte. Essa instituição se tornaria responsável pela chamada “extirpação da heresia”⁷², ou seja, por policiar as práticas heréticas ou judaizantes ocorridas em território espanhol.⁷³

Por isso que Ferreira considerou que não tenha sido “casual que a Inquisição espanhola tenha surgido com os Reis Católicos”.⁷⁴ Nesse sentido, todo e qualquer elemento indesejado passou, de uma forma ou de outra, a ter sua permanência na Espanha como alvo de rejeição, conforme destacaram Bernand e Gruzinski

Na medida em que a Reconquista fazia de uma religião, o catolicismo, o único cimento da unidade espanhola, todas as comunidades que dele se afastavam tornavam-se não só marginais, mas principalmente indesejáveis. A essa tendência unificadora que surge durante o século XV, acrescenta-se costuma designar todos aqueles que não constituem

⁶⁸ VAINFAS, R. *op. cit.*, p. 09-46.

⁶⁹ MONTEIRO, R. *op. cit.*, p. 74.

⁷⁰ VAINFAS, R. *op. cit.*, p. 09-46.

⁷¹ BERNAND, C; GRUZINSKI, S. *op. cit.*, p. 98.

⁷² RUCQUOI, A. *op. cit.*, p. 208.

⁷³ VAINFAS, *op. cit.*, p. 09-46.

⁷⁴ FERREIRA, J. L. *op. cit.*, p. 12.

a massa dos “naturais” (*naturales*), ou seja, originários, em termos de desvio religioso.⁷⁵

Isso justifica o porquê de 1492, pouco depois da reconquista de Granada, que um decreto tenha determinado que os judeus não convertidos deveriam abraçar a religião católica ou, então, obrigatoriamente deixar a Espanha. Dez anos mais tarde, em 1502, a mesma medida também atingiria os muçulmanos. Estas ações tiveram amplos impactos econômicos, políticos e religiosos na Espanha, pois, além de permitirem à monarquia espanhola o sequestro de bens patrimoniais dos povos que subjagara – o que economicamente favoreceria as finanças do reino – também estreitaria a aliança entre os Reis Católicos e a Santa Sé.⁷⁶

Em termos sociais, foi exatamente essa sociedade patrimonial – estruturada em torno de valores e princípios absolutamente medievais e que se viu desmantelada no final da Idade Média – que foi reconstituída em Castela durante o reinado conjunto de Isabel e Fernando (1474-1504) e, depois, transportada através do oceano para ser implantada nas ilhas e no continente americano sob o domínio da Espanha. Tal situação explica as razões que levaram Elliot a considerar que os Reis Católicos foram “os governantes do que era essencialmente uma sociedade medieval renovada”.⁷⁷

Assim, a afirmação da religião católica como um mecanismo de poder régio ocorreu na mesma época em que se desenrolava a formação de alianças entre reis, nobreza feudal e Igreja, fortalecendo ainda mais o predomínio senhorial e os valores aristocráticos que iriam marcar a Espanha moderna. Posteriormente, já no final do século XV, essa política foi mantida e acentuada pelos Reis Católicos, conservando os privilégios senhoriais em troca de apoio político à unificação monárquica. Por isso, Fernando e Isabel apoiaram a repressão de revoltas camponesas em Castela e Aragão e, também, adotaram uma política agrária em favor dos senhores, consolidando “uma estrutura fundiária patrimonial e uma sociedade apegada à hierarquia e à pureza de sangue.”⁷⁸

Os monarcas Isabel e Fernando, como afirmara Elliot, “possuíam a sagacidade e a habilidade para aproveitarem ao máximo essas diversas armas do seu arsenal”.⁷⁹ Dessa forma, valendo-se de todos os meios possíveis e apoiando-se na nobreza e na Igreja, os Reis Católicos conseguiram, de forma surpreendente, estabelecer nas últimas duas décadas do século XV a reafirmação e a ampliação do poder real, o que será fundamental para a reorganização da

⁷⁵ BERNAND, C; GRUZINSKI, S. *op. cit.*, p. 87.

⁷⁶ VAINFAS, R. *op. cit.*, p. 09-46.

⁷⁷ ELLIOTT, J. *op. cit.*, p. 144.

⁷⁸ VAINFAS, R. *op. cit.*, p. 15.

⁷⁹ ELLIOTT, J. *op. cit.*, p. 145.

Espanha no plano interno, propiciando as condições para a sua conseqüente expansão em direção ao Atlântico.⁸⁰

Portanto, tradicionalmente católica, recentemente unificada, apoiada por uma elite agrária e aristocrática e, inclusive, incentivadora de uma mentalidade cruzadista: assim, era a Espanha do final do século XV que se lançará aos mares.

3.2 A EXPANSÃO ATLÂNTICA ESPANHOLA: DAS CANÁRIAS À AMÉRICA

Alguns fatores geográficos contribuíram decisivamente para que a Península Ibérica assumisse a liderança de um movimento em direção ao oeste, como a proximidade com a África e a sua longa costa atlântica. Somada a esses fatores, desenvolveu-se na Península, tanto no Mediterrâneo quanto no Atlântico, uma incipiente tradição marítima por meio de pescadores bascos e cantábrios que acumularam uma rica experiência no campo da navegação que seria fundamental para as gerações futuras. Para ampliar ainda mais as condições favoráveis à empresa ultramarina, “a conquista de Sevilha em 1248 e o avanço da Reconquista até os estreitos de Gibraltar haviam dado à Coroa de Castela-Leão um novo litoral Atlântico, cujos portos eram povoados por marinheiros de Portugal, da Galícia e da costa cantábrica”.⁸¹

Essa combinação de fatores ainda seria fortalecida pela formação do que Elliott considerou como “uma raça de marinheiros capaz de promover e aproveitar os avanços na construção de navios e nas técnicas de navegação”,⁸² resultado da experiência adquirida ao longo dos anos em virtude das inúmeras expedições realizadas no norte da Europa e no Mediterrâneo.

Devido à riqueza das suas áreas rurais e também pela proximidade com o complexo portuário da Andaluzia, Sevilha se transformou na capital marítima, comercial e agrária da região sul da Espanha. Por isso, essa situação econômica favorecia a migração de colonos vindos do interior da Península, bem como a dos comerciantes de origem genovesa. Esses genoveses, ao se estabelecerem em Lisboa ou em Sevilha, procuravam novas possibilidades para os seus negócios, especialmente com o propósito de se abastecerem de mercadorias valiosas provenientes do Oriente, além de também estarem interessados no ouro do Saara. Sobre essa questão, Elliot nos assegura que

⁸⁰ ELLIOTT, J. *op. cit.*, p. 135-194.

⁸¹ *id. ibid.*, p. 139.

⁸² *id. ibid.*, p. 139.

não é surpresa, portanto, encontrar capital e aptidões genovesas a desempenhar um papel importante, e às vezes decisivos, em empreendimentos ultramarinos ibéricos do século XV. Os genoveses estiveram bem representados nas expedições à costa africana em busca de escravos e de ouro e apoiaram ativamente o movimento de anexação e exploração das ilhas do Atlântico Leste – as Canárias, Madeira e os Açores – onde esperavam instalar novas plantações de cana-de-açúcar.⁸³

Embora Granada, o último reduto mouro no sul da Península Ibérica, ainda não estivesse devidamente nas mãos dos espanhóis – o que só aconteceria em 1492 – a Reconquista pelos cristãos nas demais áreas da Península já estava praticamente consolidada desde o século XIII. Nesse sentido, ao atingirem os limites máximos para uma expansão interna, as “forças dinâmicas da sociedade ibérica medieval começavam a buscar novas fronteiras no além-mar”.⁸⁴ No caso específico dos reinos hispânicos, os catalães e os aragoneses partiram para a dominação de áreas na Sicília, na Sardenha, no norte da África e no leste do Mediterrâneo. Já os castelhanos, assim como os portugueses, procuravam domínios na África e nas ilhas do Atlântico.⁸⁵

Portanto, ao menos desde o século XIV existem registros de expedições comandadas pelos castelhanos e catalães com o objetivo de percorrerem o litoral da África. Um destaque desse período é a expedição comandada por Dom Luís de La Cerda, de 1344, resultando na posse nominal de Castela sobre as Ilhas Canárias. Por formarem um arquipélago composto por treze ilhas e estarem situadas a oeste do deserto do Saara, as Canárias escaparam, até esse período, da chamada dominação continental. Segundo Bernand e Gruzinski, foi um francês chamado Jean de Bethencourt quem conquistou as quatro ilhas de Lanzarote, Fuerteventura, La Gomera e El Hierro por volta do ano de 1400. Bethencourt, posteriormente, teria vendido as áreas a Don Juan Alonso, Conde de Niebla, que, por sua vez, as trocou por terras com Fernando Peraza, cavaleiro de Sevilha. Apesar de não ter conseguido conquistar Grande Canária, Tenerife e La Palma, Peraza se instalou no arquipélago e passou a ser reconhecido pelos povos autóctones que por lá viviam como seu rei e seu senhor natural.⁸⁶

A dinastia dos Peraza dominaria as Canárias até 1479, quando os Reis Católicos Fernando e Isabel decidiram intervir nas questões atlânticas. Importa ressaltar que as incursões espanholas desse período não objetivaram estabelecer uma simples concorrência com as expedições portuguesas que já estavam alcançando algum sucesso, mas eram uma estratégia para encontrar uma fonte de renda no momento em que haviam perdido espaço no cenário europeu em virtude do seu projeto político-religioso na Península Ibérica. Como Granada era a

⁸³ ELLIOTT, J. *op. cit.*, p. 140.

⁸⁴ *id. ibid.*, p. 138.

⁸⁵ *id. ibid.*, p. 135-194.

⁸⁶ BERNAND, C; GRUZINSKI, S. *op. cit.*, p. 101-139.

principal fornecedora de especiarias para o reino de Castela e, no contexto da Reconquista, estava sendo atacada constantemente pelos castelhanos, esse comércio aos poucos se tornou algo inviável.⁸⁷

Portanto, quando no final do século XV os castelhanos voltaram sua atenção para o além-mar, já contavam com os precedentes portugueses na expansão marítima e com suas próprias experiências na Reconquista para se inspirar.⁸⁸ Porém, em função das suas questões internas, envoltas, sobretudo, na expulsão dos mouros da Península Ibérica, a Espanha do século XV ainda não teria condições de disputar a hegemonia sobre as navegações nessa região com os portugueses, cujos domínios estavam se estendendo, pouco a pouco, de Ceuta, no norte da África, ao cabo da Boa Esperança, no extremo sul do continente africano.⁸⁹

Nesse cenário, é provável que a interferência espanhola nas Canárias tenha ocorrido para suprir essa fonte de renda que havia sido perdida com as disputas com Granada. Por isso, os Reis Católicos encaminham Pedro de Vera para conquistar as três Ilhas restantes, mais férteis, porém, mais difíceis de serem dominadas devido à resistência dos povos guanchos. Contando com a valiosa ajuda dos cavalos castelhanos – que causavam um grande pavor nos habitantes das ilhas – os espanhóis se sagraram vencedores e iniciaram suas atividades na região, transformando as Canárias numa espécie de laboratório do que posteriormente aconteceria no Novo Mundo.⁹⁰ Nesse processo, o destaque ficaria por conta do cultivo da cana-de-açúcar introduzida na ilha com a ajuda dos genoveses. Essa atividade, aos poucos, crescera exponencialmente, ao ponto que, em “1526 havia doze grandes plantações de cana-de-açúcar somente na Ilha Grande Canária”.⁹¹

Por serem considerada um ponto estratégico de parada para as expedições que partiram em direção ao Atlântico Sul, as Canárias, quando exploradas, também revelariam a conjunção dos interesses entre o público e o privado característicos desde a época da Reconquista e comum também na exploração do continente americano. Como o domínio sobre as ilhas era uma exclusividade da Coroa espanhola, todas as expedições de conquista nessas áreas deveriam ser autorizadas por ela. Um clássico exemplo dessa relação foi o empreendimento comandado por Fernández de Lugo que, além de contar com o patrocínio da Coroa, também fora financiado por uma companhia de comerciantes de Sevilha. Nesse sentido,

⁸⁷ SÁBEH, L. A. **Colonização salvífica**: os jesuítas e as coroas ibéricas na construção do Brasil (1549-1640). Curitiba: Prismas, 2017, p. 33-85.

⁸⁸ *id. ibid.*, p. 33-85.

⁸⁹ VAINFAS, R. *op. cit.*, p. 9-46.

⁹⁰ BERNAND, C; GRUZINSKI, S. *op. cit.*, p. 101-139.

⁹¹ ELLIOTT, J. *op. cit.*, p. 145.

antes de partir uma expedição, era assinado um contrato formal, ou *capitulación*, entre a Coroa e o comandante, em termos análogos aos de contratos semelhantes feitos durante o processo da Reconquista. Nessas *capitulaciones* a Coroa se reservava certos direitos nos territórios a ser conquistados, ao mesmo tempo em que garantia privilégios e recompensas específicos ao comandante e aos que se associassem à sua companhia.⁹²

Elliot também considera que o desenvolvimento das expedições ultramarinas de Castela só obteve resultados positivos devido à presença de um Estado ao qual chamou de intrusivo. Nesse aspecto, apesar da intervenção estatal ser benquista e necessária para o financiamento de alguns navegadores – enquanto outros, talvez, se sentiram prejudicados por ela – é evidente que, em ambos os casos, a Coroa se apresentava como um “ponto de referência automático para todos os envolvidos na exploração, conquista e colonização das novas terras”.⁹³

Quando obteve o patrocínio necessário para a sua expedição em direção ao chamado Oriente, o navegador genovês Cristóvão Colombo também usufruiu de um modelo tradicional de regulamentação que definia a relação entre a Coroa espanhola e os comandantes de expedições por ela financiados. Importa registrar que, sobre o patrocínio da sua expedição, Colombo teria realizado um empréstimo junto a banqueiros italianos, além de ter recebido 1 milhão de maravedis da Coroa Espanhola, levantados por Luis de Santagel, tesoureiro de Aragão. Além disso, teria recebido credenciais de outros armadores, como os irmãos Pinzón, que participaram da primeira expedição de Colombo e teriam dado credibilidade ao empreendimento do navegador genovês no momento de arregimentar sua tripulação.⁹⁴

Apesar de terem acrescentado algumas ideias próprias baseando-se no modelo português de cartas de doação, as *capitulaciones* assinadas em Santa Fé, em abril de 1492, autorizavam Colombo a descobrir e a adquirir ilhas e territórios continentais no Mar Oceano. Dessa forma, em caso de sucesso, Colombo seria nomeado vice-rei e governador hereditário de todas as terras descobertas e, além do mais, seria reconhecido como almirante hereditário do Mar Oceano. Além desses benefícios, também lhe asseguraram que, ao alcançar seus propósitos, Colombo teria o direito de designar funcionários judiciais (mas não administrativos) na área de sua jurisdição, juntamente com 10% dos lucros do escambo e do todo o comércio que viesse a ocorrer com estas regiões conquistadas.⁹⁵

Assim, após ter esperado sete anos para obter esse apoio, o navegador genovês obtém o devido patrocínio por meio de três caravelas e, logo após, parte do Porto de Palos em 3 de agosto

⁹² ELLIOTT, J. *op. cit.*, p. 145-146.

⁹³ *id. ibid.*, p. 146.

⁹⁴ MANH-LOT, M. **A descoberta da América...**, p. 51-52.

⁹⁵ *id. ibid.*, p. 145.

de 1492 rumo ao seu objetivo. Atinge o ápice do seu processo expansionista com sua chegada ao continente americano em 12 de outubro do mesmo ano, quando aportou numa das ilhas Bahamas, imediatamente batizada de São Salvador.⁹⁶

De acordo com Felipe Fernandez-Armesto, essa chegada de Colombo ao continente americano pode ser considerada como um acontecimento de grande relevância para a história da expansão espanhola, pois se apresentou como um

evento transcendental e inigualável que transformou o planeta. Pôs o Velho Mundo em contato com o Novo e reuniu civilizações antes cindidas ao fazer do Atlântico uma via em vez de uma barreira. Possibilitou que a história fosse verdadeiramente universal – um autêntico “sistema mundial” –, em que os fatos ocorridos em um lugar ecoam na totalidade de um planeta interconectado e em que as consequências dos pensamentos e das operações atravessam os oceanos como a atividade suscitada pelo bater de asas de uma borboleta. Iniciou o imperialismo europeu em grande escala, que se estendeu com o objetivo de remodelar o mundo. Incorporou o continente americano ao Ocidente para multiplicar os recursos da civilização ocidental e eclipsar economias e império asiáticos hegemônicos havia milhares de anos.⁹⁷

Vainfas também considera essa expansão, e especialmente todo o ano de 1492, como um marco na história da Espanha, tanto pela vitória castelhana em Granada quanto pela chegada de Colombo à América. Nas palavras do autor, o ano de 1492 representa o “fim da Reconquista ibérica e início da conquista americana, eis a justaposição de processos, onde o segundo prolonga, em diversos aspectos, a Cruzada peninsular, ao mesmo tempo em que anuncia a vocação imperial da Espanha moderna”.⁹⁸ Portanto, são lançadas as bases para estabelecer a conquista da América como um prolongamento da Reconquista Ibérica, como afirmou Sabeh ao apontar que “não parece ter sido coincidência que 1492 foi o ano em que Colombo chegou à América e que a Coroa espanhola definitivamente ocupou o último reduto mouro na Península Ibérica, completando, enfim, a Cruzada peninsular”.⁹⁹

Nas semanas que se seguiram à chegada de Colombo à América, o navegador explorou o litoral de Cuba e depois de uma grande Ilha, São Domingos, que ele nomeou “*La Hispaniola*” à procura das devidas riquezas. Depois de ter encalhado a caravela Santa Maria na noite de Natal, no dia seguinte a esse desastre, os indígenas trouxeram ao conhecimento de Colombo alguns pequenos pedaços de ouro. O genovês, após interpretar este episódio como um feliz presságio, reconhecendo o naufrágio como algo designado por Deus, partiu em direção à Europa

⁹⁶ RUCQUOI, A. *op. cit.*, p. 167-213.

⁹⁷ FERNANDEZ-ARMESTO, F. **1492: o ano em que o mundo começou**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 10-11.

⁹⁸ VAINFAS, R. *op. cit.*, p. 19.

⁹⁹ SABEH, L. A. *op. cit.*, p. 45.

poucos dias depois, deixando 40 homens naquela praia que batizaram de *Navidad*. Esse seria considerado, portanto, como o primeiro estabelecimento europeu naquilo que acreditavam ser uma região pertencente ao Extremo Oriente.¹⁰⁰

No ano de 1493, Colombo parte, pela segunda vez, em direção às terras que alcançara no ano anterior. Nessa expedição, evidencia-se o projeto de se estabelecer de forma permanente nessas terras. Por isso, uma armada composta por 17 navios parte da Europa com uma legião de padres, *hidalgos*, artesãos e lavradores que foram enviados para as áreas desconhecidas do que seria posteriormente a América, oferecendo a esses primeiros colonizadores e missionários o abastecimento necessário em termos bélicos, em animais e em grãos para suportarem os primeiros desafios dessa incipiente ocupação.¹⁰¹

No início, esses primeiros exploradores recebiam um salário pago pela Coroa. No entanto, a partir do início do século XVI, em vez desse pagamento salarial, desenvolveu-se o chamado sistema de “repartição” (*repartimiento*) das terras. Nesses termos, os antigos habitantes das áreas recém-conquistadas eram mantidos a título de mão-de-obra – a exemplo do que era feito na época da Reconquista – porém, com a devida observância da Coroa que tomava uma série de medidas para “enquadrar a população indígena, regulamentar o seu trabalho e organizar a instalação dos espanhóis”.¹⁰²

Nos anos seguintes, os Reis Católicos perceberam a grandiosidade das terras encontradas e suas diversas possibilidades de riquezas. Nesse sentido, reconheceram que entregá-las ao comando de Colombo, além dos benefícios que garantiam ao Almirante um poder ao nível de um soberano capaz de rivalizar com os reis de Espanha, não atendia aos interesses dos monarcas espanhóis no Novo Mundo.¹⁰³

Colombo ainda viria à América em mais duas ocasiões – em 1498-1500 e em 1502-1504 – perfazendo um total de quatro expedições rumo ao Novo Mundo. Entretanto, em nenhuma delas encontrou as especiarias orientais que procurava. Deparou-se apenas com populações nativas e poucos veios auríferos. Dessa forma, sem condições de presentear os reis de Castela com os produtos de luxo do Oriente, como esperava, o Almirante mudou seus planos: enviou à Espanha uma carga de índios como mercadorias, com o claro objetivo de comercializá-los como escravos. Essa atividade exploratória não contou com o devido interesse dos monarcas espanhóis naquele momento. Portanto, insatisfeitos com os rumos do empreendimento, os

¹⁰⁰ BERNAND, C; GRUZINSKI, S. *op. cit.*, p. 64-100.

¹⁰¹ *id. ibid.*, p. 141-156.

¹⁰² RUCQUOI, A. *op. cit.*, p. 211.

¹⁰³ RAMINELLI, R. **A era das conquistas**: América Espanhola, séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 49-56.

monarcas foram, aos poucos, tomando uma série de medidas para retirarem de Colombo os poderes que outrora lhes concederam. Para agravar ainda mais essa situação, as terras que Colombo julgava estarem sob seu comando passaram a ser invadidas com frequência por um grande número de conquistadores espanhóis ávidos pelo encontro de metais preciosos.¹⁰⁴

Posteriormente, seria enviada à Colombo uma carta régia que solicitava a distribuição das terras entre os súditos da Coroa que já estavam instalados no território. Esse mesmo documento, além de intervir no poder de Colombo sobre as áreas descobertas, ainda determinava o controle dos monarcas sobre as principais riquezas disponíveis nas ilhas e, em particular, em *La Hispaniola*. O documento determinava ainda que “também reservamos para nós o brasil e qualquer metal de ouro e prata, ou outro metal que nas tais terras foram encontrados”¹⁰⁵, evidenciando que a Coroa espanhola estava disposta a assumir o controle do empreendimento ultramarino.

Ampliando ainda mais as aflições de Colombo, em maio de 1499, os Reis Católicos enviaram ao Novo Mundo o comendador Francisco Bobadilha com a missão de destituí-lo e de se colocar no cargo de governador do Novo Mundo, com amplos poderes civis e jurídicos. Determinaram, ainda, a entrega de todas as terras descobertas, fortalezas, armas, navios e cavalos ao novo comandante. Essa situação provocaria a prisão de Colombo e de seus irmãos, sob a alegação de crime contra a população nativa. Perdoado, Colombo ainda tentaria em vão reaver seus poderes ou garanti-los aos seus herdeiros. Morreu em 1506 sem reconhecer que havia descoberto um novo continente. Assim, nas palavras de Raminelli, “estava então conquistado o primeiro ‘descobridor’ da América”.¹⁰⁶

3.3 IGREJA, REIS E NAVEGADORES: O EXPANSIONISMO IBÉRICO E OS SEUS PROPÓSITOS ESPIRITUAIS

Longe de ser um assunto em relação ao qual as discussões estejam completamente fechadas, as questões relacionadas às motivações que ensejaram a chamada “Era dos Descobrimentos” configuram temas que receberam e ainda recebem muita atenção entre os pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento.

Diante desse quadro, diversos estudos surgiram nas últimas décadas centrando foco em outros aspectos que permearam esse processo histórico, como as questões religiosas e o

¹⁰⁴ RAMINELLI, R. *op. cit.*, p. 49-56.

¹⁰⁵ *id. ibid.*, p. 49-56.

¹⁰⁶ *id. ibid.*, p. 51.

imaginário dos navegadores que, de certo modo, estavam presentes e até mesmo contribuíram para impulsionar o processo de expansão marítima que resultou na descoberta do Novo Mundo. Seguindo essa direção, Andréa Doré destaca que a historiografia atual tem se concentrado nas outras motivações que contribuíram para a expansão marítima além dos interesses econômicos já demasiadamente valorizados pelos levantamentos históricos tradicionais. Para a historiadora, “o modelo permite outros componentes, talvez mais fundamentais, como a motivação messiânica”.¹⁰⁷

Em sua obra *O império marítimo português*, Charles R. Boxer também destacou essa amplitude temática que envolve as motivações para a expansão marítima, a ponto de afirmar que

os historiadores estão longe de chegar a um acordo quanto às respostas a essas perguntas, mas os impulsos fundamentais por trás do que se conhece como a “Era dos Descobrimientos” sem dúvida surgiram de uma mistura de fatores religiosos, econômicos, estratégicos e políticos, é claro que nem sempre dosados nas mesmas proporções.¹⁰⁸

Comumente, a historiografia aponta que a expansão marítima portuguesa fora impulsionada pelos propósitos comerciais. Dessa forma, a motivação principal para o seu início teria sido a tentativa dos lusitanos de transportar especiarias do Oriente através de uma rota alternativa à do Mediterrâneo com o intuito de revendê-las na Europa para a obtenção de bons lucros. Essa versão, inclusive, é apresentada com frequência na maior parte dos livros didáticos oferecidos aos alunos da Educação Básica brasileira. Entretanto, segundo as autoras Lilia Moritz Schwarcz e Heloísa Murgel Starling, desde o princípio, o impulso inicial para o expansionismo em Portugal seria pautado pela interligação entre os diversos interesses, como o comercial, o militar e o evangelizador que, nos termos das pesquisadoras, eram “equilibrados, em boas doses”.¹⁰⁹

Ainda analisando esse aspecto, Boxer novamente destacou que as questões que ensejaram este movimento expansionista europeu são ainda mais amplas, entretanto, também congregam diversos elementos, como os interesses econômicos, militares e, sobretudo, os objetivos religiosos. Nesses termos, o historiador britânico nos aponta que,

¹⁰⁷ DORÉ, A. Charles Boxer, novas perguntas e os butins da guerra nos espaços portugueses no século XVII. In: VAINFAS, R.; MONTEIRO, R. B. **Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico na época moderna**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 203.

¹⁰⁸ BOXER, C. R. **O império marítimo português 1415/1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 33.

¹⁰⁹ SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 23.

correndo o risco de uma simplificação exagerada pode-se, talvez, dizer que os quatro motivos principais que inspiraram os dirigentes portugueses (reis, príncipes, nobres ou comerciantes) foram, em ordem cronológica, mas sobrepostos e em diversos graus: (1) o fervor empenhado na Cruzada contra os muçulmanos; (2) o desejo de se apoderar do ouro da Guiné; (3) a procura de Prestes João; (4) a busca de especiarias orientais.¹¹⁰

Também discorrendo sobre esse tema, Antônio Manuel Hespanha indica que os interesses envoltos na expansão marítima eram os mais diversos possíveis e esses se alternavam de acordo com as condições históricas. Assim, o autor defende que

existem, evidentemente, vários tópicos usados incidentalmente no discurso colonial para justificar a expansão. Um deles era a ideia de Cruzada e de expansão da fé. Mas, a partir dele, vinha o de engrandecimento do rei ou o das finalidades do comércio metropolitano ou, mais tarde, de população. No entanto, esse conglomerado não era harmônico, sendo que cada tópico levava frequentemente a políticas diferentes ou mesmo opostas. Aparentemente, o equilíbrio dos vários mudava com os tempos e com os lugares.¹¹¹

Portanto, para compreendermos quais foram os elementos que se fizeram presentes nesse processo de expansão marítima, faz-se necessária uma verificação do início do expansionismo ibérico e as suas aspirações iniciais, uma vez que Portugal e Espanha foram os pioneiros na tarefa de formação de empresas ultramarinas. Ao mesmo tempo, veremos como esse expansionismo deriva de uma mistura de objetivos amplamente diversos, não somente pelo aspecto financeiro, mas, inicialmente, de um forte sentimento religioso.

Como exemplo desse processo, consideramos necessária uma breve análise do fato compreendido pela maioria dos historiadores como o marco inicial para o processo de expansão marítima portuguesa – e europeia – que é a conquista de Ceuta, no norte da África, iniciada em 1415. Os propósitos que ensejaram esta expedição ainda são objetos de intensos debates entre muitos pesquisadores.¹¹²

Boxer, por exemplo, considera que a conquista de Ceuta foi provavelmente inspirada “pelo ardor de cruzados que visavam desferir um golpe nos infiéis, e pelo desejo dos príncipes de Portugal, de serem teatralmente armados como cavaleiros no campo de batalha”,¹¹³ ou seja, uma conjunção de elementos religiosos, políticos e econômicos. Para o historiador, a conquista

¹¹⁰ BOXER, C. R. *op. cit.*, p. 34.

¹¹¹ HESPANHA, A. M. A constituição do Império Português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: BICALHO, M. F.; FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (orgs.). **Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 169.

¹¹² THOMAZ, L. F. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994.

¹¹³ BOXER, C. R. *op. cit.*, p. 33-34.

deste ponto no norte do continente africano serviria de gatilho para a expansão pela costa atlântica:

De todo modo, a ocupação de Ceuta por certo possibilitou aos portugueses a obtenção de algumas informações sobre as terras dos negros do alto Níger e do Rio Senegal, de onde vinha o ouro, caso já não o soubessem de outras fontes, como o “mapa catalão” de 1375 e os relatos dos mercadores judeus. Em algum momento, começaram a perceber que talvez pudessem estabelecer contato com essas terras pelo mar, e, assim, desviar o comércio do ouro das caravanas de camelos do Sudão ocidental e dos intermediários muçulmanos da Berberia”.¹¹⁴

Luís Filipe Thomaz, apesar de realçar a importância dessa conquista como um marco da expansão portuguesa, defende que não se justifica a tese de que Ceuta fora dominada exclusivamente para a obtenção de trigo, versão defendida por outros historiadores. De acordo com o pesquisador português, essa hipótese é facilmente desmontada uma vez que Ceuta não era uma grande produtora desse cereal e sempre necessitava importar cereais de outros lugares.¹¹⁵ Ao contrário, Thomaz indica que a presença cristã no norte da África, região tomada pelo Islã, era um ato simbólico de grande importância e derivaria dos sentimentos cruzadísticos da Reconquista ainda evidentes naquele período. Portanto, para o autor, “lutar pela religião não é, pois, lutar por algo de ideal e exterior à sociedade, mas pelo elemento central da sua própria individualidade cultural”.¹¹⁶

As relações entre religião e expansão, demonstra, portanto, como ambas caminhavam de forma indissociável desde o início, pois correspondiam à maneira como se estruturava o pensamento da época, a ponto de Thomaz considerar a conquista portuguesa no norte da África mais como “um derradeiro episódio da história medieval (do) que o primeiro episódio da (época) moderna”.¹¹⁷ É por isso que Luiz Antônio Sabeh, ao analisar o pensamento daquele contexto, afirma que os atores históricos desta época vivenciavam um

período em que os olhares do homem ibérico sobre os acontecimentos sociais, políticos e culturais passavam pelas lentes da religião; momento em que os dogmas do catolicismo não apenas permitiam ao cristão devoto ler as transformações do seu mundo, como também (e principalmente) ofereciam as ferramentas com as quais eles tentavam transformá-lo.¹¹⁸

¹¹⁴ BOXER, C. R. *op. cit.*, p. 33-34.

¹¹⁵ THOMAZ, L. F. *op. cit.*, p. 1-41.

¹¹⁶ *id. ibid.*, p. 11.

¹¹⁷ *id. ibid.*, p. 29.

¹¹⁸ SABEH, L. A. *op. cit.*, p. 21.

Essa forma de pensar, evidentemente, interferiria no expansionismo que estava ocorrendo nesse período. Analisando o movimento que resultou na conquista de uma parte considerável do continente americano pela Espanha, Elliott ressalta, por exemplo, como o processo que levou os espanhóis a investirem em expedições pelo Atlântico era algo mais do que um esforço evidente de uma ou mais empresas individuais, de caráter particular, que, no entanto, assumiram temporariamente formas coletivistas. Isso porque, segundo o autor, “juntamente com a unidade individual e coletiva, havia dois outros participantes que marcavam de modo indelével todo o empreendimento – a Igreja e a Coroa”.¹¹⁹

Tal relação se fez ainda mais forte devido à maneira como a Igreja e o Estado caminhavam juntos nesse período. É nítido o quanto os movimentos que antecederam esse propósito expansionista estavam chancelados, de forma direta ou indireta, pela aliança entre poder e religião, reis e papas, Igreja e governos.¹²⁰

É consenso que as bases dessa ligação entre Igreja e Estado decorrem, principalmente, da própria forma como as monarquias foram tradicionalmente estruturadas na Europa. No caso específico da Península Ibérica, diante do contexto de dominação muçulmana, já existia a ideia de que o poder dos príncipes hispânicos era resultante de uma missão divina, ou seja, a de salvar a Península dos dominação dos povos islâmicos. Era comum entre os espanhóis a ideia de que haviam sido escolhidos por Deus para implantarem a chamada monarquia universal católica, pensamento desenvolvido desde a época da conversão dos reinos germânicos ao catolicismo.¹²¹

A conjunção de objetivos entre Igreja e Estado, de certa maneira, contribuiu para promover uma sacralização do poder real na Península Ibérica, de modo que esse aspecto também seria característico da empresa ultramarina. Discorrendo a esse respeito, Sabeh nos indica que, com base nas ideias de São Tomás de Aquino,

as modernas teorias políticas baseavam-se nas teses tomistas que defendiam um Estado fundamentado no Direito Natural. Ao teorizar a monarquia como a melhor forma de governo no século XIII, Aquino apontou que Deus governava o mundo natural e tinha na Terra o rei para representá-lo na regência dos homens. Igualmente, defendeu que o universo era regido por uma hierarquia de leis onde a lei positiva (aquela criada pelos homens para o governo da república) só era considerada genuína e legítima se estivesse em harmonia com a lei natural (aquela transmitida por Deus através das escrituras). Nesse caso, para Santo Tomás, as leis da monarquia deviam ser inspiradas nas sagradas escrituras e na moral católica.¹²²

¹¹⁹ THOMAZ, L. F. *op. cit.*, p. 143.

¹²⁰ MEDINA, J. A. O. Propósitos y fines de la expansión. In: Pease, G. Y. F.; PONS, F. M. (dir.) **Historia General de América Latina: El primer contacto y la formación de nuevas sociedades**, v. II. Madri: Editorial Trotta, 2000, p. 89-108. (tradução nossa)

¹²¹ MEDINA, J. A. *op. cit.*, p. 143.

¹²² SABEH, L. A *op. cit.*, p. 67.

Portanto, por possuírem os mesmos princípios salvacionistas, e também por terem o tomismo com uma de suas principais bases teóricas, a Santa Sé e as Coroas ibéricas agiram tanto na definição dos princípios de ação dos indivíduos na sociedade quanto no controle de suas consciências. Como resultado dessa aliança, teríamos o nascimento das chamadas monarquias confessionais da época moderna, nas quais os poderes político e religioso da sociedade eram representados pelo monarca.¹²³

Entretanto, de acordo com Luís Krus, esse esforço para o que chamou de a “cristianização do mar e a sua conseqüente integração no orbe cristão”¹²⁴ não foi uma tarefa exclusivamente de Portugal. Para o autor, esse sentimento missionário se afirmou por toda a cristandade durante praticamente todo o século XII e XIII, “paralelamente ao retorno da vida urbana e a consolidação da expansão territorial europeia em direção ao Mediterrâneo.”¹²⁵ Nesse sentido, Ronald Raminelli aponta que em grande medida e na maioria das ações, “os reis espanhóis exerceram seu *imperium* sobre a América com a participação efetiva da Igreja. A estreita relação expandia a cristandade e sustentava a presença ideológica da monarquia”.¹²⁶

Diante dessa situação, as monarquias foram as grandes responsáveis por estimular o ideal de Cruzada que ganharia força na Península Ibérica desde o século XII e se tornaria algo presente nos propósitos dos soberanos e guerreiros da região. Para Antônio Oliveira Marques, uma Cruzada atenderia vários aspectos, que se expressariam de diversas maneiras e tinham diferentes propósitos, pois

defendia a cristandade contra possíveis ataques de não cristãos; atacava o infiel com objetivo de aniquilar e impedir que difundisse seu erro entre outros povos; obtinha para os cristãos bases econômicas que serviam à prosperidade de todo mundo cristão; salvava almas dos que não acreditavam em Deus.¹²⁷

Este processo cruzadístico teve no ano de 1102 um dos seus impulsos mais fortes, quando o papa Pascoal II apontou que a Reconquista era equivalente às Cruzadas e proibiu os espanhóis de atacarem os chamados “infiéis” em direção à Terra Santa. Dessa forma, as indulgências atribuídas para quem participasse das Cruzadas poderiam ser recebidas no lugar – ou seja, na

¹²³ SABEH, L. A *op. cit.*, p. 67.

¹²⁴ KRUS, L. O imaginário português e os medos do mar. In: NOVAES, A. (org.) **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 99.

¹²⁵ *id. ibid.*, p. 99.

¹²⁶ RAMINELLI, R. **A era das conquistas**: América Espanhola, séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 24.

¹²⁷ MARQUES, A. O. El mundo ibérico. In: PEASE, G. Y. F.; PONS, F. M. **Historia General de América Latina**: El primer contacto y la formación de nuevas sociedades, v. II. Madri: Editorial Trotta, p. 47. (tradução nossa)

própria Península Ibérica – e aqueles que perdessem a sua vida durante as campanhas contra os infiéis “tinham o paraíso assegurado, pois tratando-se de uma Guerra Santa, beneficiava de uma justificação importante”.¹²⁸

Vale também destacar que, nesse período, em virtude dos próprios ensinamentos da Igreja, somados às primeiras intervenções armadas no norte do continente africano, constituiu-se na Europa uma visão que apontava os muçulmanos como “sequazes” de uma “seita infame”, ou ainda como uma heresia difundida pelo “filho de Satã”, Maomé. Também eram vistos como os “inimigos da fé”, seres depravados e impuros, de sangue negro, infiéis e desleais, que Deus tinha enviado para punir os espanhóis pelos seus pecados. Por isso, era necessário combatê-los com toda a força possível.¹²⁹

Essas Cruzadas que ocorreram em solo ibérico contra os infiéis mouros foram frutos de uma colaboração entre vários reinos cristãos vizinhos, como Castela e Aragão, e contaram ainda com o apoio de cavaleiros da França, sobretudo borgonheses, champanheses e normandos. Nesses reinos foram criados pequenos exércitos que fizeram a guerra contra os muçulmanos por temporadas.¹³⁰ Os grupos que combatiam os mouros nas fronteiras da Península Ibérica tinham suas ações conduzidas pelos incentivos da Igreja e do Estado. Nesse sentido, Elliott apresenta que “a Igreja garantia a sanção moral que levava uma expedição de pilhagem ao nível de Cruzada, enquanto a aprovação do Estado era necessária para legitimar a aquisição de senhorio e de terra”.¹³¹ Discorrendo nesse mesmo horizonte, Rucquoi também indica que

a guerra contra o infiel, a Reconquista, se torna uma Guerra Santa a partir dos fins do século XI, é uma realidade e tem uma história. Mas foi igualmente um mito em que se baseou a justificação do poder dos reis e tem uma função unificadora. Para além das diferenças das rivalidades, das guerras entre Portugal e Castela, entre Castela e Aragão ou Navarra, para além ainda da flutuação das relações de um e outros com o reino de Granada, todos os cristãos do norte da Península se identificavam na luta contra o Islã, participando de um mesmo projeto militar, religioso e econômico, projeto “existencial” que se tornou “essencial”. A Reconquista, mito e realidade, fundou assim ao mesmo tempo um conceito de poder e uma prática deste, uma hierarquização da sociedade em função de critérios militares a organização de um espaço que não era fechado, e uma visão específica das relações entre o cristão e o seu Criador, e colocava a Igreja numa situação de sujeição ao poder civil.¹³²

¹²⁸ RUCQUOI, A. *op. cit.*, p. 217.

¹²⁹ *id. ibid.*, p. 167-213.

¹³⁰ MAURO, F. La expansión europea desde los Orígenes hasta finales del siglo XV. In: PEASE, G. Y. F.; PONS, F. M. (dir.) **Historia General de América Latina: El primer contacto y la formación de nuevas sociedades**, v. II. Madri: Editorial Trotta, p. 47, p. 49-70. (tradução livre)

¹³¹ ELLIOTT, J. H. *op. cit.*, p. 143.

¹³² RUCQUOI, A. *op. cit.*, p. 216.

Portanto, no âmbito da Reconquista, a conjunção entre o religioso e a expansão mostraria uma das suas faces mais evidentes. Vitorino Magalhães Godinho é outro autor que também considera esses elementos espirituais envoltos com a Reconquista como um fator importante no sentido de se transformarem em valiosos incentivos para a expansão. Por isso, ao analisar esse processo expansionista, Godinho apontou a ideologia da Cruzada como um elemento que os portugueses e castelhanos adotaram tanto para legitimar quanto para impulsionar as suas viagens marítimas. Godinho também afirma que o propósito de expandir a fé cristã, exemplificado nos registros de Colombo, como um outro fator determinante para este processo. O pesquisador ainda cita as palavras de Jaime Cortesão, outro historiador que defende que os objetivos do descobrimento estavam a serviço de um fim político e religioso, qual seja, a destruição do islamismo e a defesa da cristandade.¹³³

Gruzinski também compreende que a obsessão pelo Islã foi um dos motores da expansão castelhana e portuguesa em direção ao Atlântico. Segundo o autor, Portugal avançou em direção ao continente africano, em parte para afastar os reinos muçulmanos do noroeste do continente, enquanto a primeira expedição de Cristóvão Colombo que resultara no descobrimento da América ocorreu quase simultaneamente à queda de Granada que, nas palavras do autor, “dá o tiro de largada das expedições para o Novo Mundo e orienta a mobilização ibérica para seus horizontes americanos”.¹³⁴

A relação entre expansão marítima e as Cruzadas se torna ainda mais evidente quando se analisa as diversas bulas papais publicadas nos séculos XV e XVI as quais mostram como a Igreja tentava convencer os portugueses a participarem de ações do seu interesse, como o compromisso de completar a Reconquista, ou seja, de continuar a expansão cristã no Península Ibérica, além de outras áreas então ocupada pelos mouros. Considerando esse aspecto como um prolongamento da Reconquista, Sabe também nos aponta que, ao passo que os portugueses avançavam suas expedições pelo Atlântico, a “Santa Sé estreitava ainda mais sua relação com a Coroa”.¹³⁵

No caso das bulas papais expedidas pelo chefe maior da Igreja nesse período, tais documentos se tornaram dos recursos mais evidente para exemplificarmos como a Igreja se envolvia nesse processo expansionista. Portanto, entre 1452 e 1514, Portugal e Espanha receberam das mãos da Santa Sé uma série de bulas que estabeleciam direitos, deveres e

¹³³ GODINHO, V. M. **A expansão quatrocentista portuguesa**. Lisboa: Dom Quixote, 2007, p. 34-59.

¹³⁴ GRUZISKI, S. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Edusp, 2014, p. 177.

¹³⁵ SABEH, L. A. *op. cit.*, p. 44.

garantiam os privilégios para o financiamento e a criação de missões evangelizadoras, tanto na África quanto na América. Essas medidas, segundo Sabe, representaram “a concessão de amplos poderes a essas Coroas, já que o Padroado colocava o clero regular e secular sobre seu controle”.¹³⁶

Caso notório é a bula *Romanus Pontifex*, de 1455, por meio da qual o rei Afonso V (1438-1477) recebeu da Igreja o reconhecimento das conquistas de Portugal sobre os muçulmanos e, ao mesmo tempo, em virtude das características apostólicas da sua expansão, contou com o direito de reivindicar a posse portuguesa sobre outras regiões. No ano seguinte, o mesmo rei também foi agraciado pela bula *Inter Coetera*. Essa nova medida papal, além de reforçar os privilégios já adquiridos com a bula anterior, também garantiu ao administrador e mestre da ordem de Cristo, o Infante D. Henrique, a jurisdição eclesiástica sobre todas as terras conquistadas e aquelas que viessem a serem descobertas. Afonso ainda recebeu a bula *Te Scire Volumus*, por meio da qual o Papa solicitava o socorro dos portugueses para combaterem, pelo mar, a invasão dos turcos na Hungria.¹³⁷

Outros documentos papais caminharam no mesmo sentido, como a bula *Dum Diversas* de 1452 expedida por Nicolau V, que também dava aos reis de Portugal o poder de dominar os territórios sob comando dos seguidores de Maomé, para a “dilatação e exaltação da fé”.¹³⁸ Outra bula de destaque foi a de Leão X, *Dum Fidei Constantiam*, de 1514, que, pelos importantes serviços prestados à Igreja, assegurou ao rei de Portugal o direito sobre as terras adquiridas nos últimos dois anos e às terras que porventura encontrassem no futuro.¹³⁹

Para Portugal, essas medidas garantiram o direito e o dever de administrar os assuntos religiosos no Atlântico. Além de evidenciarem o apoio do papado à sua expansão ultramarina, estas também atribuíam a Portugal a missão de defender e de difundir o catolicismo nas regiões sobre as quais avançavam, principalmente no transcorrer dos séculos XV e XVI, período em que as ações da Igreja Católica ainda interferiam com relativa frequência nos assuntos e políticos da Europa.¹⁴⁰

No caso espanhol, os Reis Católicos também receberam o apoio do Papa para a reconquista de Granada por meio da bula *Nuper Siquidem*, de Sixto IV. Porém, foi com a bula

¹³⁶ SABEH, L. A. *op. cit.*, p. 44-45.

¹³⁷ *id. ibid.*, p. 33-85.

¹³⁸ OLIVEIRA, M. **História da Igreja**. Lisboa, União Gráfica, 1952. *apud* LACERDA, J. Portugal e Espanha: precursores na aliança expansionista religiosa. Congresso Internacional de História. Jataí: UFG, 2016, p. 6.

¹³⁹ *id. ibid.*, p. 6.

¹⁴⁰ SABEH, L. A. *op. cit.*, p. 33-85.

Ortodoxe Fidei, de 1483, que os soberanos espanhóis conseguiram maior apoio, tanto espiritual quanto econômico para a realização da empreitada

Nós [o Papado], com autoridade de Deus todo-poderoso, [...] exortamos, solicitamos [...] a todos os fiéis cristãos, principalmente da ‘Nação espanhola’, para que ajudem corajosamente e de modo permanente com seus recursos e pessoas [...] os mesmos Rei e Rainha a combaterem os ditos sarracenos e a reconquistarem o dito reino de Granada, e a manterem o entusiasmo da dita fé. [...] Pela glória do seu nome e pela derrota dos mesmos sarracenos, não temam expor-se aos perigos da morte, obedecendo as ordens dos mesmos Rei e Rainha, merecendo receber por isso os prêmios da vida eterna”.¹⁴¹

Portanto, mesmo antes da chegada de Colombo ao continente americano, em 1492, a Igreja vinha, há mais de meio século, se envolvendo com as expedições de exploração e conquista, tanto as coordenadas por Portugal quanto as da Espanha. As normas, além de legitimarem as ações dos países ibéricos no além-mar, também balizaram todo o trabalho de evangelização que seria desenvolvido no continente americano nos anos seguintes à sua descoberta.¹⁴²

Isso justifica, por exemplo, o apoio privilegiado da Igreja a Portugal e à Espanha na execução desta tarefa missionária. Nesse sentido, muito antes de ser formulada a hipótese de se tratar de um continente desconhecido e muito antes ainda de esta ideia se tornar oficial, a Coroa de Castela teve o cuidado de afirmar os seus direitos como o primeiro ocupante das terras descobertas que, segundo os termos do Tratado de Toledo de 1480, deveriam pertencer a Portugal. Porém, em 1493, os Reis Católicos conseguiram do papa espanhol Alexandre VI as bulas que lhes cederam as terras novas, descobertas ou ainda por descobrir, fixando uma “linha de demarcação” entre portugueses e espanhóis, o que favorecia os castelhanos e lhes concedia os privilégios anteriormente outorgados pelos papas aos portugueses.¹⁴³

Além disso, essas normas papais ainda encarregavam os Reis Católicos de enviar missionários para evangelizar os habitantes dos seus novos domínios. No ano seguinte, 1494, em Tordesilhas, sob a anuência do Papa, portugueses e espanhóis assinavam dois tratados relativos às conquistas africanas e as do Novo Mundo fixando a linha de demarcação a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde.¹⁴⁴

¹⁴¹ SIXTO IV. *Bula Ortodoxe Fidei*. 10 de agosto de 1483. In: SUESS, Paulo. (org.). **A Conquista Espiritual da América Espanhola**: 200 documentos, século XVI, p. 233. *apud* SOUZA, G. Q. Da Reconquista hispânica à conquista do Novo Mundo: uma análise do espírito cruzadístico ibérico na *Crux Cismarina* e na *Crux Ultramarina*. Anas do Congresso Internacional de História. Jataí: UFG, 2016, p. 4.

¹⁴² BARNADAS, J. M. A Igreja Católica na América Espanhola Colonial. In: BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina**: América Latina Colonial, v. 1. São Paulo: Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 522.

¹⁴³ RUCQUOI, A. *op. cit.*, p. 167-213.

¹⁴⁴ *id. ibid.*, p. 167-213.

Tal repartição resultaria no renomado Tratado de Tordesilhas que, de acordo com Elliott,

deu um grau suplementar de segurança às pretensões de Castela contra toda contestação que Portugal pudesse tentar, e elevou a empresa das Índias ao nível de um empreendimento sagrado, ao vincular os direitos exclusivos de Castela a uma obrigação igualmente exclusiva de converter os pagãos à Fé. Essa empresa missionária, solenemente confiada à Coroa de Castela, deu-lhe uma justificativa moral para a conquista e a colonização, que imediatamente fortaleceu e transcendeu os direitos decorrentes de uma ou de outra do fato da primeira descoberta.¹⁴⁵

Também analisando as consequências desse tratado, Sabeh nos aponta que este documento demonstrou claramente uma forte intervenção da Igreja nos assuntos de cunho políticos e econômicos, tanto de Portugal quanto da Espanha, principalmente em função do fator religioso que permeava a expansão ultramarina. Segundo o autor, a assinatura desse acordo, além de demonstrar uma manobra diplomática conduzida pelo Papa para conciliar os interesses das monarquias ibéricas no movimento expansionista, também garantiu e legitimou a soberania dos ibéricos nesse processo à frente das demais monarquias europeias. Portanto, o Tratado de Tordesilhas revelava que “o fenômeno expansionista e as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais daí advindas não podiam ser lidas sem as lentes de um catolicismo fervoroso”.¹⁴⁶ Dessa forma,

essa visão de mundo formava a base das estruturas mentais com as quais os europeus católicos liam, avaliavam e agiam em seu mundo, tanto é que os privilégios que a Igreja concedia aos povos pioneiros das navegações não eram apenas materiais, mas, sobretudo, espirituais. Isso não só comprometia portugueses e castelhanos a fazerem da expansão um instrumento de combate aos inimigos da cristandade, como também consolidava os fundamentos religiosos dessas monarquias.¹⁴⁷

Portanto é evidente como o sentimento religioso esteve presente no movimento que incentivou os ibéricos a se lançarem ao mar, originando o processo que, mais tarde, ficou conhecido como a expansão ultramarina europeia. Nesse aspecto, considerando a expansão coordenada por Portugal, Sabeh também reforça que

os portugueses se lançaram ao mar no século XIII motivados por um sentimento cruzadístico de combate aos mouros. A navegação costeira levava-os à costa da Barbária e ao Estreito de Gibraltar, regiões onde lutavam com os muçulmanos. Esse ideal, no século XIV, ainda mantinha-os no oceano, cuja empresa passou a interessar aos nobres. De acordo com Luís Filipe Thomaz, alguns poucos objetivavam obter

¹⁴⁵ ELLIOTT, J. H. *op. cit.*, p. 147.

¹⁴⁶ SABEH, L. A. *op. cit.*, p. 42-46.

¹⁴⁷ *id. ibid.*, p. 43.

cargos nas praças do Algarve de Além-Mar, e os demais buscavam o enriquecimento com a pilhagem e mercês régias por seus atos contra os muçulmanos.¹⁴⁸

Esse mesmo conceito religioso também é observado na expansão espanhola, como nos aponta Rucquoi ao mencionar que a

missão dos espanhóis terminava com a Reconquista e a recristianização do conjunto do território peninsular. A América irá fornecer um prolongamento desta missão divina, a “Conquista” em segmento a “Reconquista”, e os conquistadores – seguindo o exemplo dos seus pais e antepassados –, os reconquistadores. As colunas de Hércules do Estreito de Gibraltar deixaram de ser um fim, uma conclusão, para se tornar a promessa de uma nova missão a cumprir, uma nova evangelização a levar a bom termo.¹⁴⁹

Sendo assim, embora as questões comerciais estivessem presentes como um dos motores que impulsionaram a exploração ultramarina, tais aspirações se desdobraram, sobretudo, do sentimento de Cruzada que era muito comum à época e que antecedeu os propósitos financeiros. Esse desejo cruzadista, por exemplo, seria capaz de impulsionar os portugueses a navegarem, em meados do século XV, em direção a regiões além dos mares Mediterrâneo e Atlântico Norte.¹⁵⁰

Portanto, sobre esse tópico, são diversos os estudos que apontam que o propósito comercial da exploração ultramarina resultou, sobretudo, do desejo cruzadista muito comum à época.¹⁵¹ José Carlos Vilaradaga, por exemplo, indica que alguns autores identificam o surgimento de um efetivo projeto de chegar às Índias somente ao longo do reinado de D. João II (1481-1495), pois, até então, o objetivo de atingir essa região – genericamente denominada dessa forma – “confundia-se facilmente com um ideal cruzadístico e messiânico de libertação do mundo da presença muçulmana”.¹⁵²

Outro sentido religioso também precisa ser considerado ao se analisar as questões que permearam a expansão. Dentre os propósitos apresentados como as causas das expedições organizadas pelo Infante Dom Henrique (1394-1460), um deles foi o desejo de promover o contato com o reino de Preste João.¹⁵³ Esse reino era visto como um “potentado mítico, em sua origem vagamente imaginado pelos europeus como soberano de um poderoso reino nas

¹⁴⁸ SABEH, L. A. *op. cit.*, p. 42.

¹⁴⁹ RUCQUOI, A. *op. cit.*, p. 211-212.

¹⁵⁰ SABEH, L. A. *op. cit.*, p. 33-85.

¹⁵¹ *id. ibid.*, p. 33-85.

¹⁵² VILARDAGA, J. C. **Lastros de viagem:** expectativas, projeções e descobertas nas narrativas da expansão portuguesa no Índico (1498-1554). São Paulo: Annablume, 2010, p. 9.

¹⁵³ SABEH, L. A. *op. cit.*, p. 33-85.

Índias”.¹⁵⁴ Para Boxer, fatores como a passagem do tempo, bem como os relatos românticos produzidos pelos viajantes antigos e, inclusive, a ampla circulação de uma possível e famosa carta toda adornada, cuja autoria era atribuída a Preste João, contribuíram para forjar a ideia de que esse monarca seria um poderoso rei-sacerdote cristão.¹⁵⁵ Manh-Lot nos indica que essa famosa carta apresentava o rei-padre como senhor das chamadas três Índias e de países fabulosamente ricos, onde corria um dos rios do Paraíso terrestre, além de demonstrá-lo como desejoso de aliar-se aos cristãos também para libertar o Santo Sepulcro.¹⁵⁶

Para Sabehe os lusitanos acreditavam, desde a baixa Idade Média, na existência desse monarca cuja crença “atribuía-lhe uma vitória contra os muçulmanos e o domínio de uma região próxima ao rio Nilo”.¹⁵⁷ Portanto, seria de suma importância o estabelecimento de relações com esse poderoso rei, transformando-lhe num grande aliado para a formação de um bloco cristão de defesa e ataque contra os infiéis.¹⁵⁸

Porém, para levar a cabo esse projeto, seria necessário o emprego de vultuosas somas de recursos financeiros. Nesse sentido, unem-se os propósitos materiais aos desejos religiosos, como sugere Sabehe, ao indicar que:

o empreendimento marítimo de busca desse reino mítico requeria o dispêndio de uma vasta quantia de recursos, muitos deles de particulares. Assim, a notícia da existência de ouro em pó ao sul do Saara encorajava a realização da empresa, daí Thomaz considerar que as investidas lusas na região objetivavam também o encontro de cristãos com os quais se pudesse comercializar, já que os lusitanos entendiam que os lucros advindos do comércio poderiam financiar novas expedições de busca do Preste João.¹⁵⁹

Ainda em relação à junção das motivações da expansão marítima, é célebre o diálogo ocorrido com um tripulante da expedição de Vasco da Gama que, ao chegar à Índia, depara-se com um nativo que, por ventura, conhecia a língua portuguesa e o questionara sobre a razão de estarem em terras asiáticas. Teria respondido o degredado português que viajaram em busca de especiarias e também de cristãos.¹⁶⁰ Tal frase evidencia o quanto esses elementos, o financeiro e o religioso, andavam em conjunto na expansão. Sobre esse tema, Francisco Bethencourt e Diego Ramada Curto asseveram que

¹⁵⁴ BOXER, C. R. *op. cit.*, p. 35-36.

¹⁵⁵ *id. ibid.*, p. 31-54.

¹⁵⁶ MANH-LOT, M. **Retrato histórico...**, p. 25.

¹⁵⁷ SABEH, L. A. *op. cit.*, p. 43.

¹⁵⁸ *id. ibid.*, p. 33-85.

¹⁵⁹ SABEH, L. A. *op. cit.*, p. 43.

¹⁶⁰ VILARDAGA, J. C. *op. cit.*, p. 15-65.

esta união da intenção missionária com a aquisição territorial foi uma característica essencial da expansão portuguesa - tal como na criação de outros impérios - e deve sempre ter-se em conta a multiplicidade de incentivos inerentes à construção imperial.¹⁶¹

A relação entre os propósitos materiais e espirituais também é claramente observada nos escritos deixados por Cristóvão Colombo. Baseando-se nos relatos de Marco Polo, seu desejo inicial é apresentado já no início do diário que produziu em decorrência da sua primeira viagem em direção às Índias (1492-1493). Nesse documento, Colombo relatou que pretendia estabelecer contato com o “Grande Cã” para, então, atender seu pedido de que lhe fossem enviados sábios conhecedores do Evangelho a fim de promoverem a conversão dos seus súditos, livrando-os das crenças pagãs ou do islamismo.¹⁶²

Apesar de sempre citar a busca por metais preciosos em seus relatos, este talvez não fosse o objetivo principal de Colombo. O ouro, ou seja, a riqueza material serviria para Colombo apenas como um propósito da sua expedição que agradaria tanto aos navegadores que o acompanhavam quanto aos que o patrocinaram. Por diversas vezes, Colombo acalmara motins em suas viagens com a promessa de lucros a serem distribuídos aos marinheiros. Também escrevera aos reis, com relativa frequência, sobre possíveis locais onde poderia haver grandes quantidades do cobiçado metal.¹⁶³ Isso se vê, por exemplo, em uma carta destinada aos monarcas espanhóis, escrita durante sua estada no que hoje consideramos ser a Jamaica, no ano de 1503, na qual Colombo afirmou que do “ouro faz-se tesouro, e com ele, quem o tem, realizará o quanto quiser no mundo, e até mandará as almas ao paraíso”.¹⁶⁴

Nesse mesmo sentido, Tzvetan Todorov também considera que “o ouro é um valor humano demais para interessar Colombo”.¹⁶⁵ Em outras palavras, o ouro seria considerado como um meio, e não um fim em si mesmo. Um meio para propagar a evangelização pelas áreas mais distantes “para a glória e crescimento da santa fé cristã”.¹⁶⁶ Inclusive, este mesmo ouro serviria para financiar outro desejo de Colombo: partir em Cruzada e libertar Jerusalém dos domínios dos muçulmanos.¹⁶⁷ Sobre esse aspecto envolvendo o ouro e os propósitos de Colombo, quem primeiro nos legou essa percepção foi Sergio Buarque de Holanda, que nos apontou que

¹⁶¹ BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. **A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010, p. 21.

¹⁶² COLOMBO, C. *Diário da Primeira Viagem (1492)*. **Textos e documentos completos**. Prólogo e notas de Consuelo Varela. Madri: Alianza Universidad, 1982, p. 15-138.

¹⁶³ TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016, p. 3-17.

¹⁶⁴ COLOMBO, C. *Relação da Quarta Viagem (1503)*. **Textos e documentos completos...**, p. 302.

¹⁶⁵ TODOROV, T. *op. cit.*, p. 12.

¹⁶⁶ *id. ibid.*, p. 12.

¹⁶⁷ *id. ibid.*, p. 3-17.

não só daria aquele ouro grande acréscimo à Fazenda Real, além de cobrir os gastos havidos para tão gloriosa empresa, como o fora a incorporação de novos mundos ao patrimônio da Coroa, mas sobretudo poderia servir a fins mais devotos, entre estes o da recuperação do Santo Sepulcro em Jerusalém.¹⁶⁸

Por fim, para Todorov “a necessidade de dinheiro e o desejo de impor o verdadeiro Deus não se excluem. Os dois estão unidos por uma relação de subordinação”.¹⁶⁹ Portanto, defende o autor que são exatamente as questões religiosas que motivaram Colombo a empreender suas expedições marítimas que resultaram no descobrimento da América, a ponto desse processo histórico derivar, portanto, de um traço medieval da personalidade do almirante genovês.¹⁷⁰

Não é à toa, portanto, que o primeiro gesto de Cristóvão Colombo ao tomar posse da terra que acabara de encontrar foi cravar uma cruz no solo americano. Essa tomada de posse, na qual há a união da bandeira da Espanha com o sagrado símbolo religioso, expressa um marco evidente do início da chamada “conquista espiritual da América”.¹⁷¹

¹⁶⁸ HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso:** os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 52.

¹⁶⁹ TODOROV, T. *op. cit.*, p. 13.

¹⁷⁰ *id. ibid.*, p. 3-17.

¹⁷¹ ROMANO, R. **Os mecanismos da conquista colonial:** os conquistadores. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. 17.

4 O COLOMBO CRISTÃO: FÉ E MISSIONARISMO NO PENSAMENTO COLOMBINO

4.1 COLOMBO E A RELIGIOSIDADE EM PRIMEIRO PLANO

A trajetória do navegador Cristóvão Colombo é sem sombra de dúvidas uma das mais polêmicas da história, se constituindo como um controverso objeto de estudo. Sua biografia amplamente discutida entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento é envolvida em uma série de perguntas sem respostas, questões misteriosas e lacunas que, até hoje, ainda são objetos de debates acalorados, além de temas constantemente estudados por historiadores em vários países.¹⁷²

Entretanto, de todas as características que permearam a vida de Colombo, um aspecto que se sobressai dos demais – pois, inclusive, teria sido um dos móveis mentais que serviram de incentivo para grande parte das suas ações – é a sua religiosidade. Em que pese os estudos que levantaram dúvidas sobre certo judaísmo na origem do navegador, a ponto de alguns historiadores o terem considerado de forma polêmica como um judeu converso,¹⁷³ grande parte dos registros do Almirante – ou escritos sobre ele – fazem claras referências ao seu devotado catolicismo.

Salientamos que esta religiosidade de Colombo não era algo incomum no período em que viveu. Ao contrário, a Igreja Católica ainda era uma instituição muito poderosa, proprietária de grande parte das terras da Europa e detentora de um expressivo poder político/religioso no continente. Além disso, monopolizava o conhecimento e o saber com o controle de grande parte das instituições de ensino da época. Sua influência sobre os povos da Europa Ocidental, região majoritariamente cristã, se fazia presente desde a era do Império Romano e ainda era capaz, de forma soberana, a mover as mentes da maioria da população da Europa ocidental do século XV com os seus ensinamentos. A esse respeito, destacamos a análise de Lucien Febvre sobre a influência da religião na vida das pessoas, na qual nos aponta que

o cristianismo era o próprio ar que se respirava no que chamamos a Europa e que era a cristandade. Era uma atmosfera na qual o homem vivia sua vida, toda a sua vida – e não apenas sua vida intelectual, mas também sua vida privada de atos múltiplos, sua vida pública de ocupações diversas, sua vida profissional, qualquer que fosse seu

¹⁷² LÓPEZ, M. C. T. **Los últimos viajes de Cristóbal Colón en la historiografía colombina**. Toletum: boletín de la Real Academia de Bellas Artes y Ciencias Históricas de Toledo, nº 53, 2006, p. 255.

¹⁷³ GIL, Juan. **Mitos y utopias del descubrimiento: I. Colón y su tempo**. Madri: Alianza Editorial, 1989, p. 193-223.

âmbito. Tudo, de certo modo automática, fatal e independentemente de toda vontade expressa de ser crente, de ser católico, de aceitar ou de praticar sua religião...¹⁷⁴

Nos documentos que produziu – ou que foram produzidos sobre ele – e que foram objetos de análise neste estudo, Colombo sempre deixou evidente essa característica fervorosa da sua crença. Por diversas vezes e em diferentes textos escritos em várias épocas distintas da sua vida, Colombo atribuiu suas expedições exclusivamente à vontade divina, sempre relacionando suas ações ao pensamento religioso que cultuava.¹⁷⁵

Observamos, portanto, que nos escritos colombinos eram comuns a supervalorização dos seus feitos e a tentativa de sacralização das suas ações. Por diversas vezes, Colombo julgava que sua chegada às terras que descobriu era fruto de um “milagre”, como em uma carta que endereçou ao rei Fernando no final de 1505, quando ainda insistia em reaver os seus direitos diante da expansão espanhola sobre as áreas recém dominadas.¹⁷⁶ Em outra carta destinada ao mesmo monarca, meses antes, dissera que havia sido enviado miraculosamente por Deus para servir à Espanha.¹⁷⁷

A presença do divino em suas jornadas também era algo que Colombo sempre procurava evidenciar. Em carta enviada ao frei Gaspar de Gorrício, o Almirante afirmou que seguia sua viagem em nome da Santíssima Trindade e que esperava dela a vitória, ou seja, o alcance dos seus propósitos, sejam eles espirituais ou materiais.¹⁷⁸ Ao mesmo frei, escreveu em outro documento que havia partido numa quarta-feira também em nome da mesma Santíssima Trindade.¹⁷⁹

Mais do que simples expressões cotidianas de um cristão, a presença do sagrado em suas manifestações era um elemento corriqueiro nos registros colombinos que foram analisados. Nessa mesma perspectiva, Stephen Greenblatt nos aponta que não foram raras as vezes em que Colombo escreveu que “Nosso Senhor teria coroado a sua viagem”, associando sua chegada às terras que considerou como as Índias à vontade exclusiva de Deus.¹⁸⁰ Tais afirmações evidenciam o quanto as manifestações do navegador genovês eram impregnadas de suas convicções religiosas.

¹⁷⁴ FEBVRE, Lucien. Influências da religião sobre a vida. In: **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.292.

¹⁷⁵ São diversos os registros em que Colombo manifestou suas crenças religiosas. São diários de navegação, cartas, testamentos, entre outros, que evidenciam a sua fé e estão elencados nas fontes empregadas neste trabalho.

¹⁷⁶ COLOMBO, C. Carta ao Rei Fernando, 1505, In: MAHN-LOT, M. **Retrato histórico de Cristóvão Colombo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1992, p. 153.

¹⁷⁷ *id. ibid.*, p. 152.

¹⁷⁸ COLOMBO, C. Carta ao Frei Gaspar de Gorrício (1502). **Textos e documentos completos...**, p. 291.

¹⁷⁹ *id. ibid.*, p. 290.

¹⁸⁰ GREENBLATT, S. **Maravilhosas Possessões**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, nº 3, 1989, p. 43.

Quanto às suas expedições, Colombo sempre as associava aos seus propósitos religiosos. Na página de abertura do diário que escreveu no início da sua primeira viagem, a qual resultou na sua chegada ao Novo Mundo, Colombo já demonstrou parte das suas ambições religiosas: encontrar o Grande Khan, ou imperador da China, o qual teria conhecido pelas páginas dos escritos de Marco Polo. Este, segundo o autor italiano, havia solicitado sábios para instruí-lo na fé de Cristo. Portanto, o desejo religioso de promover a expansão do cristianismo se torna uma obsessão no pensamento colombino e se fará presente em uma série de documentos anotados pelos navegador, o que nas palavras de Tzvetan Todorov é “muito mais importante para Colombo do que o ouro”.¹⁸¹

Colombo também evidenciou os interesses religiosos da sua expedição em uma carta destinada ao Papa Alexandre VI, em 1502, na qual escreveu que a próxima viagem que estaria programando seria exclusivamente “para a glória da Santíssima Trindade e da santa religião cristã”, e para isso ele “espera a vitória do Eterno Deus, como ela sempre me foi dada no passado”; o que ele faz é “grandioso e exaltante para a glória e o crescimento da santa fé cristã”. Portanto, especificamente nesses trechos dos seus escritos, o navegador indicou que um dos seus principais objetivos seria a expansão da fé cristã: “Espero em Nosso Senhor poder propagar seu santo nome e seu Evangelho no universo”.¹⁸²

Analisando os escritos do navegador, também é possível perceber que as interpretações que fazia dos fatos que ocorreram durante suas expedições eram carregadas de um forte viés religioso. Até o bom tempo favorável à navegação era visto como obra divina. Por inúmeras vezes teria dito algo como “Nosso Senhor me deu bons ventos”¹⁸³ ou acreditava que a mão de Deus deixaria o mar tão calmo quanto “o Rio de Sevilha”.¹⁸⁴

Da mesma maneira que Colombo acreditava que o que acontecia de bom em suas viagens eram resultados da graça de Deus, considerava que os aspectos negativos eram consequência das ações de forças demoníacas. Isso ficou evidente na carta que enviou ao seu filho Diego Colombo, em 21 de novembro de 1504, onde afirmou que as recompensas que acabara de receber dos Reis Católicos seriam muito maiores se “Satã não tivesse tudo perturbado, levantando obstáculos ao meu desígnio.”¹⁸⁵

¹⁸¹ TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016, p. 12-13.

¹⁸² Todas as citações deste parágrafo foram recolhidas da Carta ao Papa Alexandre VI (1502) In: COLOMBO, C. **Textos e documentos...**, p. 287.

¹⁸³ COLOMBO, C. Relação da Terceira Viagem (1498). **Textos e documentos completos...**, p. 259.

¹⁸⁴ COLOMBO, C. Diário da Primeira Vigem (1492). **Textos e documentos completos...**, p. 28.

¹⁸⁵ COLOMBO, C. Carta ao seu filho Diego (1500). In: MAHN-LOT, M. **Retrato histórico...**, p. 145.

Observamos esse pensamento também na carta endereçada ao rei e à rainha da Espanha, escrita em maio de 1499. Nesse documento, Colombo interpretou que a demora para encontrar grande quantidade de ouro e outras pedras preciosas seria uma forma de punição divina aos homens da sua expedição pela desenfreada cobiça que apresentaram ao chegarem ao novo continente. No entanto, o navegador estava convencido de que Deus, “pela sua bondade, não olhará para nossos pecados e, no tempo certo, o ouro voltará para nós em abundância.”¹⁸⁶

Ao analisar a personalidade religiosa do almirante genovês, Todorov registrou que Colombo submetia tudo a um ideal exterior e absoluto, ou seja, à religião cristã, considerando que todas as coisas terrestres não passavam de meios para a realização desse ideal. Portanto, a forma como sua crença religiosa estava assentada teria influenciado as suas impressões e interpretações sobre o que vivia naquele momento.¹⁸⁷

Também como bom seguidor dos mandamentos divinos, Colombo acreditava no princípio da caridade, de forma que, ao ajudar os mais necessitados, receberia de Deus todos os proventos necessários. Ao escrever ao seu filho Diego, em 1500, o Almirante teria deixado claro esse pensamento afirmando que

Ordeno-te, pedindo-te que o faças em espírito de devoção, dar a décima parte do dinheiro de que disporás – rendas ou qualquer lucro – a pobres necessitados e de preferência àqueles que que nos são aparentados, e, se não estiveres eles onde estás, que reserves o dinheiro para enviá-lo a eles. Se agires assim, o necessário nunca te faltará, pois o Senhor o proverá.¹⁸⁸

Como não poderia ter sido diferente, suas convicções religiosas também serviram de inspiração até no momento de denominar as ilhas que encontrou no decorrer de sua primeira viagem, a qual resultou na sua chegada à América. Dessa forma, o navegador teria registrado que “à primeira ilha que encontrei dei o nome de San Salvador, em homenagem à Divina Majestade, que maravilhosamente me concedeu tudo isto [...]; à segunda dei o nome de Isla de Santa Maria de La Concepción.”¹⁸⁹ Além disso, em cada ilha pelas quais passava, era comum que deixasse uma cruz fincada no solo, como sinal de que a partir da sua ação, aquelas terras passavam a fazer parte do mundo cristianizado.¹⁹⁰

No retorno à Europa da sua primeira expedição, Colombo demonstraria também que era um cumpridor do princípio da peregrinação, algo comum no pensamento católico desse período.

¹⁸⁶ COLOMBO, C. Carta ao Rei a e à Rainha (1499). In: MAHN-LOT, M. **Retrato histórico...**, p. 135.

¹⁸⁷ TODOROV, T. *op. cit.* p. 16.

¹⁸⁸ COLOMBO, C. Carta ao seu filho Diego (1500). In: MAHN-LOT, M. **Retrato histórico...**, p. 145.

¹⁸⁹ COLOMBO, C. Diário da Primeira Viagem (1492). **Textos e documentos completos...**, p. 34.

¹⁹⁰ *id. ibid.*, p. 58.

Como forma de agradecimento pela difícil travessia do oceano, determinou que sorteasse um romeiro para ir à Santa Maria de Guadalupe. O próprio Almirante foi o sorteado, recaíndo-lhe a tarefa de “ir, como romeiro, cumprir a promessa”. Outros romeiros seriam mandados para outros lugares tidos como sagrados e milagrosos, como Santa Clara de Moguer, na Espanha, ou em Santa Maria de Loreto, em Roma, onde deveria ser celebrada uma missa.¹⁹¹

Além das promessas de partirem em peregrinação e de participarem de celebrações religiosas, o mau tempo fez com que os tripulantes da primeira expedição, inclusive Colombo, prometessem também que fariam “jejum a pão e água”¹⁹² no primeiro sábado após a chegada à Espanha. Tais passagens evidenciam como os princípios católicos difundidos pela Igreja eram bem observados por Colombo e seus comandados.

Esse comportamento religioso de Colombo também não escaparia aos olhos dos seus contemporâneos, que destacaram o quanto o Almirante era um convicto seguidor dos preceitos cristãos, cumprindo regras como jejum e oração, além de observar certos comportamentos morais definidos como corretos pelos dogmas da Igreja. A esse respeito, seu próprio filho e biógrafo Fernando Colombo teria destacado que, com relação aos costumes, o navegador

era tão rígido que por jejuar e dizer todos os ofícios canônicos poderia ter sido tomado por membro de alguma ordem religiosa. E era tão grande inimigo de praguejamentos e blasfêmias que jamais o ouvi proferir imprecação maior do que “Por São Fernando.”¹⁹³

Nessa mesma direção, ainda evidenciando certo moralismo cristão de Colombo, Fernando destacou a aversão do seu pai com relação às palavras de baixo calão ao nos apontar que, quando o Almirante sentia raiva de alguém, sua única manifestação era “que Deus o leve por seus atos e palavras.”¹⁹⁴ E quando o navegador escrevia alguma coisa, não o fazia sem antes citar *Jesus cum Maria sit nobis in via*, como bem observou Laurence Bergreen.¹⁹⁵

Embora seja autor de uma obra laudatória sobre a vida do navegador genovês, cuja finalidade se inseria no contexto das disputas entre os herdeiros do navegador e a Coroa Espanhola e, apesar de ser uma descrição enaltecida feita por um filho cujo texto buscava vangloriar a trajetória do pai – o que exige uma análise crítica por parte dos historiadores –, a obra de Fernando Colombo é considerada como uma das observações mais conhecidas sobre a vida do navegador.

¹⁹¹ COLOMBO, C. Diário da Primeira Viagem (1492). **Textos e documentos completos...**, p. 126.

¹⁹² *id. ibid.*, p. 134.

¹⁹³ COLOMBO, F. **História do Almirante Cristóvão Colombo**. Madrid, 1892, p. 14-15.

¹⁹⁴ COLOMBO, F. *op. cit.*, p. 14.

¹⁹⁵ BERGRENN, L. **Colombo: as quatro viagens**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013, p. 66-124.

Outro registro detalhado sobre a religiosidade de Colombo foi produzido pelo frei dominicano Bartolomé de Las Casas. Segundo as anotações do religioso,

em questões de religião cristã, ele era sem dúvida um católico e de grande devoção; quase em tudo o que fazia ou dizia ou queria começar a fazer, sempre colocava antes: “Em nome da Santíssima Trindade eu farei isso” ou “virei este”, ou “espero que seja assim.”¹⁹⁶

Para Las Casas, Colombo também foi muito devoto de Nossa Senhora e São Francisco. Sempre agradecia a Deus pelos benefícios que recebia os quais considerava como uma obra da mão divina: “quando algum ouro ou coisas eles o trouxeram, ele entrava em seu oratório e se ajoelhava, convidando os que estavam ao redor, e dizia damos graças a Nosso Senhor, que por descobrir tantos os bens tornaram-nos dignos.”¹⁹⁷

O frei dominicano também afirmou que a conversão ao cristianismo era um dos objetivos mais evidentes de Colombo, o qual tinha como interesse principal “semear e expandir a fé de Jesus Cristo com o intuito de ganhar o Santo Sepulcro.”¹⁹⁸ Ainda de acordo com o frei – destacando aspectos também evidenciados pelo filho do navegador – Colombo jejuava com frequência, confessava muitas vezes, tomava a comunhão e rezava horas canônicas como um eclesiástico.¹⁹⁹

Apesar de ser crítico a certos acontecimentos da estada de Colombo na América, como na questão dos indígenas, Las Casas considerou que Colombo seria um grande merecedor do que chamou de honra divina, alguém desejoso por promover a conversão dos povos que encontrou, com o intuito de que, nas palavras do dominicano, a “fé de Jesus Cristo seja semeada e expandida”.²⁰⁰ Las Casas ainda o considerou como alguém “particularmente apaixonado e dedicado a Deus” e que e com “esta devoção e a confiança que tinha de que Deus o guiaria na descoberta deste orbe”.²⁰¹

Essa crença religiosa também teria contribuído para as explicações que Colombo realizou a respeito do seu próprio nome. Ao interpretar à sua maneira o significado da sua denominação, o navegador teria chegado à conclusão de que “ele foi nomeado Cristóvão, isto é,

¹⁹⁶ LAS CASAS, B. **Vida de Cristóvão Colombo**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1992, p. 2.

¹⁹⁷ *id. ibid.*, p. 3.

¹⁹⁸ *id. ibid.*, p. 3.

¹⁹⁹ *id. ibid.*, p. 2.

²⁰⁰ LAS CASAS, B. *op. cit.*, 1992, p. 3.

²⁰¹ Ambas as citações também se encontram na obra de LAS CASAS, B., *op. cit.*, p. 3.

Christum ferens, que traduzido do latim, significa portador ou mensageiro de Cristo”,²⁰² ou o “Porta-Cristo”, como bem disse André Milhou.²⁰³

Bartolomé de Las Casas, contemporâneo de Colombo e participante de uma de suas expedições, nos legou um importante registro referente a essa exegese do Almirante sobre sua nomenclatura. Sobre esse aspecto, escreveu que

este homem ilustre, renunciando ao nome estabelecido pelo costume, quis chamar-se Colón, recuperando o vocábulo antigo, menos por esta razão (ser o nome antigo) do que, devemos acreditar, movido pela vontade divina que o havia eleito para realizar o que seu nome e sobrenome significavam. A Providência divina quer, geralmente, que as pessoas por Ela designadas para servir recebam nomes e sobrenomes adequados à tarefa que lhes é confiada, como se viu em muitos lugares na Escritura Santa: e o Filósofo diz, no capítulo IV de sua *Metafísica*: 'Os nomes devem convir às qualidades e aos usos das coisas.' Por isso ele era chamado Cristobal, isto é, *Christum Ferens*, que quer dizer portador do Cristo, e é assim que ele assinava frequentemente; pois em verdade foi o primeiro a abrir as portas do mar Oceano, para fazer passar nosso Salvador Jesus Cristo, até essas terras longínquas e remos até então desconhecidos [...] Seu sobrenome foi Colón, o que quer dizer repovoador, nome que convém àquele cujo esforço fez descobrir essas gentes, essas almas em número infinito que, graças à pregação do Evangelho. [...] foram e irão todos os dias repovoar a cidade gloriosa do Céu. Também lhe convém na medida em que foi o primeiro a fazer vir gentes da Espanha (embora não as que deveria), para fundar colônias, ou populações novas que, estabelecendo-se junto aos habitantes naturais [...], deviam constituir uma nova [...] Igreja cristã e um Estado feliz.²⁰⁴

Ainda de acordo com Las Casas, o nome original de Colombo seria “*Colonus*”, mas ele próprio escolheu chamar a si mesmo de Colón – Colombo em português. Segundo o frei dominicano, seu novo nome significava colonizador, o que julgava ser uma denominação adequada para um homem que teria descoberto milhares de almas que agora poderiam se salvar pela propagação do Evangelho de Cristo. Para o religioso, esta nomenclatura era atribuída à vontade do Senhor Deus, que o escolhera para realizar a tarefa expressa pelo nome Cristóvão Colón.²⁰⁵

Diante de todo esse misticismo em torno da sua própria designação, Las Casas teria observado que Colombo passou a grafar o seu nome com floreios esmerados para evidenciar sua reputação de homem considerado mais merecedor que todos os outros para levar a incontáveis povos que por tanto séculos viveram apartadas do conhecimento de Cristo e da devoção à Ele.²⁰⁶ Em sua análise sobre Colombo, o pesquisador Florencio Hubeñak nos indica

²⁰² BERGRENN, L. *op. cit.*, p. 68.

²⁰³ MILHOU, A. Notas sobre o messianismo de Cristóvão Colombo. São Paulo: **Novos Estudos**, nº 32, 1992, p. 85.

²⁰⁴ LAS CASAS, B. *Historia de Las Índias*, volume 1. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1951. *apud* TODOROV, T. *op. cit.*, p. 36.

²⁰⁵ LAS CASAS, B. *apud* BERGRENN, L. *op. cit.*, p. 68.

²⁰⁶ *id. Ibid.*, p. 68.

que esta interpretação que Colombo teria feito do seu próprio nome serviria para ressaltar ainda mais sua “intencionalidade de messias eleito, uma espécie de João Batista, (...) eleito por Deus para preparar os caminhos do Senhor.”²⁰⁷

A assinatura que fazia nos documentos que rubricava é um outro aspecto que demonstrou a sua mentalidade religiosa:

.S.
.S. A .S.
X M Y

Não é difícil perceber que a assinatura do navegador disposta dessa forma teria dado margens para diversas interpretações. Porém, a mais convincente na opinião do historiador Bernard Vincent é a desenvolvida pelo pesquisador Alain Milhou, o qual considera que os três S seriam um lembrete da aclamação feita durante a missa: *Sanctus, Sanctus, Sanctus, Dominus Deus Sabaoth*. Essa invocação, para os cristãos, é um símbolo da Santíssima Trindade. Na linha abaixo, o X seria uma referência aos seu nome, o Portador de Cristo. O M representaria o seu culto à Virgem Maria, especialmente à Imaculada Conceição, de quem era fervoroso devoto. Já o Y se referia a outro santo de sua devoção: São João Batista. O A centralizado seria Ave, que poderia formar na vertical o Ave Maria.²⁰⁸

Dessa forma e com base nessa análise, poderíamos ler essa assinatura da seguinte maneira:

Sanctus
Sanctus Ave Sanctus
Xpoforus Maria Yoannes

Outro importante estudo no qual nos baseamos para compreendermos a mentalidade religiosa de Colombo foi o produzido pelo pesquisador Juan Luís de Leon Azcárate. Analisando as passagens bíblicas que Colombo escreveu no *Livro das Profecias*, o pesquisador espanhol afirmou que as citações apresentadas no corpo desse texto não teriam sido feitas por acaso, mas sim valendo-se de personagens com os quais Colombo se identificava. Um exemplo é quando

²⁰⁷ HUBENÁK, F. *Mesianismo y escatologia en el descubrimiento de América*. Buenos Aires, Prudentia Iuris, nº 29, 1992, p. 121.

²⁰⁸ VINCENT, B. **1492: descoberta ou invasão?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 44.

ele, enquanto descobridor das Índias e divulgador da fé cristã, se viu como um mensageiro e pregador do livro de Isaías, ou seja, que ele havia sido escolhido por Deus para a propagação da sua religião.²⁰⁹

Esse exercício de equiparação ainda seria apresentado em outros momentos da sua trajetória, como bem nos apresentou Azcárate. Quando projetou iniciar a expansão da Igreja de Cristo aos povos indígenas, Colombo comparou-se ao apóstolo Paulo. Em outros momentos, associou-se ao rei Davi em diferentes fases da sua trajetória. Quando estava preso, em 1500, considerou-se como Davi preso por Saul. Ainda, ao desejar a reconstrução do templo de Jerusalém, comparou-se novamente a Davi, quando sugeriu a retomada de Jerusalém com o ouro das Índias. Por fim, ao receber o título de vice-rei pelas mãos dos reis católicos, se viu em uma situação análoga à do rei de Israel, triunfante e soberano das nações.²¹⁰

Percebemos essa visão presente também em outros momentos da sua trajetória. Na ocasião em que os tripulantes da sua primeira viagem reclamavam que o mar era manso e temiam que os ventos não os levassem novamente à Espanha, quando, para espanto de todos os marinheiros, o vento começou a soprar, Colombo se comparou a Moisés ao citar que “então o alto mar era muito necessário para mim, o que não parecia, exceto o tempo dos judeus quando eles saíram do Egito contra Moisés, que os tirou do cativeiro”.²¹¹

Para compreendermos a mentalidade religiosa do navegador Colombo também nos baseamos no estudo produzido pelo pesquisador francês Alain Milhou, que também o considerou como um clássico “bom cristão medieval”.²¹² Para Milhou, entre as diversas características religiosas do pensamento de Colombo, uma das que mais se destacou seria o desejo de contribuir para a unificação da Espanha sob a bandeira da cristandade, o que seria considerado, na visão do navegador, como um prenúncio da unificação do mundo em torno da religião cristã. Esse ideal também acompanharia Colombo por grande parte da sua vida como navegador.²¹³ Dessa forma, Colombo se via como um escolhido por Deus, um visionário que tinha sugerido a existência de terras no além-mar e que as incorporava por meio da sua atividade marítima ao orbe cristão.

O pesquisador Alfredo Cordiviola também defende essa leitura apontando que, por meio das interpretações que Colombo fazia das Sagradas Escrituras, o genovês associava suas ações

²⁰⁹ AZCÁRATE, J. L. L. **El libro de las profecías (1504) de Cristóbal Colón: la Biblia y el descubrimiento de América.** Universidad Pontificia de Salamanca, p. 104-115.

²¹⁰ *id. ibid.*, p. 104-115.

²¹¹ CRISTÓVÃO, C. **Diário da Primeira Viagem (1492) In: COLOMBO, C. Textos e documentos completos...**, p., 24.

²¹² MILHOU, A. *op. cit.*, p. 93.

²¹³ *id. ibid.*, p. 93.

ao que estava escrito no texto bíblico, o qual lera, segundo o autor, “em busca de explicações e de certezas que permitam entender e justificar tais notórios acontecimentos”.²¹⁴

Sobre essas interpretações de Colombo, Azcárete nos sugere que

a exegese colombina deve muito à exegese medieval. Disto toma, fundamentalmente: a) a interpretação alegórica ou tipológica da Escritura, e b) a visão providencial pela qual todos os eventos da Humanidade são compreendidos e previstos nas Escrituras. Colombo, portanto, não cria um novo modelo de interpretação. Ele simplesmente coleta, auxiliado por Frei Gaspar de Gorricio, os elementos que melhor lhe convêm da exegese bíblica de sua época para interpretar o descobrimento das Índias como um acontecimento recomendado na Escritura.²¹⁵

Nesse mesmo sentido, Cordiviola nos apresenta um Colombo que se considerava o portador e intérprete da história da humanidade.²¹⁶ O mesmo Colombo religioso também é destacado por Milhou ao descrever que “na verdade, impulsionado por seu espírito messiânico, pelo espírito messiânico que acompanha o fim da Reconquista, Cristóvão Colombo reinterpreta a História, reclassifica os fatos históricos em função da sua significação profética”²¹⁷.

Analisando os aspectos hermenêuticos da figura de Colombo, Cordiviola também nos indica algumas considerações a respeito da visão religiosa que o navegador teria feito da sua própria pessoa:

Colombo diz ser uma alma simples que fora agraciada para mostrar ao mundo as verdades ocultas. Eleito pela Providência para atravessar os mares e descortinar novos mundos, deve completar agora sua missão, mostrando nas Escrituras as causas e as consequências dos seus iluminados itinerários.²¹⁸

Ainda de acordo com o mesmo autor, no final da sua trajetória de navegador, Colombo escreveu que teria tido até visões proféticas em que “a Santíssima Trindade o apontou como escolhido, acima do resto dos mortais”²¹⁹. Sobre este conhecido relato escrito por Colombo durante sua estada na Jamaica, em 1503, Cordiviola nos apresentou uma importante análise na qual afirmou que Colombo teria dedicado toda a sua trajetória para assumir o papel de hemeneuta e de navegante inspirado que esta misteriosa voz vinha novamente confirmar.²²⁰

²¹⁴ CORDIVIOLA, A. **Os enigmas da Vulgata**: Colombo hermeneuta. Niterói, Gragoatá, nº 41, 2016, p. 654.

²¹⁵ AZCÁRATE, J. L. L. *op. cit.*, p. 116.

²¹⁶ CORDIVIOLA, A. *op. cit.*, p. 655.

²¹⁷ MILHOU, A. *op. cit.*, p. 92.

²¹⁸ CORDIVIOLA, A. *op. cit.*, p. 652.

²¹⁹ *id. ibid.*, p. 652.

²²⁰ *id. ibid.*, p. 660.

Em seus escritos, Colombo também demonstrou que era um grande leitor da Vulgata e de outras autoridades religiosas. Por muitas vezes, utilizou os argumentos desses livros para justificar suas ações ou sua visão sobre o que estava ocorrendo, como na carta que enviou aos Reis Católicos em virtude da sua terceira viagem à América, na qual indicou que

Para isso traz uma autoridade de Esdras do terceiro livro dele, onde diz que de sete partes do mundo as seis são descobertas e o que está coberto com água, cuja autoridade é aprovada pelos santos, que dão autoridade ao terceiro e quarto livros de Esdras como Santo Agostinho e São Ambrósio em seu Exameron, onde ele alega que meu filho Jesus virá e meu filho Cristo morrerá, e eles dizem que Esdras foi um profeta.²²¹

Com ralação à forma como Colombo interpretava as Sagradas Escrituras, Azcárate nos oferece a seguinte observação: “Colombo, portanto, opta por um uso pessoal de textos bíblicos, e em particular dando preferência ao sentido típico, isto é, o conceito de cumprimento de promessa, que em várias vezes ele se aplicará a si mesmo”.²²² Azcárate também indicou que Colombo interpretava a partir da sua leitura dos textos religiosos que o descobrimento da América estava vaticinado na Bíblia, sendo essa a descoberta de uma nova realidade geográfica desconhecida e que agora, por intermédio de suas ações, passaria a ser conhecida.²²³

Sobre esse elemento, o pesquisador espanhol também considera que o Almirante se via dessa forma pois “trata-se apenas da promessa divina de entregar as Índias a Colombo superando todas as provações e dificuldades, assim como Deus fez com grandes protagonistas do Antigo Testamento como Abraão e Sara, Moisés e Davi”.²²⁴ Em outras palavras, Colombo acreditava que o texto bíblico estaria ganhando forma e se realizando enquanto promessa divina.

O citado *Livro das Profecias*, escrito entre 1502 e 1504 é uma clara demonstração de como Colombo baseava-se nos escritos bíblicos para realizar os seus registros. Com base na análise dessa obra realizada por Azcárate, fica ainda mais evidente que Colombo era um leitor contumaz das Sagradas Escrituras a ponto de, no transcorrer das 70 páginas conservadas desse documento, ter realizado trezentas e oitenta e cinco referências bíblicas, sendo trezentas e vinte e seis pertencentes ao Antigo Testamento e cinquenta e nove relacionadas ao Novo Testamento. Embora faça citações bíblicas nos mais diversos textos que teria produzido, como diários de navegação e cartas, é no *Livro das Profecias* que essas referências foram apresentadas com maior frequência.²²⁵

²²¹ COLOMBO, C. *Relação da Terceira Viagem* (1498). **Textos e documentos completos...**, p. 219-220.

²²² AZCÁRATE, J. L. L., *op. cit.*, p. 96.

²²³ *id. ibid.*, p. 106.

²²⁴ *id. ibid.*, p. 114.

²²⁵ *id. ibid.*, p. 79

Para o pesquisador espanhol, os propósitos das expedições empreendidas pelo navegador genovês foram registrados principalmente nas páginas deste livro, considerado uma referência para a análise do pensamento colombino.²²⁶ Ainda de acordo com sua análise, Azcárate afirmou que o pensamento de Colombo se baseava nos seguintes preceitos:

Por um lado, a obtenção de ouro para financiar a recuperação de Jerusalém para a cristandade, então nas mãos dos otomanos, e, por outro lado, a evangelização dos índios. Além disso, ele considera que ele mesmo foi predestinado por Deus para fazer a descoberta das Índias e que esta predestinação foi anunciada implicitamente na Bíblia. Desta forma, o próprio descobridor do Novo Mundo (que ele sempre acreditou ser a Ásia e onde ele identificou o paraíso terrestre) será o primeiro a interpretar este importante evento bíblicamente e as pessoas e avatares que o acompanhavam.²²⁷

De acordo com o historiador Mario Hernández Sánchez-Barbaesta, o *Livro das Profecias* teria sido escrito num momento delicado da vida de Colombo, ocorrido exatamente após os efeitos da sua trágica terceira viagem em direção à América, da qual voltara preso e com todos os benefícios que lhe foram concedidos revogados. Credo que estava perto da morte, Colombo evidenciou nas páginas desta obra alguns elementos da sua mentalidade medieval quando, nas palavras do pesquisador, “rejeita toda ciência e só aceita um impulso religioso, atribuindo tudo a Deus”.²²⁸

Para exemplificar esse pensamento religioso de Colombo, Todorov cita um trecho escrito por Colombo no prefácio do *Livro das Profecias*, no qual registrou que “São Pedro saltou sobre o mar e caminhou sobre as águas enquanto sua fé o sustentou. Aquele que tiver a fé do tamanho de um grão de joio será obedecido pelas montanhas. Que aquele que tem fé peça, pois tudo lhe será dado. Batei, e se abrirá”.²²⁹ Desse trecho se depreende o quanto Colombo colocava sua fé como o motor das suas realizações, algo observado durante toda a sua trajetória de navegador.

Colombo ressaltou no mesmo livro que sua descoberta teria sido resultado da vontade divina e das profecias bíblicas, as quais interpretava à sua forma: “Já disse que para a execução do empreendimento das Índias, a razão, a matemática e o mapa-múndi não me foram de nenhuma utilidade. Tratava-se apenas da realização do que Isaías havia predito.”²³⁰

²²⁶ Para analisarmos o *Livro das Profecias* nos valem do citado estudo realizado por Juan Luís de Leon Azcárete diante da impossibilidade de acessarmos diretamente uma cópia fidedigna da fonte.

²²⁷ AZCÁRATE, J. L. L., *op. cit.*, p. 79.

²²⁸ SÁNCHEZ-BARBA, M. H. Cristóbal Colón en presencia de la muerte (1505-1506). **V Centenario del fallecimiento de Cristóbal Colón: ciclo de conferencias**. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Naval, 2006, p. 50.

²²⁹ COLOMBO, C. *Livro das Profecias* (1501) *apud* TODOROV, T. *op. cit.*, p. 21.

²³⁰ *id. ibid.*, p. 31.

No entanto, embora Cristóvão Colombo seja apontado em alguns estudos como um homem moderno, antenado com as questões do seu tempo – tempo esse caracterizado pela transição entre o Medieval e a Idade Moderna – e preocupado com as possíveis vantagens pessoais que poderia obter com suas expedições, seus escritos e ações, nas palavras de Rachel Soihet, demonstram o que a autora considerou como um “acanhamento e as crenças religiosas de um homem medieval”.²³¹

Essa religiosidade de Colombo também é confirmada pela historiadora María Lourdes Díaz-Trechuelo que nos apontou que o descobridor da América era filho de pais sinceramente cristãos e piedosos que lhe transmitiram a fé católica, preceito profundamente enraizado nele durante toda a sua vida e, também, o franciscanismo que era tão difundido na Itália no decorrer do século XV.²³²

Quem também confirmou essa característica da personalidade do Almirante é a historiadora Marianne Mahn-Lot, que o considerou como um cristão fervoroso, conhecedor da Bíblia e que, por pertencer à Ordem Terceira Franciscana, lia todos os dias o seu breviário. Para a autora, a “paixão pela Bíblia foi um traço muito importante do seu caráter.”²³³

O historiador Bernard Vincent, que também analisou o universo espiritual de Cristóvão Colombo, o apresentou como um homem extremamente devoto e que rezava em todas as horas canônicas como se fosse um padre ou qualquer outro religioso.²³⁴ Portanto, essa especificidade do pensamento colombino nos parece consensual no âmbito historiográfico.

Isto posto, fica evidente a partir dos elementos analisados o quanto essas questões religiosas estiveram presentes no pensamento de Colombo e teriam influenciado, de certo modo, as suas expedições. Apesar das exigências que o Almirante teria feito aos monarcas espanhóis para empreender suas viagens, como títulos e parte dos lucros sobre a exploração dos territórios alcançados, bem como a incessante procura por ouro e outras possíveis riquezas nas ilhas da América Central, não teria sido somente a mera ambição financeira que teria levado Colombo a empreender suas expedições marítimas.²³⁵

Esse aspecto também é retratado na obra *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda, o qual apontou que, dentre as pretensões de Colombo, estava presente o desejo de

²³¹ SOIHET, R. História da América na Universidade Federal Fluminense (UFF) em retrospectiva, p. 23. In: **História das Américas: novas perspectivas**. AZEVEDO, C.; RAMINELLI, R. (orgs.), Rio de Janeiro: FGV, 2011.

²³² DIAZ-TRECHUELLO, M. L. **Cristóbal Colón**. Madri: Palabra, 2006, p. 27.

²³³ MAHN-LOTT, M. **Retrato histórico...**, p. 10.

²³⁴ VINCENT, B. *op. cit.*, p.41-55.

²³⁵ HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 52.

também “servir a fins mais devotos”.²³⁶ Nesse mesmo sentido, segundo Todorov, os benefícios materiais seriam importantes para Colombo pois seriam o coroamento do seu papel enquanto descobridor.²³⁷ Além disso, os resultados econômicos das suas expedições poderiam servir para sustentar os objetivos religiosos que cultivava.

Em várias partes dos seus registros, o navegador genovês também nos indicou seus propósitos espirituais, seja no momento de obter apoio ou com a intenção de valorizar seus feitos. Assim, teria afirmado o Almirante que “Nosso Senhor bem sabe que eu não suporto todas estas penas para acumular tesouros nem para descobri-los para mim; pois, quanto a mim, bem sei que tudo o que se faz neste mundo é vão, se não tiver sido feito para a honra e o serviço de Deus”.²³⁸

No fim do seu relato produzido do transcorrer da sua quarta viagem rumo à América, Colombo teria feito novamente a mesma observação: “Não fiz esta viagem para nela obter ouro e fortuna; é a verdade, pois disso toda esperança já estava morta. Vim até Vossas Altezas com uma intenção pura e um grande zelo, e não minto.”²³⁹

Essa intenção pura ou ingenuidade que nos apresenta se relaciona com os seus propósitos religiosos. Até os últimos dias de sua vida, Colombo carregou consigo esta crença. Morreu acreditando na sua missão profética e na sua tarefa de expandir a fé cristã.

4.2 A PROPAGAÇÃO DO EVANGELHO PELO COLOMBO MESSIÂNICO

Um dos trechos mais conhecidos dos registros de Colombo – brevemente citado no tópico anterior – é a abertura do diário que elaborou para anotar os principais feitos da sua primeira expedição, a qual resultou na sua chegada ao que seria a América. Na abertura desse diário, Colombo já expunha um dos seus propósitos: o contato com o Grande Khan, imperador do Catai (China), para iniciar um trabalho de conversão conforme este governante havia solicitado há séculos, como bem anotara Marco Polo em sua obra.²⁴⁰

Pouco mais de uma década depois, na carta que escreveu aos Reis Católicos durante sua passagem pela Jamaica no decorrer da sua quarta viagem, enquanto padecia enclausurado à espera de socorro, Colombo novamente apontou seu desejo messiânico e se ofereceu para realizar a

²³⁶ HOLANDA, S. B. *op. cit.*, p. 52.

²³⁷ TODOROV, T. *op. cit.*, p. 3-17.

²³⁸ COLOMBO, C. *apud* LAS CASAS, B. **Historia de las Indias III**. Cidade de México: Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 146.

²³⁹ COLOMBO, C. *Relação da Quarta Viagem (1503)*. **Textos e documentos completos...**, p. 304-305.

²⁴⁰ CRISTÓVÃO, C. *Diário da Primeira Viagem (1493)*. **Textos e documentos completos...**, p. 15-138.

tarefa de levar o Evangelho às Índias: “O Imperador de Catai há dias mandou que sábios fossem para ensiná-lo na fé de Cristo. Quem se oferecerá a isto? Se Nosso Senhor me levar à Espanha, obrigo-me a levar com o nome de Deus salvo”²⁴¹.

Essas famosas passagens, escritas em diferentes contextos, nos demonstram como esse ideal missionário também se transformou em um dos móveis mentais que teria impulsionado a trajetória do Almirante. Descoberta sobre uma áurea utópica e, relacionada ao Paraíso, a América desde sempre havia sido considerada como o local de onde haveria de surgir uma humanidade nova: de onde se revelaria uma cristandade renovada e distinta.²⁴² Corroborando com esse pensamento, o historiador Juan Gil nos indicou que este momento histórico seria o prenúncio de que uma Nova Era estaria começando, pois, “sua descoberta demarca, sim, um marco na história da humanidade porque o surgimento dessa nova terra indica que a tão esperada era messiânica está prestes a começar, se é que já começou”.²⁴³

Tais desejos missionários de Colombo se inseriam em um contexto de expansão marítima na qual o propósito de espalhar os ensinamentos de Cristo se fazia presente como um dos seus aspectos motivadores. Nos países ibéricos que promoviam inicialmente esse expansionismo, o ideal missionário se apresentaria de forma mais forte em virtude da luta para a expulsão dos mouros. Portanto, nos parece evidente que essa conjuntura teria favorecido o fortalecimento desse ideal na mentalidade de Colombo, o acompanhando praticamente em toda a sua trajetória.

Percebemos essa ideia missionária na carta de instituição do morgado de 1498, quando Colombo obrigou os seus sucessores a “manter e sustentar na ilha de Hispaniola quatro bons professores de santa teologia, com a intenção de estudar, trabalhar e ordenar que todos esses povos das Índias se convertam à nossa santa fé católica”.²⁴⁴ Tal trecho evidencia o valor que o Almirante dava à conversão ao cristianismo, ao ponto desse propósito se tornar uma das suas grandes obsessões.

Também observamos esse interesse missionário nos registros de Colombo quando determinou, no mesmo testamento, que seus herdeiros se empenhassem em construir na Ilha Hispaniola uma igreja com o nome de Santa Maria da Conceição. Além disso, solicitou que

²⁴¹ CRISTÓVÃO, C. Relação da Quarta Viagem (1503). **Textos e documentos completos...**, p. 302-303.

²⁴² BEASCOECHEA, A. Z.; GONZÁLEZ AYESTA, M. C. **La Nueva Jerusalén en el bajomedievo y en el renacimiento hispano-americano**. Anuario de Historia de la Iglesia. Pamplona: Faculdade de Teologia de la Universidad de Navarra, nº 4, 1995, p. 199-233.

²⁴³ GIL, J. **Mitos y utopias del descubrimiento...**, p. 203.

²⁴⁴ CRISTÓVÃO, C. Instituição do Morgado (1498). **Textos e documentos completos...**, p. 200.

erguessem capelas onde rezariam pela sua alma, bem como pelos seus “antecessores e descendentes”.²⁴⁵

O projeto de promover a conversão dos povos ao cristianismo também apareceu na carta que escreveu a Luis de Santangel, anunciando sua chegada a um território novo, na qual afirmou que a evangelização, junto com os benefícios que a terra descoberta poderia oferecer, eram motivos para “se alegrar e fazer grandes festas, e dar solenes graças à Santíssima Trindade com muitas orações solenes para a tanta exaltação que haverá, ao converter tantos povos à nossa santa fé, e mais tarde aos bens temporais”.²⁴⁶

No *Livro das Profecias*, Colombo também teria destacado esse propósito missionário como uma finalidade de suas viagens às Índias. De acordo com o Almirante, sua missão se resumiria em dois objetivos consagrados: por um lado, obter o ouro necessário para a recuperação de Jerusalém para a cristandade, elemento que será abordado no capítulo seguinte. Por outro lado, a tão almejada evangelização dos indígenas.²⁴⁷

Mantendo a interpretação profética sobre seus feitos e se baseando em trechos do Novo Testamento, Colombo toma a imagem do mensageiro pelo pastor que se dirige às ovelhas gentias e até parece se identificar de alguma forma com Paulo, o apóstolo dos gentios, isto é, dos índios.²⁴⁸ Com base nesse pensamento missionário, Colombo apontou que

Eu sou o bom pastor e conheço o meu, e quanto mais eles conhecem-me. Tenho outras ovelhas que não são deste aprisco e eu preciso trazê-los; e eles ouvirão a minha voz, e haverá um rebanho, e um único pastor. [...] Porque os judeus rejeitaram a fé de Cristo e os gentios recebido com devoção para a pregação dos apóstolos, como evidenciado por Atos, 13, 46-48, onde se diz que Paulo e Barnabé disse aos judeus: “Nós íamos falar com vocês primeiro a palavra de Deus; mas visto que a rejeitais e julgais a vós mesmos indignos da vida eterna, nos voltaremos para os gentios, porque assim o Senhor nos ordenou. E continua: “Quando os gentios ouviram isso, regozijaram-se e glorificaram a palavra do Senhor”. E haverá apenas um rebanho, isto é, uma Igreja de judeus e gentios.²⁴⁹

Portanto, com base nos diversos registros deixados pelo navegador genovês é possível perceber com clarividência o quanto o desejo de expansão do cristianismo se fazia presente no âmbito das suas viagens. Isso demonstra que suas convicções estavam concatenadas com o desejo religioso que se tornou comum no contexto das Grandes Navegações, momento em que justificavam que seria necessário desbravar novos territórios e conquistar novas terras a fim de

²⁴⁵ COLOMBO, C. Instituição do Morgado (1498). *Textos e documentos completos...*, p. 200.

²⁴⁶ COLOMBO, C. Carta a Luis de Santangel (1493). *Textos e documentos completos...*, p. 146.

²⁴⁷ AZCÁRATE, J. L. L. *op. cit.*, p. 77-123.

²⁴⁸ *id. ibid.*, p. 77-123.

²⁴⁹ CRISTÓVÃO, C. Livro das Profecias (1501), f. 60, verso *apud* AZCÁRATE, J. L. L. *Op. cit.*, p. 108-109.

catequizar as populações nativas e, dessa forma, aumentar o número de fiéis ao catolicismo, tarefa já defendida e executada por outros reinos cristãos.²⁵⁰

Nesse contexto de expansão religiosa teria ganhado força, desde o início, certa interpretação providencialista que considerava que o descobrimento e a conquista da América eram resultados de algo querido e propiciado pela Providência Divina com o objetivo de promover a propagação do Evangelho. Nas décadas posteriores, muitos intérpretes desse período consideraram que esse acontecimento teria sido reservado aos Reis Católicos como prêmio pelas suas lutas contra o infiel muçulmano. Outros já consideraram que a conversão de milhares de indígenas ao cristianismo compensaria as defecções provocadas pela heresia luterana. Assim, a América seria vista como o paraíso dos novos cristãos.²⁵¹

Nesse sentido, o próprio Colombo interpretava que a sua chegada às Índias era um milagre tão grandioso e que há tempos algo dessa grandeza não era realizado pelo Senhor.²⁵² Em outro documento, afirmou que o resultado da sua expedição poderia ser visto como a maior graça concedida por Deus desde Davi.²⁵³ Dessa maneira, o Almirante valorizava ainda mais as suas façanhas e conferiam a elas uma grande importância missionária.

À Juana de La Torre, antiga governanta do príncipe herdeiro João, a quem escreveu com o intuito de interceder junto aos monarcas para que seus direitos previstos nas Capitulações de Santa Fé fossem restituídos, Colombo indicou esse espírito providencialista que o acompanhava ao se colocar como o “mensageiro do novo céu e da nova terra.”²⁵⁴

Essa interpretação providencialista, que concebe o descobrimento da América como algo prenunciado nas Sagradas Escrituras, se explica pela mentalidade de uma Europa cristã, cuja religiosidade ainda se fazia presente como uma das suas características mais fortes. Bartolomé de Las Casas, por exemplo, foi um dos defensores dessa ideia. Por isso apontou que

E assim devemos crer que o Espírito Santo, pela boca de Isaías falou que da Espanha viriam os primeiros que a esta gente converteria; mas que podemos apontá-lo em um determinado lugar em sua profecia, não creio que, sem presunção, se não fosse com uma nova luz e nova inteligência divina, poderíamos fazê-lo.²⁵⁵

²⁵⁰ MANH-LOT, M. **A descoberta da América...**, p. 41-59.

²⁵¹ Para compreender as interpretações providencialistas sobre o descobrimento da América sugerimos a análise de BEASCOECHEA, A. Z.; GONZÁLEZ AYESTA, M. C. *op. cit.*, p. 199-233.

²⁵² COLOMBO, C. Carta ao Rei Fernando (1505). *In*: MAHN-LOT, M. **Retrato histórico de Cristóvão Colombo...**, p. 153.

²⁵³ COLOMBO, C. Carta ao Banco São Jorge de Gênova (1502), *In*: MAHN-LOT, M. **Retrato histórico de Cristóvão Colombo...**, p. 144.

²⁵⁴ COLOMBO, C. Carta a Juana de La Torre (1500). MAHN-LOT, M. **Retrato histórico de Cristóvão Colombo...**, p. 137

²⁵⁵ LAS CASAS, B. Historia de las Índias, I, p. 127 *apud* AZCÁRATE, J. L. L., *op. cit.*, p. 105.

A interpretação que Colombo fizera do seu próprio nome – Cristóvão, o portador de Cristo – e que também foi objeto de análise no tópico anterior, serviu ainda mais para associar sua imagem com a do mensageiro de Deus, predestinado desde o ventre materno para a missão de ser o profeta das nações. A esse respeito, Colombo escreveu que “antes de te formar no ventre te conheci; antes de você sair do útero. O que você gostou como muito agrado de antemão, o que e como elas foram escritas [as profecias] em seu livro sobre mim no segredo do seu conselho”.²⁵⁶

É interessante notar que não só Colombo era detentor dessa visão, mas alguns dos seus contemporâneos também pensavam da mesma forma a respeito da intenção evangelizadora do Almirante. O próprio Papa Alexandre VI, na bula *Inter Caetera* de 4 de maio de 1493, pela qual concedeu aos Reis Católicos e seus descendentes o domínio das Índias e a evangelização de seus habitantes, parece concordar com Colombo ao afirmar que

Cristóvão Colombo, um homem digno de uma obra tão geral, que, ajudado pela ajuda divina, pelo Oceano, nunca navegado havia descoberto caminhos, ilhas e continente remotíssimas, que até então não haviam sido descobertas por outros; em que ele havia encontrado muitas pessoas, que acreditavam que havia um Deus Criador no céu e pareciam receber a fé católica; com que havia esperança, que sendo ensinado, o nome de Salvador Jesus Cristo, e que abundavam em ouro, aromas e outras preciosidades, pelas quais, e principalmente pela exaltação da fé de Deus. Os Reis Católicos tinham um propósito para reduzi-los de suas ilhas, e terras para seu senhorio, e os habitantes para a fé pela qual.²⁵⁷

Caso célebre também é o do cosmógrafo Jayme Ferrer de Blanes que, em carta a Colombo datada de 5 de agosto de 1495, em que além de mesclar a preocupação pela evangelização dos indígenas com o interesse em pedras finas, ouro, especiarias e drogas, também compara o navegador ao apóstolo Tomé, o evangelizador da Índia: “E, é verdade, no que direi não pretendo errar, que o comércio que você, Senhor [referindo-se a Colombo], você colocou em conta o apóstolo e embaixador de Deus, enviado por seu julgamento divino para conhecer seu santo nome em partes de verdade desconhecida”.²⁵⁸

Cinco anos depois, o próprio Colombo afirmou que foi a Santíssima Trindade quem o inspirou a chegar às Índias e prosseguir com sua missão de divulgar a religião cristã aos confins do mundo: “Em nome da Santíssima Trindade, que nos colocou na memória e depois veio a

²⁵⁶ COLOMBO, C. Livro das Profecias (1502-1504). f. 15, verso *apud* AZCÁRATE, J. L. L., *op. cit.*, p. 110.

²⁵⁷ ALEXANDRE VI. *Bula Inter Caetera (1493)*. In: ARCE, M. G. vol. I, Conselho Superior de Pesquisa Científica - Escola de Estudos Hispânicos-Americanos de Sevilha, Sevilha (1954) 9-10., *apud* AZCÁRATE, J. L. L. *op. cit.*, p. 111.

²⁵⁸ BLANES, J. F. *apud* AZCÁRATE, J. L. L. *op. cit.*, p. 111

inteligência perfeita que poderia navegar e ir para as Índias da Espanha passando o mar do oceano para o oeste.”²⁵⁹

Após a morte de Colombo, essa imagem apostólica do navegador ainda se fazia presente. Um exemplo é a forma como nos mostrou o dominicano Augustin Giustiniani, que teria escrito, em 1516, que não julgava impróprio o fato de Colombo se considerar como o escolhido de Deus para descobrir um Novo Mundo e iniciar a sua evangelização.²⁶⁰

De acordo com as pesquisadoras Ana de Zaballa Beascochea e Maria Cruz Gonzalez Ayesta, tanto o providencialismo quanto o messianismo foram elementos que estiveram presentes no pensamento de Colombo e serviram como um forte “motor de sua tarefa descobridora”²⁶¹. As mesmas autoras também nos apontam que a ideia colombina de promover a conversão dos humanos também está relacionada à crença escatológica de Colombo que, dessa maneira, buscava dar algum sentido sagrado para a sua empresa, tema que também será abordado no capítulo seguinte.²⁶²

A interpretação que Colombo realizou sobre os indígenas também estavam carregadas de suas ideias missionários. Observando-os fisicamente nus, Colombo os considerou como desprovidos de qualquer propriedade cultural, como costumes, ritos e religião. Por diversas vezes teria afirmado que os nativos não pertenciam a nenhuma seita e que, nas palavras do Almirante, também não eram idólatras. Dessa forma, teria percebido que os indígenas poderiam ser um terreno fértil para suas intenções evangelizadoras.²⁶³

Ao decidir levar alguns índios para a Espanha no decorrer da sua primeira viagem ao continente americano, Colombo novamente expôs as suas intenções missionárias. Queria que os indígenas, quando retornassem ao continente americano devidamente aculturados, servissem como intérpretes dos cristãos e que adotassem os costumes europeus e a fé cristã. Dias depois, teria anotado mais uma vez esse propósito em seu diário ao indicar que “Vossas Altezas devem ficar satisfeitas, pois em breve terão feito deles cristãos e lhes terão instruído nos bons costumes de seu reino.”²⁶⁴

Em janeiro de 1494, Colombo registrou esse mesmo ideal em uma carta que escreveu a Antônio de Torres, apesar das queixas sobre a dificuldade de se fazer entender com os índios por causa da língua. Para o navegador, este problema estava sendo um grande empecilho para

²⁵⁹ COLOMBO, C. Instituição do Morgado (1498). **Textos e documentos completos...**, p. 192.

²⁶⁰ AZCÁRATE, J. L. L. *op. cit.*, p. 111

²⁶¹ BEASCOECHEA, A. Z.; GONZÁLEZ AYESTA, M. C. *op. cit.*, p. 217.

²⁶² *id. ibid.* p. 199-233.

²⁶³ COLOMBO, C. Diário da Primeira Viagem (1493). **Textos e documentos completos...**, p. 15-138.

²⁶⁴ *id. ibid.*, p. 55.

ensinar aos nativos as “verdades sobre nossa santa fé, como Suas Altezas desejam”.²⁶⁵ Por isso, teria enviado alguns homens, mulheres e crianças indígenas à Espanha para que aprendessem a língua espanhola.

Apesar de não ter a companhia de nenhum missionário durante sua primeira expedição, o desejo de conversão dos povos apareceu desde o início no projeto expansionista de Colombo. Porém, de acordo com Todorov, a partir do momento em que ele vislumbrou a grande quantidade de habitantes nas terras que alcançou, seu propósito evangelizador tornou-se um dos elementos centrais das suas aspirações.²⁶⁶

No próprio documento em que tomou posse das terras descobertas, Colombo afirmou que “entendi que eram gente que se entregaria e se converteria com muito mais facilidade à nossa Santa Fé pelo amor do que pela força”²⁶⁷. Em 6 de novembro de 1492 Colombo demonstraria que o seu desejo de converter os indígenas e ampliar a Igreja de Cristo estaria de acordo com os propósitos dos Reis Católicos. A esse respeito registrou que

tenho certeza (...) que sabendo a língua e orientados com boa disposição por pessoas devotas e religiosas, logo todos se converteriam em cristãos; e assim confio em Nosso Senhor que Vossas Majestades se determinarão a isso com muita diligência para trazer para a Igreja tão grandes povos, e os converterão, assim como já destroçaram aqueles que se recusaram a professar a fé no Pai e no filho e no Espírito Santo.²⁶⁸

Esse ideal de conversão ainda é reforçado no momento em que Colombo, ao reafirmar que a evangelização é um dos principais objetivos da sua viagem, pede aos monarcas espanhóis que aceitem os indígenas como seus vassalos. Nesse sentido, afirmou o Almirante que

E digo que Vossas Altezas não devem permitir que nenhum estrangeiro tenha qualquer relação com esse país e não ponha nele os pés se não for católico cristão, pois a expansão e glória da religião cristã são fim e princípio desta empresa, e que não admitam nessas regiões ninguém que não seja bom cristão.²⁶⁹

Pesquisadores que analisam essa temática concordam que o Almirante teria esse ideal missionário como um dos princípios centrais do seu pensamento. Tzvetan Todorov, por exemplo, também destacou essas intenções missionárias de Colombo ao afirmar que a “vitória universal do cristianismo é o que anima Colombo, homem profundamente piedoso (nunca viaja aos domingos) que, justamente por isso, considera-se eleito, encarregado de uma missão divina,

²⁶⁵ COLOMBO, C. Carta a Antonio de Torres (1494). **Textos e documentos completos...**, p. 132.

²⁶⁶ TODOROV, T. *op. cit.*, p. 47-70.

²⁶⁷ COLOMBO, C. Diário da Primeira Viagem (1493). **Textos e documentos completos...**, *op. cit.*, p. 29.

²⁶⁸ *id. ibid.*, p. 54.

²⁶⁹ *id. ibid.*, p. 68.

e que vê por toda parte a intervenção divina”.²⁷⁰ O mesmo autor também assevera que Colombo se considerava como “o guardião mais zeloso da honra divina; ávido e desejoso de converter as pessoas, e de ver por toda parte semeada e propagada a fé de Jesus Cristo”.²⁷¹

Alfredo Cordiviola também descreveu bem o pensamento colombino a esse respeito, ao afirmar que o Almirante

Diz ser uma alma simples que fora agraciada para mostrar ao mundo as verdades ocultas. Eleito pela Providência para atravessar os mares e descortinar novos mundos, deve completar agora sua missão, mostrando nas Escrituras as causas e as consequências dos seus iluminados itinerários.²⁷²

Sobre esse aspecto, Cordiviola também afirmou que Colombo se apresentou como

o interprete – e o protagonista – de um plano divino que tinha amplificado quase ao infinito as fronteiras do orbe. [...] Deve também se exibir como protagonista absoluto, singularmente escolhido para levar a todos os confins a palavra de Cristo, para ser o *Christo ferens* capaz de completar definitivamente a missão da expansão universal do Verbo dada aos apóstolos.²⁷³

Porém, ao analisarmos os escritos de Colombo, observamos que a conversão dos povos indígenas também está relacionada aos benefícios materiais que as terras alcançadas poderiam proporcionar ao reino espanhol, pois, sem os devidos recursos, não seria possível organizar sua tão almejada expedição com o objetivo de libertar a Terra Santa. Por essa razão, afirmou que “Creio que, se começarmos em breve Vossas Altezas conseguirão converter à nossa Santa Fé uma multidão de povos, ganhando grandes territórios e riquezas, assim como todos os povos da Espanha, pois há sem dúvida nestas terras grandes quantidades de ouro”.²⁷⁴ Com a defesa desse objetivo, é evidente que Colombo conseguiria ainda mais apoio para suas expedições tornando-a alvo de grande atenção por parte dos monarcas espanhóis.

Em outro documento, Colombo teria novamente reafirmado essa intenção evangelizadora associada aos resultados da sua expedição: “Vossas Altezas têm aqui um outro mundo onde pode expandir-se muito nossa Santa Fé e de onde se pode tirar muito proveito”.²⁷⁵ Assim, defendia que com a exploração das possíveis riquezas que o Novo Mundo poderia oferecer, sua tarefa missionária estaria devidamente sustentada.

²⁷⁰ TODOROV, T. *op. cit.*, p. 13.

²⁷¹ *id. ibid.*, p. 15.

²⁷² CORDIVIOLA, A. *op. cit.*, p. 652.

²⁷³ *id. ibid.*, 648.

²⁷⁴ COLOMBO, C. Diário da Primeira Viagem (1493). **Textos e documentos completos...**, p. 55.

²⁷⁵ COLOMBO, C. Relação da Terceira Viagem (1498). **Textos e documentos completos...**, p. 220.

Embora o projeto de promover a evangelização das Índias sempre tenha aparecido no transcórre dos escritos de Colombo, sendo inclusive utilizado como ponto central para justificar a importância da sua empresa,²⁷⁶ pouco foi feito nesse sentido. Apesar dos primeiros missionários terem viajando à América somente a partir da segunda expedição comandada pelo Almirante, Colombo nem sempre apresentou uma atitude coerente com relação a esse preceito.²⁷⁷ Tanto que, em carta enviada ao seu filho Diego, registrou que teria tomado conhecimento de que três bispos seriam nomeados para a América. Porém, julgava que deveria ser ouvido antes “para o bem do Nosso Senhor.”²⁷⁸

O ideal de cristianização dos índios, por exemplo, aparece nos escritos de Colombo inclusive nos documentos em que sugeria que os nativos fossem escravizados. Na carta que escreveu aos Reis Católicos em janeiro de 1494, Colombo teria apresentado essa ideia, ressaltando que, livres de certa inumanidade em virtude da conversão ao cristianismo, os índios americanos seriam escravos melhores que outros usualmente utilizados.²⁷⁹ Esse fato gerou uma série de críticas ao navegador genovês, como as elaboradas por Las Casas e, ainda, teria resultado na sua prisão.²⁸⁰

O trabalho de evangelização das Índias, portanto, seria protagonizado por outras pessoas, levando muito tempo para efetivamente apresentar os seus primeiros resultados.²⁸¹ Entretanto, nunca deixou de se notabilizar entre os principais desejos do Colombo navegador.

²⁷⁶ CORDIVIOLA, A. *op. cit.*, p. 647-663.

²⁷⁷ AZCÁRATE, J. L. L. *op. cit.*, p. 77-123.

²⁷⁸ COLOMBO, C. Carta ao seu filho Diego (1504). In: MAHN-LOT, M. **Retrato histórico...**, p. 150.

²⁷⁹ COLOMBO, C. Memorial a Antonio Torres (1494) **Textos e documentos completos...**, p. 147-162.

²⁸⁰ AZCÁRATE, J. L. L. *op. cit.*, p. 77-123.

²⁸¹ *id. ibid.*, p. 77-123.

5 ÀS PORTAS DO ÉDEN: CRUZADISMO E ESCATOLOGIA NO PENSAMENTO COLOMBINO

5.1 O COLOMBO CRUZADO: A OBSESSÃO PELA RETOMADA DE JERUSALÉM

No decurso do fim do período medieval, os diversos reinos ibéricos haviam passado – ou estavam passando – por um processo extremamente decisivo para a sua formação: a Reconquista do território que estava sob domínio dos muçulmanos desde o início do século VIII.²⁸² Embora o historiador Josep Maria Barnadas considere uma simplificação exagerada relacionar a Reconquista ao movimento das Cruzadas, essa luta contra o chamado mouro infiel, é uma clara evidência de uma união entre os ideais políticos e religiosos. Para esse autor, no âmbito da Reconquista, a ideia de que a religião poderia ser espalhada também por meios militares ganhara cada vez mais força, princípio que, inclusive, os ibéricos poderiam ter herdado dos próprios muçulmanos.²⁸³

Nesse sentido, é comum entre os historiadores a associação dos movimentos de retomada da Península Ibérica aos ideais cruzadísticos muito em voga à época. De acordo com o pesquisador Guilherme Queiroz de Souza, embora a disputa entre cristãos e muçulmanos tenha se iniciado a partir do século VIII, foi somente no século XI que esse componente religioso se fortaleceu e se incorporou aos ideais do que chamou de “guerreiro cristão”²⁸⁴ originando o que conhecemos por “Reconquista ou Cruzadas Espanholas”.²⁸⁵

Nas palavras do historiador, “os reinos cristãos ibéricos, nascidos e consolidados durante a guerra contra o invasor islâmico, eram regiões da Europa cristã onde o ideal de Cruzada estava mais enraizado no pensamento de seus combatentes.”²⁸⁶ Nesse mesmo ângulo, Rucquoi também nos apresenta que este pensamento cruzadístico resistiu por mais tempo na Península Ibérica, devido, fundamentalmente, à presença dos muçulmanos como inimigos dos cristãos ibéricos por quase oito séculos.²⁸⁷

Ainda de acordo com Souza, a difusão do ideal de Cruzada nas terras hispânicas teria sido causada por quatro elementos: a atuação da abadia francesa de Cluny que, nesse período,

²⁸³ BARNADAS, J. M. A. Igreja Católica na América espanhola colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). **América Latina colonial**. v. 1. 1998, p. 521

²⁸⁴ SOUZA, G. Q. Da Reconquista Hispânica à Conquista do Novo Mundo: uma análise do espírito cruzadístico ibérico na crux cismarina e na crux ultramarina. In.: **Anais da Jornada de Estudos Medievais**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2011, p., 1-2.

²⁸⁵ *id. ibid.*, p. 1-2.

²⁸⁶ SOUZA, G. Q. *op. cit.*, p. 3.

²⁸⁷ RUCQUI, A. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995 p. 211.

contava com o apoio do papado; a imigração de cavaleiros franceses para a Península Ibérica; a atuação das ordens militares-religiosas, sobretudo Templários e Hospitalários; e o recrudescimento da guerra contra os muçulmanos após as invasões dos almorávidas e dos almóadas, respectivamente em 1086 e 1146.²⁸⁸

A própria atuação da Igreja Católica também teria contribuído para associar a Reconquista²⁸⁹ às Cruzadas. Em 1063 o Papa Alexandre II (1061-1073) teria concedido indulgências aos cavaleiros que fossem combater os muçulmanos em nome de Cristo na Península Ibérica. Quase quatro décadas depois, em 1102, o Papa Pascoal II (1099-1118) teria sido mais direto no sentido de igualar espiritualmente a Reconquista aos movimentos das Cruzadas na Terra Santa, impedindo os hispânicos de combaterem em Jerusalém, afirmando que o perdão dos pecados e a salvação poderiam ser ganhos na própria Península, “pois se tratava de uma guerra santa na qual aqueles que pereciam tinham o Paraíso garantido”.²⁹⁰ Não é por menos que o historiador John Elliott considerou que esse movimento ibérico em direção ao sul da Península teria sido “uma guerra que ampliou os limites da fé.”²⁹¹

Esse aspecto nos é claramente perceptível ao ponto que, nos anos seguintes, diversas campanhas militares haviam explicitado tal espírito cruzadista. Por exemplo, na tomada de Maiorca, em 1229, o Bispo de Barcelona teria proferido um sermão com fortes apelos cruzadísticos no próprio acampamento do rei aragonês Jaime I, o Conquistador (1208-1276), afirmando que

Este feito em que nosso senhor rei e vós estais, é obra de Deus, não nossa. Logo, deveis fazer esta conta: aqueles que neste feito receberem a morte, a receberão de Nosso Senhor, e terão o Paraíso, onde terão a glória perdurável por todos os tempos; aqueles que viverem terão honra e valor em suas vidas e bom fim em suas mortes. Assim, barões, confortai-vos com Deus, porque o rei, vosso senhor, nós e vós, desejamos destruir aqueles que renegam o nome de Jesus Cristo. Todos os homens devem pensar, e podem, que Deus e Sua Mãe não se separarão de nós hoje, pelo contrário, nos darão a vitória. Portanto, deveis ter bom coração, pois assim vencerão tudo, já que a batalha

²⁸⁸ SOUZA, G. Q. *op. cit.*, p. 2.

²⁸⁹ Importa registrar que utilizamos o termo Reconquista para designar a luta dos ibéricos para a expulsão dos muçulmanos dos seus territórios, maneira na qual este termo é amplamente utilizado na historiografia nacional. Entretanto, reconhecemos a forte carga ideológica associada a este conceito, comumente associado a momentos de construção de uma identidade entre os espanhóis, fato que faz com que muitos historiadores desaconselhassem o seu uso. Porém, por ser a maneira mais usual de nomear a luta contra os mouros, manteremos o seu uso com essa ressalva. A respeito do uso desse termo, sugerimos SANJUÁN, A. G. *Cómo desactivar una bomba historiográfica: la pervivencia actual del paradigma de la Reconquista. La Reconquista: ideología y justificación de la guerra santa peninsular* / Carlos de Ayala Martínez, Isabel Cristina Ferreira Fernandes, J. Santiago Palacios Ontalva, 2019, p. 99.

²⁹⁰ RUCQUOI, A. *op. cit.*, p. 217-290.

²⁹¹ ELLIOTT, J. H. A Conquista Espanhola e a Colonização da América. In: BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina: América Latina Colonial**, v. 1. São Paulo: Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 134.

deve ser hoje. Confortai-vos e alegrai-vos bem, pois vamos com um senhor bom e natural, e Deus, que está acima dele e de nós, ajudar-nos-á.²⁹²

Para Luiz Antonio Sabeh, a luta dos espanhóis e portugueses contra os povos muçulmanos em território ibérico teria contribuído para o fortalecimento dos monarcas da região e também para a construção de uma forte identidade religiosa entre os seus súditos. Nesse sentido, o historiador nos indica que

À medida que os muçulmanos eram expulsos e que eram proclamadas o nascimento de novas monarquias, a Igreja sacralizava os seus soberanos. A divinização, ao mesmo tempo em que comprometia esses monarcas em continuar com a Cruzada peninsular, instaurava uma forte identidade católica nas monarquias de Leão, Castela, Navarra, Aragão e Portugal.²⁹³

Souza nos demonstra que esse processo de equiparação da Reconquista às Cruzadas também teria sido estimulado durante toda a Baixa Idade Média pelas diversas bulas expedidas pelo sumo pontífice. A bula *Ortodoxe Fidei*, por exemplo, evidenciava essa questão ao apontar “[que seja oferecida] a remissão de todos os seus pecados e a indulgência como foi costume ser dada pelos Nossos Predecessores aos que partiram para reforço [dos combatentes] na Terra Santa”.²⁹⁴

O mesmo pesquisador também nos aponta que, apesar das expedições militares de origem cristã na Palestina findarem desde a tomada de Acre, em 1291, o desejo de recuperar a Terra Santa era algo que ainda permaneceu forte no pensamento dos ibéricos. No início do século XIV, em seu *Darrer Llibre sobre la conquesta de Terra Santa (1305)*, o filósofo catalão Ramon Llull (1232-1316) propôs além da Reconquista da Península Ibérica aos mouros, a recuperação da Terra Santa.²⁹⁵

Essa equiparação da Reconquista ao movimento das Cruzadas também foi defendida pelo cardeal Henrique de Susa (1210-1271) que, inclusive, dividiu as Cruzadas geograficamente em duas partes: as da Europa, intituladas *crux cismarina* e as do Oriente, chamadas de *crux ultramarina*.²⁹⁶

²⁹² JAUME I DE ARAGÃO. **Livro dos Feitos**. Tradução de Luciano José Vianna e Ricardo da Costa. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2010, Cap. 62, p. 113. *apud* SOUZA, G. Q. *id. ibid.*, p. 3.

²⁹³ SABEH, L. A. **Colonização salvífica: os jesuítas e as coroas ibéricas na construção do Brasil (1549-1640)**. Curitiba: Prismas, 2017, p. 39.

²⁹⁴ SIXTO IV. *Bula Ortodoxe Fidei*. 10 de agosto de 1483. In: SUESS, Paulo. (org.). **A Conquista Espiritual da América Espanhola: 200 documentos**, século XVI, p. 233. *apud* SOUZA, G. Q. *op. cit.*, p. 5.

²⁹⁵ *id. ibid.*, p. 6.

²⁹⁶ *id. ibid.*, p. 6.

O ideal de Cruzada se manifestaria também no transcorrer da fase final da luta para a expulsão dos mouros, no contexto dos combates ocorridos no sul da Espanha, especificamente em Granada. De acordo com Souza, Bernardo del Rei, que testemunhara a retomada dos cristãos desste reino, relatou uma série de componentes com características cruzadísticas ao descrever que

Ao se aproximarem as pessoas do castelo, um religioso tomou uma cruz e subiu à torre mais alta [...] E, erguida a Cruz bem alto, todos cantaram em uníssono ‘O crux ave spes unica’. O irmão do conde de Cifuentes trazia nas mãos o estandarte de São Tiago e o estandarte real, e por três vezes os estandartes foram inclinados diante da Cruz. Ao término do hino, um arauto do Rei ergueu-se na referida torre e gritou três vezes: ‘Santiago, Granada e Castela’. [...] Depois, soaram as trombetas e crepitaram as salvas de bombardas, na presença do Rei e da Rainha, que, cercados pela multidão e pelo clero, ajoelhadas e de mãos postas, renderam graças a Deus, cantando o *Te Deum laudamus*.²⁹⁷

Em carta endereçada ao Papa, Fernando e Isabel, justificaram a guerra contra Granada com um forte discurso religioso ao afirmarem que não eram movidos por questões materiais, mas sim por princípios cristãos, indicando que

a esta guerra não nos moveu nem move o desejo de avultar reinos e domínios, nem a vontade de acumular tesouros; pois, se quiséssemos dilatar os nossos domínios e aumentar as nossas rendas, poderíamos fazê-lo com muito menos perigo e trabalho e gasto do que nisto pomos. Mas o desejo que temos a serviço de Deus e o zelo pela sua santa fé católica nos fazem pospor todos os interesses e olvidar os trabalhos e perigos contínuos a que essa causa nos submete. E assim esperamos que a santa fé católica se dissemine e a cristandade se afaste de tão contínuo perigo como o tem aqui às portas se esses infiéis do reino de Granada não forem arrancados e expulsos da Espanha.²⁹⁸

Os Reis Católicos, responsáveis pela fase final da Reconquista na Península Ibérica, também partilhavam do mesmo sonho que envolvia a cidade sagrada de Jerusalém. Um contemporâneo dos monarcas, o jurista Palácios Rúbio, evidenciou esse desejo do rei Fernando, apontando o monarca de Aragão estava

inclinado com todo empenho para este esforço [para reconquistar Jerusalém] e como ele está se preparando para passar o resto de sua vida em uma expedição tão sagrada, como já ouvi muitas vezes de seus próprios lábios. E com razão; Pois, existe algo mais piedoso? Existe algo mais glorioso do que devolver a sua liberdade para alguns cristãos que vivem submetidos ao jugo miserável do bárbaros e estender o melhor de nossa capacidade, a religião e o nome de cristo? Quer coisa mais sagrada e justa do que

²⁹⁷ DEL REI, B. *In*: Miguel Garrido Atienza. Las capitulaciones para la entrega de Granada: 1910, p. 314-315. *apud* VICENT, Bernand. **1492: Descuberta ou invasão?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 15-16.

²⁹⁸ FERNANDO DE ARAGÃO; ISABEL DE CASTELA. Carta ao Papa (s/d). *apud* FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. **1492: o ano em que o mundo começou**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 39-40.

arrancar das mãos infiéis a pátria de nosso Salvador e nos devolver para sempre seu Santíssimo sepulcro, mantido por tanto tempo por aqueles cães?²⁹⁹

Bernard Vincent considera que poucos utilizaram tão bem o tema das Cruzadas a seu favor como fizeram os Reis Católicos. Dessa forma, apontou o historiador francês, que as Cruzadas

os habitava. Mas os dois eram políticos muito hábeis para não perceber as imensas vantagens que poderiam extrair disso. Tanto no interior do país quanto no exterior. Vimos que, em todas as partes do Ocidente, a ideia de Cruzada persistia. Mas ninguém se arriscava a ela. Isabel e Fernando tiveram a oportunidade de conduzi-la no seio da Península Ibérica, tarefa muito mais exequível do que qualquer iniciativa que tivesse por objetivo a tomada de Jerusalém. Agarraram-na sem demora, uma vez que, mal terminada a guerra civil, obtiveram do papa Sixto IV a concessão da bula da cruzada, em 13 de novembro de 1479. Tinham a clara intenção de tirar proveito do mais ínfimo incidente de fronteira para romper a trégua assinada com o emir granadino, pelo período de três anos, em janeiro de 1478. Tornaram-se defensores da cristandade.³⁰⁰

Nesse contexto, a retomada de Granada pelos cristãos era anunciada como uma “prefiguração da futura reconquista de Jerusalém, em cujo templo os Reis Católicos receberiam a coroa imperial.”³⁰¹ Foi provavelmente nesse cenário que Cristóvão Colombo, que na ocasião se encontrava então em Jaén, onde a Corte estava sediada, forjou a sua obsessão pela reconquista de Jerusalém.³⁰²

Tal obsessão é facilmente identificada nos documentos que escreveu em vários momentos da sua trajetória. Um exemplo é a quantidade de vezes que determinadas palavras são citadas no transcorrer dos seus registros, como bem observou Florencio Hubeňak: Jerusalém apareceu nada mais que quarenta e oito vezes, em vários documentos distintos. Sião, por sua vez, foi escrita trinta e oito vezes.³⁰³ As repetidas citações, portanto, mostram como a ideia de libertação da Terra Santa era um ponto central nos escritos de Colombo e o acompanhava no transcorrer das suas expedições.

No prólogo do diário de bordo escrito no contexto da sua primeira viagem ao continente americano, Colombo cita que acompanhou o hasteamento da bandeira real nas torres de Alhambra, demonstrando estar próximo e acompanhando de alguma forma a luta contra os

²⁹⁹ PALACIOS RUBIOS, J. L. De las Islas del mar Océano. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1954, p. 62. *apud* SOUZA, G. Q. *op. cit.*, p. 8.

³⁰⁰ VINCENT, B. **1492: descoberta ou invasão?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 82.

³⁰¹ MILHOU, A. **Notas sobre o messianismo de Cristóvão Colombo.** São Paulo: Novos Estudos, nº 32, 1992, p. 90.

³⁰² *id. ibid.*, p. 85-98.

³⁰³ HUBENÁK, F. **Mesianismo y escatologia en el descubrimiento de América.** Buenos Aires, Prudentia Iuris, nº 29, 1992, p. 116.

muçulmanos em Granada. No mesmo texto, Colombo ainda chamou os seguidores de Maomé de seguidores de uma seita de perdição, evidenciando sua oposição a esse grupo e o seu desejo de combatê-los.³⁰⁴

Vale observar que a presença de Colombo na Espanha o estimulou a ter essa ideia pois, o clima de luta contra o mouro e o consequente esmagamento do islamismo ganhara cada vez mais força na região da Andaluzia. Nesse período, diversos romances de cavalaria foram escritos projetando o cumprimento da profecia de que Jerusalém seria reconstruída, sobretudo, pelas ações dos Reis Católicos e a verdadeira monarquia cristã universal seria, então, definitivamente implantada. Certamente esse clima de enfrentamento contribuiu para que Colombo tivesse essa ideia em sua mente.³⁰⁵

No já citado prólogo do seu diário, Colombo buscou superdimensionar a importância de sua expedição ao compará-la a outros acontecimentos quase simultâneos. Nesse sentido, Alain Milhou nos aponta que “a reconquista de Granada, a expulsão dos judeus e a expedição missionária para o Catai são apresentadas em um mesmo plano, como acontecimentos de igual importância que concorrem para a expansão e o triunfo da cristandade.”³⁰⁶

Também observamos que, no mesmo diário de bordo, Colombo demonstrou novamente esta sua intenção cruzadística ao escrever que, um dia após no Natal de 1492, esperava encontrar ouro, em “tanta quantidade para que os Reis antes de três anos empreendessem e se preparassem para a conquista da Terra em Santa.”³⁰⁷ Colombo ainda ressaltou nesse documento que “manifestei a Vossas Altezas que todos os ganhos desta minha empresa sejam gastos na conquista de Jerusalém, e que Vossas Altezas sorriram, disseram que sem isso, já teriam este desejo.”³⁰⁸

Colombo também reafirmou esse desejo relacionado às Cruzadas quando elaborou a Instituição do Morgado, em 22 de fevereiro de 1498. Nesse documento, registrou que “no momento em que me mudei para ir descobrir as Índias, fui com a intenção de suplicar ao Rei e à Rainha, nossos senhores, que da renda que suas altezas das Índias obtivessem, que se determinasse a gastá-las na conquista de Jerusalém”.³⁰⁹ Mais adiante, no mesmo documento, Colombo apontou novamente esse objetivo e o recomendou ao seu filho Diego “ou a pessoa que

³⁰⁴ COLOMBO, C. Diário da Primeira Viagem (1493). **Textos e documentos completos**..., *op. cit.*, p. 15

³⁰⁵ BEASCOECHEA, A. Z; GONZÁLEZ AYESTA, M. C. *op. cit.*, p. 215-233.

³⁰⁶ MILHOU, A. *op. cit.*, p. 91.

³⁰⁷ COLOMBO, C. *op. cit.*, p. 101.

³⁰⁸ *id. ibid.*, p. 101.

³⁰⁹ COLOMBO, C. Instituição do Morgado (1498). **Textos e documentos completos**..., *op. cit.*, p. 199.

vai herdar este propósito de aumentar o máximo de dinheiro que puder para ir com o Rei Nosso Senhor, se ele for a Jerusalém para conquistá-la.”³¹⁰

O navegador se mostrou cada vez mais convencido que sua viagem terminaria com a restituição da cidade tida como sagrada. Em carta endereçada aos Reis Católicos, escrita em 1501, Colombo destacou novamente que o propósito de navegar era motivado pelo desejo de restituir a Terra Santa à Igreja.³¹¹ No ano seguinte, em carta enviada ao Papa Alexandre VI, essa intenção seria novamente reafirmada ao dizer que sua empresa teria sido organizada desde o início com o intuito de libertar “a Casa Santa para a Santa Igreja”.³¹²

Nessa carta, o Almirante ainda escreveu ao sumo pontífice que

Depois de ali ter estado e visto a terra, escrevi ao Rei e à Rainha, meus senhores, dizendo-lhes que dentro de sete anos disporia de cinquenta mil homens a pé e cinco mil cavaleiros, para a conquista da Terra Santa e, durante os cinco anos seguintes, mais cinquenta mil pedestres e outros cinco mil cavaleiros, o que totalizaria dez mil cavaleiros e cem mil pedestres para a dita conquista.³¹³

Colombo também enviou uma carta à Rainha Isabel, em agosto-setembro do mesmo ano, quando buscava o reestabelecimento dos direitos e prerrogativas que havia perdido após a sua terceira expedição ao continente americano, ressaltando esse seu projeto cruzadístico. Nesse documento, teria evidenciado seu medo de que o projeto de reconquistar Jerusalém e reconstruir a Casa Santa se perdesse pela falta de apoio e pelas dificuldades que estava encontrando para exercer as suas funções de governante das terras alcançadas. “Tenho medo de que este negócio seja perdido”,³¹⁴ afirmou Colombo, sabendo que a devoção da rainha poderia ser utilizada a seu favor como um fator decisório para que alcançasse seu intento.

Outro exemplo de relação entre Colombo e as Cruzadas é o título completo que Colombo escolheu para o *Livro das Profecias*, escrito entre 1502 e 1504 em parceria com o Frei Gaspar de Gorricio: *Livro ou coleção de autoridades, provérbios, sentenças e profecias da recuperação da cidade santa e do monte de Deus, Sião, e sobre a invenção e conversão de ilhas da Índia e de todos os povos e nações, aos nossos reis hispânicos*. Este também é um demonstrativo muito forte de como Colombo associava a conquista de Jerusalém às suas expedições.

A associação entre o sucesso das navegações e a conquista de Jerusalém, portanto, tornou-se uma presença constante nos registros de Colombo, como bem observou o historiador

³¹⁰ COLOMBO, C. Instituição do Morgado (1498). **Textos e documentos completos**..., *op. cit.*, p. 199.

³¹¹ COLOMBO, C. Carta aos Reis (1501). **Textos e documentos completos**..., *op. cit.*, p. 253.

³¹² COLOMBO, C. Carta ao Papa (1502). **Textos e documentos completos**..., *op. cit.*, p. 287.

³¹³ *id. ibid.*, p. 287.

³¹⁴ COLOMBO, C. Carta à Rainha (1501). **Textos e documentos completos**..., *op. cit.*, p. 278.

Juan Gil. Ao nos apresentar como essa relação entre as questões materiais e espirituais se estruturava no pensamento de Colombo, o historiador espanhol afirmou que “a conjuntura econômica, base da obsessão aurífera de Colombo não bastava para explicá-la. As motivações religiosas não se sobrepunham a dita obsessão, é que a ela se entrelaçam.”³¹⁵

Para Alfredo Cordiviola, o fato de Colombo associar suas atividades marítimas ao projeto de recuperação da Terra Santa “outorga às explorações marítimas e à posse e usufruto das riquezas das Índias uma missão providencial ainda mais contundente, subordinando desse modo a exploração das benesses de ultramar a um fim que excede (e autoriza) toda ambição pessoal e toda expansão territorial”.³¹⁶

Tzvetan Todorov também analisa que a necessidade de dinheiro e o desejo de expandir o cristianismo são faces complementares de uma mesma moeda, o que chamou de “unidos por uma relação de subordinação: um é meio, e o outro, fim”.³¹⁷ Ou seja, com os recursos que poderiam ser obtidos a partir da expedição de Colombo, seria possível organizar uma Cruzada em direção à Jerusalém e libertá-la do jugo muçulmano. Certamente, esse teria sido um dos principais elementos utilizados por Colombo para convencer os Reis Católicos a apoiarem a sua primeira expedição.³¹⁸ Marianne Mahn-Lot, nesse mesmo sentido, também defende que os aspectos religiosos do projeto de Colombo teriam contribuído para chamar a atenção dos monarcas espanhóis e convencê-los a autorizar suas viagens.³¹⁹

Para Todorov, os registros feitos pelo frei Bartolomé de Las Casas demonstram claramente a obsessão de Colombo pelas Cruzadas no contexto de sua profunda religiosidade, pois o almirante tinha “suplicado à Sereníssima Rainha Dona Isabel que lhe promettesse consagrar todas as riquezas que os Reis podiam obter de sua descoberta ao resgate da terra e da Santa Casa de Jerusalém, o que a Rainha fez”.³²⁰

Nesse aspecto, as interpretações que Colombo fazia dos textos religiosos o levava a crer que ele havia sido o escolhido para exercer esta missão cruzadística e que a Espanha seria a terra eleita de onde esta tarefa seria iniciada. Na relação que fez da sua quarta e última viagem rumo à América, o Almirante escreveu que

Jerusalém e o Monte Sião devem ser reconstruída pela mão dos cristãos; quem deve ser, Deus pela boca do Profeta no décimo quarto Salmo diz. O abade Joaquín disse que tinha que partir da Espanha. São Gerônimo mostrou à santa mulher o caminho para

³¹⁵ GIL, J. **Mitos y utopias del descubrimiento...**, p. 191.

³¹⁶ CORDIVIOLA, A. *op. cit.*, p. 651.

³¹⁷ TODOROV, T. *op. cit.*, p. 13- 14.

³¹⁸ *id. ibid.*, p. 13- 14.

³¹⁹ MANH-LOT, M. **A descoberta da América...**, p. 49.

³²⁰ TODOROV, T. *op. cit.*, p. 15-16.

isso. O imperador do Catai enviou sábios para lhe ensinar a fé em Cristo. Quem estará disposto a fazer isso? Se Nosso Senhor me levar para a Espanha, agora eu me forço a levá-la, com o nome de Deus, com segurança.³²¹

O religioso a quem Colombo se referiu no trecho acima mencionado seria o abade calabrés Joaquim de Fiore, cujos escritos – tal como as Sagradas Escrituras – são interpretadas por Colombo da maneira como melhor lhe convém para justificar seu pensamento.

Entretanto, há uma discussão sobre tema. Se debate se esse desejo colombino de promover e recuperação de Jerusalém estava relacionado com o propósito de retomar o controle sobre a cidade santa ou se apenas se resumiria à reconstrução do Templo de Jerusalém, o que poderia demonstrar um certo judaísmo mal dissimulado de Colombo, como no trecho a seguir

Espero a vitória desse Deus verdadeiro, que é triunfo e uno e cheio de caridade e sabedoria, tão milagrosamente eu Ele deu todas as outras coisas contra a opinião de todo o mundo; e você Acontecerá que, assim como o templo de Jherusalém foi edificado com madeira e ouro de Ofir, que agora se restaurará para a Santa Igreja e reconstruí-la mais suntuosa do que o que era.³²²

No entanto, a simples citação da Santíssima Trindade e da Santa Igreja por Colombo por diversas vezes nos leva a considerar que seu propósito seria a recuperação de Jerusalém para os cristãos, mesmo que o desejo de reconstrução do templo considerado sagrado pudesse ser uma parte desse projeto colombino.³²³

Para Milhou, a estratégia de Cristóvão Colombo foi desenvolvida com o propósito de promover a “unificação da família humana em torno de Jerusalém, o qual considerava como o centro e o umbigo do mundo, estava presente nos registros e no espírito de Colombo desde sua primeira viagem que resultou na chegada ao que seria a América.”³²⁴ O próprio desejo de encontrar o Grande Can resultaria também da ideia de se encontrar “o maior aliado pronto a se converter e que permitirá derrotar as idolatrias, isto é, o paganismo e principalmente, os muçulmanos”.³²⁵

Apesar de o projeto de se organizar Cruzadas e direcioná-las ao Oriente ter sido abandonado ao longo do período medieval, este desejo de enfrentamento aos muçulmanos demonstra que essa ideia ainda permanecia viva na Península Ibérica e servia para instigar as

³²¹ COLOMBO, C. Relação da Quarta Viagem (1503). **Textos e documentos completos**..., p. 302-303.

³²² COLOMBO, C. Carta aos reis (1500). *apud* AZCÁRATE, J. L. L. *op. cit.*, p. 88.

³²³ *id. ibid.*, p. 88.

³²⁴ MILHOU, A. *op. cit.*, p. 86.

³²⁵ *id. ibid.*, p. 91.

mentes cristãs como a de Colombo. Sem esta questão motivadora, é provável que o navegador não teria reunido as condições necessárias para empreender as expedições que fizera. Portanto, é evidente como esse elemento se tornou uma das principais obsessões de Colombo e teria aguçado seus propósitos enquanto navegador.

Isso torna compreensível o fato de Todorov considerar que é justamente este traço da mentalidade religiosa de Colombo que faz com que ele descubra a América e inaugure a era moderna.³²⁶

5.2 PARAÍSO TERREAL E ESCATOLOGIA NA MENTALIDADE DE COLOMBO

Dentre os aspectos religiosos que permearam a mentalidade de Colombo, um dos mais notáveis é a crença na existência de um Paraíso Terreal. Para o navegador, esse local sagrado estaria situado em algum lugar do mundo ainda desconhecido e poderia ser alcançado somente por meio de uma expedição bem sucedida e, principalmente, guiada pela mão da providência divina.³²⁷

Colombo acreditava não só na existência desse local, mas que esteve bem próximo de alcançá-lo. Em 21 de fevereiro de 1492, por exemplo, já na parte final da sua primeira viagem à América, Colombo teria afirmado que esteve próximo ao Paraíso. A forte tempestade que havia enfrentado pelas ilhas pelas quais navegava era um indicativo da proteção que havia no lugar sagrado para que ele não fosse alcançado com facilidade.³²⁸ Isso reforçava a sua opinião de que só a vontade divina poderia contribuir para que alguém atingisse o Paraíso.³²⁹

Além disso, como julgava que as terras que havia descoberto eram parte dos confins do Oriente, o Almirante considerou que sua expedição teria confirmado o que estava nos registros feitos pelos “sagrados teólogos e sábios filósofos.”³³⁰ Estes, segundo o Almirante, apontaram que a exata localização do Paraíso se situava na parte oriental do globo, local onde acreditava ter atingido.³³¹

O clima da América o qual considerou como temperadíssimo, com seus ares puros e refrescantes, também o levou a interpretar dessa forma.³³² As virtudes da natureza e as bondades de suas criaturas – os indígenas – eram vistas por Colombo como provas cabais de que o Paraíso

³²⁶ TODOROV, T. *op. cit.*, p. 16.

³²⁷ COLOMBO, C. Diário da Primeira Viagem (1493). **Textos e documentos completos...**, p. 132

³²⁸ *id. ibid.*, p. 132.

³²⁹ COLOMBO, C. Relação da Terceira Viagem (1498). **Textos e documentos completos...**, p. 221.

³³⁰ COLOMBO, C. Diário da Primeira Viagem (1493). **Textos e documentos completos...**, p. 132.

³³¹ *id. ibid.*, p. 132.

³³² *id. ibid.*, p. 132.

Terrenal estava próximo.³³³ A descrição que fez da natureza americana, com suas árvores verdíssimas, com copas altas, carregadas de frutos saborosos e laureadas pelo cantar dos pássaros, o fez imaginar a eterna primavera, o que prenunciava a sua chegada em terras paradisíacas.³³⁴

Sérgio Buarque de Holanda nos explica o porquê dessa percepção ter se tornado comum entre os primeiros desbravadores do nosso continente, se apresentando como comprovações das ideias já difundidas na Europa. Sobre esse ponto, nos explica que

Presos como se achavam aqueles homens, em sua generalidade, a concepções nitidamente medievais, pode supor-se que, em face das terras recém-descobertas, cuidassem reconhecer, com os próprios olhos, o que em suas memórias estão para das paisagens de sonhos descritas em tantos livros e que, pela constante reiteração dos mesmos pormenores, já deveriam pertencer a uma fantasia coletiva.³³⁵

Outro indicativo que contribuía para que Colombo pensasse que estava próximo ao Paraíso Terrestre era o extenso rio que havia encontrado em uma das suas expedições. Colombo teve a certeza de que, pelo seu extenso tamanho, este curso d'água teria emanado do Paraíso e seria um dos quatro grandes rios que nasciam no chamado horto santo. Isso teria corroborado ainda mais para a sua percepção sobre esse local. Assim, teria escrito que “mas a minha convicção é bem forte de que ali, onde indiquei, fica o Paraíso Terrestre.”³³⁶

Essa certeza de que esteve às portas do Eden permaneceram no pensamento de Colombo até o fim da sua vida. Em vários momentos o Almirante teria transparecido essa opinião, como na carta que enviou em 1502 ao papa Alexandre VI,³³⁷ ou ainda na carta que encaminhou ao seu filho Diego Colombo no final de 1504.³³⁸ Esta convicção o acompanharia ainda por alguns anos, até a proximidade com o seu falecimento. Neste sentido, a historiadora Alcida Rita Ramos nos indicou que

Ao fim de sua quarta viagem ao Novo Mundo e até a hora da morte, Cristóvão Colombo estava certo de haver chegado à entrada do Paraíso Terrestre. Convenceu-se disso quando viu a foz de um grande rio, majestoso, amazônico. Era o Orinoco. A impressão foi tão forte que só o apelo ao divino pôde satisfazer os sentidos do comandante do Mar Oceano. Tamanha grandiosidade só poderia ser coisa de Paraíso, aquele portento líquido tinha que ser um dos quatro rios do Éden.³³⁹

³³³ COLOMBO, C. Diário da Primeira Viagem (1492). **Textos e documentos completos...**, p. 132.

³³⁴ HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 250-251.

³³⁵ *id. ibid.*, p. 262.

³³⁶ COLOMBO, C. Relação da Terceira Viagem (1498). **Textos e documentos completos...**, p. 222.

³³⁷ *id. ibid.*, p. 286.

³³⁸ *id. ibid.*, p. 295.

³³⁹ RAMOS, A. R. Por falar em paraíso terrestre. Travesisia - **Revista Do Migrante**, ed. 24, 1996, p. 17.

Para um homem religioso da maneira como Colombo se apresentava, não é difícil supor que a possibilidade de encontrar as portas do Éden se mantiveram como um forte elemento impulsionador das suas expedições. Isto posto, Holanda nos indicou que “muito antes, e desde o começo das suas viagens de descobrimento, a tópica das visões do Paraíso impregna todas as suas descrições daqueles sítios de magia e lenda”.³⁴⁰

Sobre este aspecto, Holanda também nos apontou que “certas versões geralmente bem apoiadas nos juízos dos teólogos, que tendem a situar o Paraíso nos confins da Ásia, parecem corresponder em tudo aos dados da geografia fantástica em que se deixava embalar o navegante”.³⁴¹ Portanto, as percepções do almirante sobre as terras que havia atingido se constituíram em elementos vitais para alimentar sua visão sobre a proximidade com o tão sonhado lugar. De acordo com a pesquisadora Ana Cristina Araújo

No plano ideal, o Paraíso perdido de Adão e Eva, localizado algures a Oriente, simboliza o retorno à mítica Idade de Ouro, à pureza dos tempos iniciais, plenos de abundância, beleza, amenidade e juventude. Ora, é justamente a mirífica atracção exercida por este último motivo edénico que galvaniza o olhar deslumbrado do genovês Cristóvão Colombo, primeiro ao chegar às Antilhas, em 1492, e mais tarde, na sua terceira expedição, ao descrever a costa do Pária, movido ainda pelo pressentimento de estar na antecâmara do Paraíso.³⁴²

Para as pesquisadoras Lilian Schwarcz e Heloisa Starling essa relação entre as terras encontradas e o pensamento religioso se tornou um elemento comum nesse processo, pois

o encontro com América seria o feito mais grandioso da História Moderna ocidental, quando o pensamento europeu se voltou – entre assustado e maravilhado – para essa nova terra. Por isso mesmo, as narrativas de viagem buscavam na natureza americana o que previamente julgavam reconhecer: um deslocamento do mito do Paraíso terrestre.³⁴³

Jean Delumeau também nos esclarece como a procura pelo Paraíso se tornou um propósito de muitos navegadores. Para o pesquisador, nessa época, vivia-se em um tempo em que a questão pecadora do homem estava no centro da vida humana. Nesse sentido, encontrar o Paraíso seria uma forma de libertação e fuga desse pecado. Por isso, afirmou que, “porque o

³⁴⁰ HOLANDA, S. B. *op. cit.*, p. 53.

³⁴¹ *id. ibid.*, p. 51.

³⁴² ARAÚJO, A. C. O maravilhoso mundo “recontrado” na América Portuguesa. In: **Estudos em homenagem a João Francisco Marques**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 175.

³⁴³ SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 34.

pecado original estava então no centro da cultura ocidental, era lógico que o paraíso terrestre também estivesse lá: um e o outro são teologicamente e historicamente inseparáveis”.³⁴⁴

Tzevetan Todorov também considera que a crença na existência do Paraíso Terreal é um dos aspectos mais importantes na mentalidade de Cristóvão Colombo. Para o autor, Colombo acreditava – com base na leitura da obra *Imago Mundi*, de Pierre d'Ailly – que o Paraíso estaria localizado em uma parte do globo com clima temperado além do Equador.³⁴⁵

Essa ideia sobre o “jardim das delícias”, como nos indicou Sérgio Buarque de Holanda, era algo comum entre os navegadores da época, forjando-se como um ponto central no pensamento desses viajantes. De acordo com o célebre pesquisador

Já ao tempo de Colombo, a crença na proximidade do Paraíso Terreal não é apenas uma sugestão metafórica ou uma passageira fantasia, mas uma espécie de ideia fixa, que ramificada em numerosos derivados ou variantes acompanha ou precede, quase indefectivelmente, a atividade dos conquistadores nas Índias de Castela.³⁴⁶

A historiadora Marianne Mahn-Lot nos adverte que a interpretação desse pensamento sobre a existência de um Éden em algum ponto do mundo não é algo a ser questionado ou ironizado. Para a autora, “enquanto a Terra foi considerada como o centro do mundo, a fé permaneceu emaranhada em toda uma série de representações cosmogônicas. E até meados do século XVI, tinha-se tendência a considerar como heréticos os que negavam a presença em nosso globo do Paraíso terrestre.”³⁴⁷

Portanto, tal pensamento, muito comum na imaginária produção geográfica construída durante a Idade Antiga, ao ser incorporado pela cristandade medieval, acabou alimentando o propósito dos navegadores da modernidade. Desse modo,

na esperança de encontrarem magníficos tesouros, os primeiros exploradores acreditam tanto em aparições hostis de monstros e de outras criaturas fantásticas como na possibilidade de recuperação do *hortus deliciarum*, de onde haviam sido expulsos por Deus Adão e Eva. No plano providencial da criação divina, uma e outra eram instrumento da força e da sabedoria do criador.³⁴⁸

Na Idade Média, por exemplo, eram comuns as diversas concepções que discutiam sobre a realidade física do Éden e o situavam em algum lugar da Terra.³⁴⁹ Essa crença, segundo

³⁴⁴ DELUMEAU, J. **Une Histoire du Paradis: Le jardin des delices**, Paris, 1992, p. 183. *apud* ARAÚJO, A. C. *op. cit.* p. 175.

³⁴⁵ TODOROV, T. *op. cit.*, p. 12.

³⁴⁶ HOLANDA, S. B. *op. cit.*, p. 50.

³⁴⁷ MAHN-LOT, M. **Retrato Histórico...**, p. 98.

³⁴⁸ *id. ibid.*, p. 175.

³⁴⁹ HOLANDA, S. B. *op. cit.* p. 53-78.

Holanda, era perceptível não somente no que chamou de “livros de devoção ou recreio”³⁵⁰, mas também nas descrições de viagens (reais ou fictícias) como a de Mandeville ou, ainda, nas obras de cosmógrafos e cartógrafos coevos.³⁵¹

O ponto de partida para a crença na possibilidade do encontro do Paraíso se justificava a partir das interpretações bíblicas que eram realizadas nesse período, notadamente a partir da leitura do livro de Gênesis, no qual

se narra como o Senhor Deus, tendo criado o homem, em quem insuflou o fôlego da vida e o fez assim alma vivente, plantou para sua habitação um horto da “banda do Oriente”. Ali espalhou, por toda parte, plantas agradáveis à vista e boas para comida: no meio destas achava-se a árvore da vida, cujos frutos dariam vida eterna, e a da ciência do bem e do mal, única expressamente defesa ao homem, sob pena de morte.³⁵²

Segundo Holanda, essa crença inicial a partir das leituras do livro de Gênesis, somadas às interpretações de trechos do Apocalipse e, depois, ancoradas em ideias que também eram comuns entre as chamadas crenças pagãs, contribuíram para constituir o que chamou de “juízos interpretativos”³⁵³ dos padres e teólogos da Igreja. Nas palavras do historiador, “parecia claro que o Paraíso continuava a existir fisicamente em alguma parte da Terra, da banda do Oriente, como está no Gênesis, a menos que toda a narração bíblica tivesse sentido meramente alegórico”.³⁵⁴ Portanto, é evidente como a junção desses elementos colaborou para fortalecer a ideia medieval sobre a existência do Paraíso Terrestre que se fez presente na mentalidade dos navegadores dos séculos XV e XVI.³⁵⁵

Sobre esse ponto, Delumeau também nos aponta que

A evocação deste [Paraíso Terrestre] no Gênesis é sóbria, mas ela foi progressivamente enriquecida pela literatura hebraica e por acréscimos emprestados a autores pagãos gregos e latinos. Eles tinham descrito jardins paradisíacos que evocavam a Idade de Ouro, os Campos Elíseos e as Ilhas Afortunadas.³⁵⁶

Um outro exemplo dessas influências são as lendas medievais que apontaram o desejo de encontrar o Paraíso desde os tempos antigos, quando descreveram que Alexandre, o Grande, além de tentar atingir as Colunas de Hércules, também planejou uma viagem ao Paraíso – *Iter*

³⁵⁰ HOLANDA, S. B. *op. cit.* p. 226.

³⁵¹ *id. ibid.*, p. 226-273.

³⁵² *id. ibid.*, p. 227.

³⁵³ *id. ibid.*, p. 228.

³⁵⁴ *id. ibid.*, p. 230.

³⁵⁵ *id. ibid.*, p. 226/273.

³⁵⁶ DELUMEAU, J. O que sobrou do Paraíso. **Varia Historia**, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 31, 2004, p. 143.

ad Paradisium.³⁵⁷ Mesmo sem alcançar seu propósito, Alexandre retornou portando uma pedra que, após ser analisada pelos sábios de Susa, ficou concluído que esta seria parte da terra em que “aguardariam os justos o dia do Juízo Final. E ainda que a maravilhosa pedra era remédio contra a temeridade”.³⁵⁸

Mandeville, em seus relatos, também apontou a existência desse local sagrado – ao qual não conseguiu alcançar, afirmando que o Éden não poderia ser atingido pela vontade dos homens, mas somente pela graça divina – opinião muito semelhante a de Colombo, que poderia ter se inspirado nos registros desse navegador.³⁵⁹ Sobre este aspecto, Holanda também descreveu que o “Paraíso Terrestre é, pela sua própria essência, inatingível aos homens, ou, na melhor hipótese, só pode, talvez, ser alcançado à custa de ingentes e sobre-humanos esforços”.³⁶⁰ Nesse sentido, o autor de “Visão do Paraíso” também aponta que

o mesmo aconteceu com quantos tentaram igual demanda, porque ou não lograram vencer os ínvios desertos, ou não puderam seguir viagem as naus onde navegavam; alguns ficaram cegos, e outros surdos, do estrondo que ali fazem as águas, insuportáveis a ouvidos mortais; muitos naufragaram, ou se perderam [...].³⁶¹

Além de Mandeville, outros viajantes também produziram relatos sobre a existência do Paraíso Terrestre e o quão próximo estiveram desse local. Na narrativa “Nas quatro partidas do mundo” de Dom Pedro (1392-1449), o infante de Portugal, consta que, após receber a devida autorização de Preste João e atravessar mais de 680 léguas de deserto de dromedário, avistou, de longe, algumas montanhas de onde percebeu que nasciam os quatro famosos rios do Paraíso: o Tigre, o Eufrates, o Gion e o Físiom.³⁶²

A localização do Eden é outro ponto sobre o qual muitos registros foram produzidos no período medieval, apontando-o nos mais diversos lugares da Terra. Para Holanda, as dificuldades para acessá-lo eram explicadas pelo fato de estar “fechado desde o pecado original, e perenemente vigiadas as suas portas”.³⁶³ Dessa forma “só poderia ser posto em lugar secretíssimo e apartado de todo e qualquer comércio com os homens”.³⁶⁴

No entanto, um ponto tornou-se comum. A maior parte dos registros sobre o Paraíso apontou a sua localização no Oriente. Santo Agostinho e São Beda, por exemplo, consideravam

³⁵⁷ HOLANDA, S. B. *op. cit.*, 226-273.

³⁵⁸ *id. ibid.*, p. 226-273.

³⁵⁹ *id. ibid.*, p. 226-273.

³⁶⁰ *id. ibid.*, p. 278

³⁶¹ *id. ibid.*, p. 239

³⁶² *id. ibid.*, p. 226-273.

³⁶³ *id. ibid.*, p. 242.

³⁶⁴ *id. ibid.*, p. 242.

essa hipótese, sugerindo que a Índia poderia ser o local exato do Éden, que estaria afastado do Ocidente por uma “porção de terra e mar”.³⁶⁵ Foram muitos também os mapas que apontavam a existência do Paraíso no lado ocidental do globo, retratando-o de forma insular, ou seja, uma “ilha solitária no meio de um vasto oceano”.³⁶⁶

O historiador Juan Gil descreve bem essa inquietude a respeito do Paraíso ao apontar que

Ao longo da Idade Média cristã, desde Santo Isidoro até São Tomás, ninguém contestou seriamente a ideia de que o Paraíso se encontrava no final do Oriente. Duas famosas histórias míticas que se referem à busca do Éden o colocam ali, histórias nas quais os quatro rios, curiosamente, quase não desempenham nenhum papel. A leste caminharam os monges Teófilo, Sérgio e Higinio, desejosos de chegar ao lugar onde a terra se unia ao céu, embora sua luta zelosa só os levasse a vinte milhas do Paraíso. Ao Oriente/Poente navegou São Brandão em busca da ilha da promessa dos santos, sem poder chegar ao Éden, pois foi detido pelo grande rio que dividia a ilha em duas.³⁶⁷

Além da dificuldade de acessá-lo em virtude da amplidão do oceano, muitos julgavam que o Paraíso estaria localizado em área montanhosa e íngreme, razões que justificaria seus ares puros e que, além disso, teriam impedido que fosse tomado pelas águas do dilúvio bíblico. Essa ideia teria sido fortalecida pelas antigas tradições do povo de Israel, muito difundidas à época, que associavam suas crenças a episódios relacionados com montanhas. É por isso que muitos acreditavam, como São Tomás de Aquino, que o Éden estaria em local tão alto que poderia alcançar a altura da Lua.³⁶⁸ Outros autores antigos, como Lactâncio e Tertuliano, defenderiam ainda que o horto santo estaria cercado por uma imensa muralha de fogo.³⁶⁹

Assim, tornou-se comum a ideia de que o Paraíso poderia estar situado em uma região tórrida, inabitável e impermeável, banhada pelas águas de um mar que ninguém viu devido ao seu escaldante calor. Essa ideia corroboraria com o pensamento que defendia que o Éden seria protegido por uma cortina de fogo que tinha a intenção de barrar o acesso dos homens ao horto das delícias, como o chamou Mandeville.³⁷⁰

Ana Cristina Araújo muito bem sintetizou essa ideia ao apontar que

Isidoro de Sevilha, Mandeville e Pierre Daily apontaram que o Paraíso não seria facilmente alcançado, pois localizava-se no Oriente, “no cume de uma montanha

³⁶⁵ HOLANDA, S. B. *op. cit.*, 242.

³⁶⁶ *id. ibid.* p. 242.

³⁶⁷ GIL, J. Los rios del Paraíso. **Classica - Revista Brasileira De Estudos Clássicos**, v. 17/18, 2004/2005, p. 195-196.

³⁶⁸ HOLANDA, S. B. *op. cit.* p. 226-273.

³⁶⁹ *id. ibid.* p. 226-273.

³⁷⁰ *id. ibid.* p. 226-273.

elevada ao círculo da lua, isolada por uma muralha de fogo e separada das regiões habitadas pelo Oceano e por uma vasta extensão de terra”.³⁷¹

Por isso, não é de estranhar o registro feito por Cristóvão Colombo ao apontar que o Paraíso estaria localizado sobre a forma de uma pera ou bico do seio de uma mulher.³⁷² Analisando essa interpretação colombina, Holanda nos apontou que

Quando julga pressenti-lo, ao chegar à altura da Terra Firme, parece-lhe que poderia assemelhar-se antes ao um peito de uma mulher ou a metade bicuda de uma pêra do que alguma áspera montanha e que, para alcançar aquela ponta, onde muitos indícios e os sinais dados pelos santos e são teólogos afirmavam sua presença, era mister ir caminhando pouco a pouco e sobre longuíssimas distâncias.³⁷³

Desse modo, com base nas suas convicções, Colombo acreditava realmente que esteve próximo desse local santo, o que o fazia elevar o seu empreendimento à um nível quase sagrado. Por isso, pela sua religiosidade, não é difícil supor como esse pensamento o motivava a navegar e teria contribuído para desenvolver as suas expedições.

A crença na existência do Paraíso na Terra reforçava outro ponto marcante da mentalidade colombina: sua convicção escatológica no fim do mundo. Para a cristandade ocidental, tanto o século XIV quanto o século XV ocorreram em meio à uma profunda inquietude com a possibilidade de o fim dos tempos, de certo modo, repetindo a experiência e o pânico causado pela então chegada do fim do primeiro milênio (ano 1000).³⁷⁴

Parte considerável dessas ideias terem se difundido na Europa se deve aos escritos do monge calabrês Joaquim de Fiori (1130/35-1202). Responsável por uma nova interpretação teológica da história, conhecida como “teoria das três idades”, Fiori afirmava que a história da salvação universal correspondia às três pessoas da Santíssima Trindade. À sua maneira, concluiu que no ano de 1260 se iniciaria a Terceira Idade, a qual era a do Espírito Santo, que seria renunciada por uma nova ordem. Seus pensamentos foram muito difundidos por diversos escritores, na sua maioria monges franciscanos.³⁷⁵

Por outro lado, no transcorrer do século XV, uma série de acontecimentos foram interpretados como prenúncios do fim dos tempos. A expansão turco-muçulmana, o grande cisma religioso, a Grande Peste, entre outras ocorrências que se abateram sobre o Velho Mundo, contribuíram para o fortalecimento dessa crença escatológica e do surgimento de uma “boa

³⁷¹ ARAÚJO, A. C. *op. cit.*, p. 176.

³⁷² COLOMBO, C. *Relação da Terceira Viagem (1498)*. COLOMBO, C. **Textos e documentos completos...**, p. 215-216.

³⁷³ HOLANDA, S. B. *op. cit.* p. 244.

³⁷⁴ HUBENÁK, F. *op. cit.*, p. 105-133.

³⁷⁵ *id. ibid.* 105-133.

nova” antes do fim dos tempos. Daí teria surgido as ideias messiânicos-escatológicas dos franciscanos que, fortalecidas por outros seguidores do pensamento de Joaquim de Fiore, serviram como influência para diversos intelectuais desse período.³⁷⁶

É bem provável que Colombo, vivendo nessa atmosfera, também teria sido tocado por essas ideias. Sua crença na proximidade dos últimos tempos aparece com maior clareza a partir da sua quarta viagem em direção ao continente americano e, ainda, mais fixamente, no *Livro das Profecias*.³⁷⁷

Na sua quarta viagem, por exemplo, ao encalhar na Jamaica, Colombo várias vezes associou as tempestades pelas quais estava passando como uma relação com o fim dos tempos. Em dado momento, Colombo afirmou que não teria conseguido se aproximar do porto pois havia se deparado “com uma tempestade do céu, água e trovões e relâmpagos contínuos, que pareciam o fim do mundo.”³⁷⁸

No mesmo documento, Colombo teria afirmado que “emergi em uma ilha onde de repente perdi três âncoras, e à meia-noite, quando parecia que o mundo estava escurecendo, outro navio quebrou suas amarras e veio sobre mim; foi uma maravilha como não houve dano de uma rachadura.”³⁷⁹

Analisando esses episódios, Milhou interpretou que estas passagens foram consideradas por Colombo como um sinal das dificuldades que teria que enfrentar para promover as suas ambições religiosas, onde as forças do mal o estariam impedindo de realizar suas ações messiânicas.³⁸⁰

Também em carta aos Reis Católicos, Colombo expõe suas crenças escatológicas ao afirmar que a

Sagrada Escritura testemunha no Velho Testamento, pela boca dos profetas, e no Novo por nosso Redentor Jesus Cristo, que este mundo há de haver fim. [...] Santo Agostinho diz que o fim deste mundo há de ser no sétimo milênio dos anos da criação dele. Os santos teólogos o seguem, em especial o cardeal Pierre D’Ailly [...]. Da criação do mundo e de Adão até o advento de Nosso Senhor Jesus Cristo são cinco mil e trezentos e quarenta e três anos e trezentos e dezoito dias, pelas contas do Rei Dom Afonso, a qual se tem pela mais certa. [...] Segundo essa conta, nos falta cento e cinquenta anos para cumprimento dos sete mil, nos quais disse acima pelas autoridades ditas que haverá de perecer o mundo.³⁸¹

³⁷⁶ HUBENÁK, F. *op. cit.*, p. 105-133.

³⁷⁷ *id. ibid.* 105-133.

³⁷⁸ COLOMBO, C. Relação da Quarta Viagem (1503). In: COLOMBO, C. **Textos e documentos completos**..., p. 292-293.

³⁷⁹ *id. ibid.* p. 292.

³⁸⁰ MILHOU, A. *op. cit.* p. 85-98.

³⁸¹ COLOMBO, C. Carta aos Reis (1501). In: COLOMBO, C. **Textos e documentos completos**..., p. 254.

Nesse mesmo documento, Colombo ainda expressou a ideia de evangelizar os povos encontrados com a máxima rapidez possível diante do iminente fim dos tempos: nas suas contas, faltavam apenas cento e cinquenta e cinco anos para que a profecia se tornasse realidade.³⁸² Ainda mais diante da promessa da Sagrada Escritura que estava se cumprindo diante dos seus olhos: primeiro seria evangelizado todo o mundo, e depois, o seu fim chegaria. Para Beascoechea e Ayesta, o propósito de contribuir com a evangelização das terras recém descobertas era interpretado por Colombo como um claro presságio de que o fim dos tempos estaria cada vez mais próximo.³⁸³

A convicção no fim dos tempos também é fortalecida pela crença na reedificação de Jerusalém, outro aspecto comum nos escritos colombinos e já descrito no capítulo anterior. Para o Almirante, a conquista da Terra Santa se encontrava no primeiro plano das suas pretensões, e essa ação também demonstraria que o fim dos tempos estaria próximo. Essa crença levou o historiador Juan Gil afirmar que a conquista de Jerusalém era algo imprescindível no drama escatológico do navegador.³⁸⁴

Colombo teria afirmado que “Nosso redentor disse que antes da consumação deste mundo está aberto para cumprir tudo o que estava escrito pelos profetas”.³⁸⁵ Assim, se as profecias estavam prestes a serem cumpridas, logo Colombo interpretou que o fim do mundo estaria cada vez mais próximo. Nesse sentido, a empresa das Índias, segundo Cordiviola, “representava o momento determinante nas eras previstas da escatologia.”³⁸⁶

Por alimentar essa crença, era certo que o Almirante se esforçaria para pregar o Evangelho em tantas terras, pois, baseando-se em Joaquim de Fiore, acreditava que “haveria de sair da Espanha quem reedificaria e casa do monte Sião.”³⁸⁷ No caso, ele mesmo o elegeria como o eleito para desempenhar essa tarefa messiânica e inaugurar o fim dos tempos.

³⁸² COLOMBO, C. Carta aos Reis (1501). **Textos e documentos completos...**, *op. cit.*, p. 256.

³⁸³ BEASCOECHEA, A. Z.; GONZÁLEZ AYESTA, M. C. *op. cit.*, p. 199-233.

³⁸⁴ GIL, J. **Mitos y utopias del descubrimiento...**, p. 193-223.

³⁸⁵ COLOMBO, C. Carta aos Reis (1501). **Textos e documentos completos...**, *op. cit.*, p. 253.

³⁸⁶ CORDIVIOLA, A. *op. cit.*, p. 647-653.

³⁸⁷ COLOMBO, C. Carta aos Reis (1501). **Textos e documentos completos...**, *op. cit.*, p. 256.

6 CONCLUSÃO

Bernard Vicent nos apontou que o descobrimento da América foi, por si só, um fato considerável por ter alterado o curso da história.³⁸⁸ O reconhecimento dessa importância nos levou à uma indagação: é possível acreditar que Colombo teria chegado ao novo continente também por interesses religiosos?

Nossa percepção, pela leitura dos documentos deixados pelo navegador ou pelas opiniões de quem havia convivido com ele, é que sim. Consideramos essa possibilidade perfeitamente possível. As características religiosas da Europa naquele período nos demonstram que as questões espirituais eram elementos centrais na vida dos seus habitantes, presente em todos os espaços da sociedade.³⁸⁹

É claro que havia interesses econômicos envolvidos e estes serviram de elementos impulsionadores desse processo, movendo navegadores, comerciantes e reis. A extensa luta de Colombo pelo reconhecimento dos seus feitos junto aos reis espanhóis e pela restituição dos seus privilégios – ao menos para os seus herdeiros – nos demonstram que essas questões de cunho econômico também eram importantes. Mas, valendo-nos mais uma vez do que anotou Marianne Mahn-Lot, é possível perceber que quanto mais nos familiarizamos com os escritos do Almirante, “mais se percebe a sua perfeita sinceridade.”³⁹⁰

Colombo sonhou em encontrar o Grande Can e levar sábios para ensiná-los a fé cristã. Se viu como um apóstolo do novo tempo, responsável pela formação de uma aliança entre os seguidores de Cristo e pela restituição do Santo Sepulcro para a cristandade, além de iniciar a renovação da Igreja em torno do seu local de origem, Jerusalém, sob domínio islâmico. Idealizou a conversão dos índios e reclamou da falta de missionários nas terras que alcançou e, ainda, incluiu objetivos evangelizadores em seus testamentos.

Interpretando a Bíblia à sua maneira, se viu como parte dela, enxergando que o que acontecia com ele era algo que estava pressagiado nas Sagradas Escrituras. Se via como o Portador de Cristo, ou seja, aquele que teria recebido a missão de levar a fé cristã aos lugares mais longínquos. Se via como antigos personagens bíblicos, relacionando o que ocorria com ele com o que havia acontecido com Moisés, Davi, entre outros. Se viu às portas do Paraíso, acreditando que em tudo estava a mão divina operando seus milagres.

³⁸⁸ VINCENT, B. **1492: descoberta ou invasão?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, p. 151.

³⁸⁹ Um importante texto para compreendermos essa religiosidade na Europa é FEBVRE, L. *Influências da religião sobre a vida*. In: **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

³⁹⁰ MANH-LOT, M. **Retrato histórico de Cristóvão Colombo...**, p. 124.

E, assim, Colombo foi deixando evidências que também navegava para atender seus princípios religiosos, comuns nessa época em que viveu. No entanto, como vimos, a forma como o Almirante é mostrado às escolas brasileiras difere um pouco do Colombo que apresentamos. Os livros didáticos brasileiros, salvo raras exceções, concentram suas explicações sobre a Expansão Marítima, bem como sobre Colombo e o descobrimento da América, nos seus aspectos financeiros. Desprezam outros elementos ou os relegam a um papel quase que secundários, de menor importância.

É interessante notar essa quase exclusão dos objetivos religiosos da Expansão mesmo diante do reconhecimento do quanto a religião estava presente na sociedade europeia. Febvre bem nos mostra isso, ressaltando que a fé cristã se manifestava do nascimento até a morte, e em todos os aspectos da vida humana. “Todos os atos, todos os dias são como que saturados de religião”³⁹¹, disse-nos o fundador da Escola dos Annales. Portanto, é impossível imaginar a ausência desses propósitos no contexto das navegações, ainda mais se tratando de reinos cristãos por excelência, como Portugal e Espanha.

O ouro, as glórias, os títulos importavam para Colombo, e isso é evidente. Mas a fé, a evangelização e o missionarismo também eram elementos importantes, talvez centrais em sua empreitada. É nesse sentido que esperamos que nosso trabalho, junto com o Objeto de Aprendizagem que desenvolvemos, possa dar a sua pequena contribuição. Não tivemos, de forma alguma, a pretensão de desprezar os aspectos econômicos do empreendimento de Colombo, mas somente demonstrar como os elementos religiosos também foram importantes. Nosso intuito é fazer com que o olhar sobre as questões relacionadas à Expansão Marítima possa ser ampliado, contribuindo para que outros aspectos, além dos financeiros, sejam também considerados como elementos impulsionadores desse processo.

³⁹¹ FEBVRE, L. *op. cit.*, p. 297.

REFERÊNCIAS

- BERGREN, L. **Colombo: as quatro viagens**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- MANH-LOT, M. **A descoberta da América**. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- _____. **Retrato histórico de Cristóvão Colombo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- SCHIMIDT, M. F. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2002.
- MELANI, M. R. A. (org.) **Projeto Araribá: História**. São Paulo: Moderna, 2006.
- DREGUER, R. **História: conceitos e procedimentos**. São Paulo: Atual, 2006.
- BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 2006.
- PILETTI, N.; PILETTI, C. **História e vida integrada**. São Paulo: Ática, 2005.
- COTRIM, G. **Saber e fazer História**. São Paulo, Saraiva, 2005.
- BOULOS JÚNIOR, A. **História: sociedade e cidadania**. São Paulo: FTD, 2006.
- CARDOSO, O. P. **História Hoje**. São Paulo: Ática, 2006.
- VICENTINO, C.; VICENTINO, J. B. **História mosaico**. São Paulo, Scipione, 2016.
- VAZ, M. L.; PANAZZO, S. **Jornadas.hist: História**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- RODRIGUES, J. E. **Projeto Athos: História**. São Paulo: FTD, 2014.
- VAINFAS, R. [et. al.]. **História.doc**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- RESTALL, M. **Sete Mitos da Conquista Espanhola**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.
- AGUIAR, E. V. B.; FLÔRES, M. L. P. Objetos de aprendizagem: conceitos básicos. *In: TAROUCO, L. M. R., et al. Objetos de aprendizagem: teoria e prática*. Porto Alegre: Evangraf, 2014, p. 13.
- AUDINO, D. F.; NASCIMENTO, R. S. Objetos de Aprendizagem – Diálogos entre conceitos e uma nova proposição aplicada à Educação. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 2010.
- GABRIEL, C. T. **Usos e abusos do conceito de transposição didática** – considerações a partir do campo disciplinar de História. *In: IV Seminário Perspectivas do Ensino de História*. Ouro Preto: UFOP, 2001.

MONTEIRO, A. M. F. C. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. **História & Ensino**, v. 9, Universidade Estadual de Londrina, out. 2003, p. 13.

GAROFALO, D. “A Base quer a tecnologia na sua disciplina. E agora?”, **Revista Nova Escola**, disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/5344/a-base-quer-a-tecnologia-na-sua-disciplina-e-agora>, acesso em 12 jan. 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: DF, 2018.

ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

FERREIRA, J. L. **Conquista e colonização da América Espanhola**. São Paulo: Ática, 1992.

ELLIOTT, J. H. A Conquista Espanhola e a Colonização da América. *In*: BETHELL, L. (org.). **História da América Latina: América Latina Colonial**, v. 1. São Paulo: Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

BERNARD, C; GRUZINSKI, S. **História do Novo Mundo: Da Descoberta à Conquista, uma Experiência Europeia, 1492-1500**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

VAINFAS, R. **Economia e Sociedade na América Espanhola**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FRAGOSO, J.; GUEDES, R.; KRAUSE, T. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna: monarquia pluricontinental e Antigo Regime**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

RUCQUOI, A. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995.

MONTEIRO, R. **A religião no contexto da conquista da América Espanhola a partir do pensamento de Bartolomé de Las Casas**. 2017. 192f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, PUCCAMP, Campinas, 1994.

SABEH, L. A. **Colonização salvífica: os jesuítas e as coroas ibéricas na construção do Brasil (1549-1640)**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. **1492: o ano em que o mundo começou**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

RAMINELLI, R. **A era das conquistas: América Espanhola, séculos XVI e XVII**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DORÉ, A. Charles Boxer, novas perguntas e os butins da guerra nos espaços portugueses no século XVII. *In*: VAINFAS, R.; MONTEIRO, R. B. **Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico na época moderna**. São Paulo: Alameda, 2009.

BOXER, C. R. **O império marítimo português 1415/1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HESPANHA, A. M. **A constituição do Império Português**: revisão de alguns enviesamentos correntes. *In*: BICALHO, M. F.; FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F. (orgs.). *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

THOMAZ, L. F. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994.

MEDINA, J. A. O. Propósitos y fines de la expansión. *In*: Pease, G. Y. F.; PONS, F. M. (dir.) **Historia General de América Latina**: El primer contacto y la formación de nuevas sociedades, v. II. Madri: Editorial Trotta, 2000, p. 89-108.

KRUS, L. **O imaginário português e os medos do mar**. *In*: NOVAES, A. (org.) *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARQUES, A. O. El mundo ibérico. *In*: PEASE, G. Y. F.; PONS, F. M. **Historia General de América Latina**: El primer contacto y la formación de nuevas sociedades, v. II. Madri: Editorial Trotta, 2000.

MAURO, F. La expansión europea desde los Orígenes hasta finales del siglo XV. *In*: PEASE, G. Y. F.; PONS, F. M. (dir.) **Historia General de América Latina**: El primer contacto y la formación de nuevas sociedades, v. II. Madri: Editorial Trotta.

GODINHO, V. M. **A expansão quatrocentista portuguesa**. Lisboa: Dom Quixote, 2007.

GRUZISKI, S. **As quatro partes do mundo**: história de uma mundialização. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

OLIVEIRA, M. **História da Igreja**. Lisboa, União Gráfica, 1952. *apud* LACERDA, J. Portugal e Espanha: precursores na aliança expansionista religiosa. Congresso Internacional de História. Jataí: UFG, 2016, p. 6.

BARNADAS, Joseph. A. Igreja Católica na América espanhola colonial. *In*: BETHELL, Leslie (org.). **América Latina colonial**. v. 1. São Paulo: Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998, p. 521

VILARDAGA, J. C. **Lastros de viagem**: expectativas, projeções e descobertas nas narrativas da expansão portuguesa no Índico (1498-1554). São Paulo: Annablume, 2010.

BETHENCOURT, F.; CURTO, D. R. **A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800**. Lisboa: Edições 70, 2010.

COLOMBO, C. **Textos e documentos completos**. Prólogo e notas de Consuelo Varela. Madri: Alianza Universidad, 1982.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ROMANO, R. **Os mecanismos da conquista colonial: os conquistadores.** São Paulo: Perspectiva, 1995.

LÓPEZ, M. C. T. **Los últimos viajes de Cristóbal Colón en la historiografía colombina.** Toletum: boletín de la Real Academia de Bellas Artes y Ciencias Históricas de Toledo, nº 53, 2006.

GIL, J. **Mitos y utopias del descubrimiento: I. Colón y su tempo.** Madri: Alianza Editorial, 1989.

FEBVRE, L. **O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GREENBLATT, S. **Maravilhosas Possessões.** Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol. 2, nº 3, 1989.

COLOMBO, F. **História do Almirante Cristóvão Colombo.** Madrid, 1892.

LAS CASAS, B. **Vida de Cristóvão Colombo.** Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1992.

MILHOU, A. **Notas sobre o messianismo de Cristóvão Colombo.** São Paulo: Novos Estudos, nº 32, 1992.

HUBENĀK, F. **Mesianismo y escatologia en el descubrimiento de América.** Buenos Aires, Prudentia Iuris, nº 29, 1992.

VINCENT, B. **1492: descoberta ou invasão?.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

AZCÁRATE, J. L. L. **El libro de las profecías (1504) de Cristóbal Colón: la Biblia y el descubrimiento de América.** Universidad Pontificia de Salamanca, 2006.

CORDIVIOLA, A. **Os enigmas da Vulgata: Colombo hermeneuta.** Niterói, Gragoatá, nº 41, 2016.

SÁNCHEZ-BARBA, M. H., **Cristóbal Colón en presencia de la muerte (1505-1506).** V Centenario del fallecimiento de Cristóbal Colón: ciclo de conferencias. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Naval, 2006.

SOIHET, R. História da América na Universidade Federal Fluminense (UFF) em retrospectiva *In:* AZEVEDO, C.; RAMINELLI, R. (orgs.). **História das Américas: novas perspectivas.**, Rio de Janeiro: FGV, 2011.

DIAZ-TRECHUELLO, M. L. **Cristóbal Colón.** Madri: Palabra, 2006.

BEASCOECHEA, A. Z; GONZÁLEZ AYESTA, M. C. G.; La Nueva Jerusalén en el bajomedievo y en el renacimiento hispano-americano. *In:* **Anuário de Historia de la Iglesia**, nº 4, Navarra: Instituto de Historia de la Iglesia, 1995.

SOUZA, G. Q. Da Reconquista Hispânica à Conquista do Novo Mundo: uma análise do espírito cruzadístico ibérico na crux cismarina e na crux ultramarina. *In:* **Anais da Jornada de Estudos Medievais.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2011.

SANJUÁN, A. G. Cómo desactivar una bomba historiográfica: la pervivencia actual del paradigma de la Reconquista. **La Reconquista: ideología y justificación de la guerra santa peninsular** / Carlos de Ayala Martínez, Isabel Cristina Ferreira Fernandes, J. Santiago Palacios Ontalva, 2019.

RAMOS, A. R. Por falar em paraíso terrestre. Travesisia - **Revista Do Migrante**, ed. 24, 1996.

ARAÚJO, A. C. O maravilhoso mundo “reencontrado” na América Portuguesa. *In: Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

DELUMEAU, J. O que sobrou do Paraíso. **Varia História**, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 31, 2004.

GIL, J. Los rios del Paraíso. *Classica* - **Revista Brasileira De Estudos Clássicos**, v. 17/18, 2004/2005.